



FRANCIVALDO ALVES NUNES (ORG.)

POLÍTICA, SOCIEDADE E AMBIENTE



ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA





**POLÍTICA,
SOCIEDADE
E AMBIENTE**

FRANCIVALDO ALVES NUNES (ORG.)

POLÍTICA, SOCIEDADE E AMBIENTE



Copyright © by Organizador
Copyright © 2022 Editora Cabana
Copyright do texto © 2022 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro
Edição e diagramação: Helison Geraldo Ferreira Cavalcante
Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto
Revisão: Adriana Ábia Correa da Costa
Imagem de capa: *Operários* de Tarcila do Amaral (1933).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Política, sociedade e ambiente [livro eletrônico] / Organizador Francivaldo Alves
Nunes. – Ananindeua: Cabana, 2022.

147 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-89849-59-9

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Brasil. I. Nunes, Francivaldo Alves
II. Título.

CDD 900.7



[2022]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Carlo Guimarães Monti (UNIFESPA)

Davison Hugo Rocha Alves (UNIFESSPA)

David Durval Jesus Vieira (IFPA)

Ernesto Padovani Netto (SEDUC)

Karla Leandro Rascke (UNIFESSPA)

Raimundo Nonato de Castro (IFPA)

SUMÁRIO

Apresentação: “Nossa história do Pará”	8
Francivaldo Alves Nunes e Carlo Guimarães Monti	
Apresentação: Política e sociedade em ambiente amazônico – Um convite ao debate	10
Francivaldo Alves Nunes	

Talita Almeida do Rosário

A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A REDEFINIÇÃO DA FRONTEIRA PARÁ-MARANHÃO (1852-1873)

Introdução	15
A Colônia Militar e uma “Nova Era” ao Turiçu: discursos e conflitos no pós anexação	23
A presença da Colônia Militar São Pedro de Alcântara no rio Gurupi	31
Considerações finais	45
Referências	47

Genielma Caetano da Silva

A SERRA PELADA DO MAJOR CURIÓ E DE HEITOR DHALIA (2013) - OURO, SANGUE E GENTES NO INTERIOR DA AMAZÔNIA

Introdução	52
Um olhar sobre Serra Pelada	59
Serra Pelada (2013)	75
Considerações Finais	95
Referências	97

Juliana Sales de Araújo

**A REDEMOCRATIZAÇÃO NA IMPRENSA ALTERNATIVA:
UMA ANÁLISE DO JORNAL RESISTÊNCIA (1978-1986)**

<u>Introdução</u>	101
<u>A imprensa brasileira e o contexto do aparecimento do jornal <i>Resistência</i></u>	108
<u>Jornal <i>Resistência</i>: e o processo de abertura política rumo a redemocratização do país (1981-1982)</u>	120
<u>Considerações Finais</u>	142
<u>Referências</u>	144
<u>Sobre o Organizador</u>	146

APRESENTANDO

“NOSSA HISTÓRIA DO PARÁ”

As universidades, institutos e faculdades são os lugares, por excelência, da construção do conhecimento sistemático e científico, sendo que a pesquisa, no ensino de graduação, tem cumprido um papel fundamental de consolidação deste conhecimento, sem perder a dimensão de momento inicial de formação como professor e pesquisador. Nesse aspecto, nem o conhecimento é acabado, nem tão pouco a formação se completa, pois novos ciclos de pesquisa e aperfeiçoamento se formam.

A ANPUH-Pará tem a compreensão de que fazer pesquisa na graduação é, também, preparar os discentes para enfrentar a sua vida profissional, formular questões, pensar em um método para tentar responder às questões, ou, aprofundá-las e tirar conclusões. No campo da história é o primeiro exercício de maior contato com as fontes, com a elaboração de questionamento da história e da historiografia, de ver a escola e ensino como ambiente e condições de aprendizagem, mas também de investigação.

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC serve como locus do aprendizado de fazer pesquisa e como aplicação do conteúdo aprendido no curso. Além disso, é a possibilidade de buscar novos conhecimentos, ultrapassando os conteúdos aprendidos em sala de aula. Neste aspecto, o “Nossa História do Pará”, iniciativa da ANPUH-Pará, tem com o objetivo de valorizar a pesquisa na graduação e divulgar, no meio acadêmico e social, o que de melhor se produz de conhecimento histórico nas instituições de ensino do Estado.

O Processo de Seleção de TCCs em que participaram os egressos de Graduação em História, com os trabalhos produzidos nos anos de 2020 e 2021, foi conduzido por uma comissão acadêmica, formada por professores do Pará, que selecionou os três melhores trabalhos nas linhas temáticas de “O ensino de história em espaços não formais”, “Ensino de história: perspectivas sobre

fontes históricas e diversidades” e “Política, sociedade e ambiente”. Como resultado, apresentamos a publicação em formato de e-book destes TCCs, onde os leitores encontrarão estudos vinculados às perspectivas historiográficas associadas às temáticas propostas para premiação.

Assim, oferecemos um material bibliográfico que promove encontros entre jovens pesquisadores como forma de estímulo ao trabalho acadêmico e como espaço de diálogo em torno de pesquisas que colaborem com uma “nova história do Pará”.

Francivaldo Alves Nunes (UFPA)

Presidente da ANPUH-Pará

Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)

Vice-Presidente da ANPUH-Pará

APRESENTAÇÃO

POLÍTICA E SOCIEDADE EM AMBIENTE AMAZÔNICO – UM CONVITE AO DEBATE

A histórica condição de pensar o Pará como espaço de contato e de fluxos diversos, impõe a necessidade de se perceber suas intensas relações e duradoras conexões entre diversos agentes e áreas vizinhas, associando a um espaço caracterizado por uma diversidade étnica e ambiental. Essas conexões viabilizaram intensa e duradoras rotas econômicas, políticas, culturais e de migrações, inserido tanto o Pará, como a Amazônia, em dinâmicas locais ou regionais, assim como mais amplas. O que estamos pensando e reivindicando é um Pará que seja analisado, em termos históricos, considerando os aspectos regionais, sem perder a dimensão de que a sua constituição histórica é afirmada em contextos nacional e global de um ambiente de florestas.

Essas questões gerais são, em parte, discutidas neste livro “Política, sociedade e ambiente amazônico” que reúne três capítulos produzidos por jovens estudantes da Faculdade de História do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, assim como da Faculdade de História de Xinguara e Faculdade de Ciências Humanas, ambas do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. O recorte temático da obra contempla trabalhos premiados no processo de seleção de estudos de egressos de graduação de instituições de ensino superior no Estado do Pará, o que permitiu que diferentes campos da pesquisa histórica fossem acionados, na medida em que é possível pensar ambiente amazônico como espaços de circulação econômica, migração, fluxo de migração e de bens culturais, assim como de articulações administrativas e políticas. Com relação do recorte cronológico dos capítulos publicados, deve-se salientar que o volume reuniu estudos que vão desde o período imperial até a contemporaneidade.

É importante salientar que uma coletânea publicada pela área de história em que se debate as questões políticas e as ações da sociedade em diálogo com ambiente amazônico, dado o gigantismo que o termo “Amazônia” ganha, está geralmente destinada a um recorte geográfico regionalizado. Nesse sentido, organizar uma coletânea sobre a história de uma região de dimensão continental, cujo conteúdo é percebido de modo transversal a outros estudos como de história agrária e história política, contribui significativamente para elevar a temática vinculada as relações sociais e ambiente para o lugar central que ela ocupa em diferentes realidades históricas, permitindo o seu diálogo para além dos limites regionais.

O presente volume está dividido em três capítulos a saber: “A Colônia Militar São Pedro de Alcântara no Rio Gurupi e a redefinição da fronteira Pará-Maranhão (1852-1873)”, de Talita Almeida do Rosário; “A Serra Pelada do Major Curió e de Heitor Dhalia (2013) - Ouro, sangue e gentes no interior da Amazônia”, de Genielma Caetano da Silva; “A redemocratização na imprensa alternativa: uma análise do Jornal Resistência (1978-1986)”, de Juliana Sales de Araújo.

Talita Almeida do Rosário abre a coletânea com o estudo sobre a Colônia Militar de São Pedro de Alcântara, assentada em 1854 na fronteira Pará-Maranhão e demarcada no rio Gurupi, como ação política que atendia às demandas de investimentos da província do Maranhão para a zona Gurupi-Turiaçu, na época, recentemente incorporada ao seu território. Nesse aspecto, defende uma característica híbrida da colônia, sendo militar e agrícola, assim como estava relacionada ao domínio maranhense com o avanço de fazendeiros e o controle de “sujeitos indesejáveis”, que aos olhos do governo imperial usavam as terras produtivas por “longa data” e se sentiam legítimos ocupantes daqueles lugares. Também é parte integrante do estudo, a percepção de uma diversidade étnica no Gurupi que travou relações de conflito, comércio e negociação com a colônia, por outro lado, entendendo que se tratava de um posto de policiamento e civilizatório, alguns grupos como indígenas e pobres livres construíra espaços de resistência e refúgio nesse mesmo rio.

O segundo capítulo, com o texto de Genielma Caetano da Silva, apresenta o entendimento dos processos que se iniciam com a migração de pessoas para áreas de garimpo do Pará, o que desencadeou a exploração de área mineradoras. Para isso autora procura compreender as representações do garimpo por meio da análise de filme “Serra Pelada” (2013), dirigido por Heitor Dhalia, que narra à história de dois amigos que saem de São Paulo em busca de riquezas no interior da Amazônia. Para isso, também recuperou a imagem construída sobre Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, que teve uma atuação emblemática naquele garimpo. A autora também buscou mostrar através do filme as memórias que de alguma forma foram silenciadas naquele momento histórico, dentre elas as questões voltadas para a sexualidade, a prostituição, a homossexualidade, a violência, o contrabando e a morte, que estavam presentes nestes espaços, onde a esperança em “bamburrar”, ou seja, em enriquecer com a atividade de garimpo, ao mesmo tempo que motivava a migração, mantinha homens e mulheres presos a esses lugares.

O trabalho de Juliana Sales de Araújo fecha a coletânea. No caso, analisa a percepção do jornal Resistência durante o processo de transição política rumo à redemocratização brasileira. Para tanto, a autora examina o mensário publicado entre os anos de 1978 até 1986, sob a perspectiva da história por meio da imprensa, tomando-o como fonte e objeto de análise. Busca-se com isso, compreender como o referido periódico se posicionou em relação ao tema da redemocratização. Questões sobre a relação entre o jornal Resistência e a ditadura militar, a repressão aos movimentos democráticos e o governo de João Batista Figueiredo, assim como a relação entre o periódico e a campanha eleitoral no estado do Pará são também questões tratadas neste estudo.

Reunir trabalhos que abordem as relações políticas e ambiente amazônico de uma forma transversal é também um desafio em se construir uma coletânea que se propõe a extrapolar as limitações cronológicas e espaciais que o campo poderia ter. Com isso esta

obra é também um convite a outros pesquisadores que possam continuar contribuindo com aportes distintos ao debate. A disposição desta coletânea não se encontra, portanto, em fechar a discussão, mas de expandi-la, agregando novas abordagens.

Francivaldo Alves Nunes

Talita Almeida do Rosário

**A COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE
ALCÂNTARA NO RIO GURUPI E A
REDEFINIÇÃO DA FRONTEIRA
PARÁ-MARANHÃO (1852-1873)**

INTRODUÇÃO

Segundo o contemporâneo Cezar Augusto Marques (1870, p. 301), a colônia militar São Pedro de Alcântara do Gurupi foi definitivamente assentada nas margens do rio Gurupi em Junho de 1854 conforme a autorização do decreto Imperial nº 1.284 de 26 de Novembro de 1853. A chegada de uma colônia no Gurupi teve relação com a redefinição do limite entre as províncias Pará e Maranhão após o decreto nº 639 de 12 de Junho de 1852 que reconheceu o rio Gurupi como fronteira oficial, anteriormente demarcada no rio Turiaçu (MARQUES, 1870, p.301). A transferência da fronteira foi em decorrência de que naquele mesmo ano de 1852 ter sido aprovada a lei provincial nº 330 de 14 de Outubro; desmembrando do Pará a extensão de terra definida do rio Gurupi até Turiaçu e a incorporando à comarca de Guimarães no Maranhão (MARANHÃO, 1853, p.44).

A historiadora Sueny de Souza (2016. p. 185) afirma que a desanexação do Turiaçu esteve em “grande medida relacionada à utilização daquele espaço que em sua maior parte era explorado por indivíduos pertencentes ao Maranhão”. A relação dos moradores com a fronteira era ambígua pelo fato de que desde a metade do século XVIII já existia comércio e habitantes, para além dos vistos como “vagabundos”, “refugiados” e “amocambados”, mas não conseguiam uma melhoria de situação com a administração portuguesa (SOUZA, 2016. p. 185).

Na pesquisa, observou-se que a proposta de uma boa administração pesou nos debates após a anexação quando as autoridades maranhenses colocam a incorporação como benefício à província do Maranhão porque o Governo maranhense havia tomado a frente na administração do Turiaçu. Os sintomas de melhoramento promovidos pelo Maranhão e que foram insistentemente divulgados vieram a ser: a derrubada de quilombos estabelecidos no Turiaçu e a fundação da colônia no lado maranhense do rio Gurupi. O interesse do Governo maranhense era de garantir o amplo acesso de fazendei-

ros maranhenses às terras produtivas recém-conquistadas, pois não se admitia que quilombolas, indígenas e pobres livres, moradores do Turiaçu há “longa data”¹, usassem as áreas de mineração, agricultura e extrativismo.

Ilustração 1 - Mapa do Maranhão com recorte da região Gurupi-Turiaçu



Fonte: FERREIRA, Franklin Antonio da Costa. Carta geral da província do Maranhão organizada sobre os trabalhos mais acreditados existentes no Archivo Militar e com o additamento que trouxe a legislação vigente pelo... Franklin Antonio da Costa Ferreira.

De acordo com Flávio dos Santos Gomes (2005, p. 274), “a base da experiência de colonização (agrícola e militar) no Maranhão”, da segunda metade do século XIX “assentou-se na perspectiva de obter o controle sobre as áreas ocupadas por grupos indígenas e de escravos fugidos”. Essa estratégia de domínio buscava desfazer o que Gomes (2005, p. 173) discute como “campo negro” que compreendia as redes comerciais, de alianças e solidariedade dos quilombolas com diversas pessoas e grupos étnicos em feiras, povoados, fazendas e vilas; cabendo também ações de conflitos com os inimigos e resistência com a atração de tropas às

¹ Termo retirado das documentações.

matas onde por vezes encontravam “estrepes, fadiga, febres, falta de alimentos e alguns mocambos e roças abandonadas”². Assim, o “campo negro” se baseia na ocupação, no uso de roças, extração de ouro nas minas e outras diversas possibilidades de subsistências que os rios e a florestas proporcionavam.

No mapa pode-se identificar onde a colônia estava no rio, muito mais próxima da baía do Gurupi e de alguns centros locais tanto por terra como por navegação. Há a vila de Viseu no Pará e Turiaçu no Maranhão, além da povoação indígena como Cerzedello também no Pará. A pesquisa compreende o planejamento por meio da colônia com uma posição estratégica na garantia de rotas para facilitar uma melhor locomoção e comunicação no interior. Também se enxerga no mapa uma porção de terrenos auríferos, entre os quais aparece as “minas de Maracassumé” com denominações de “devolutos e de posse nacional”, porém, em anos anteriores, estiveram relacionados à economia quilombola. Relatou o médico Foresti em 1855, ao visitar as minas de Maracassumé, ter escutado o rumor da descoberta das minas ter sido por negros fugidos que lavravam e vendiam ou permutavam o ouro em Santa Helena, Viana e Tury (TREZE DE MAIO, 22 de agosto de 1855, n 531).

Embora no mapa pareça haver longa distância, pode-se dizer que para as noções de tempo e mobilidade da época, a localização da colônia estava diretamente ligada à posição das minas, uma vez que, segundo o ministro do Império em 1854, o raio de atuação policial da colônia alcançaria até as margens do rio Turiaçu porque lá era onde se apresentava forte incidência de “negros fugidos” e “criminosos” (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 29). Enquanto o presidente do

² O autor mapeou a ocupação das florestas do Grão-Pará e Maranhão, mais tarde só Pará e Maranhão, por quilombos formados de indígenas, negros fugidos, libertos, desertores e pobre livres. Gomes identificou que se constituíam desde o século XVIII e mantinham uma relação com a sociedade circundante bastante complexa. Em certas ocasiões quilombolas foram a alguns fazendeiros e comerciantes um prejuízo com a perda de mão de obra, roubos de gado, assaltos e ameaças de morte promovidas, de fato que chegavam a financiar junto ao Governo expedições militares antimocambeiras; enquanto em outros momentos, envolviam-se com os quilombolas comprando seus produtos e permitindo os asenhalados os acobertarem, fornecendo abrigo e informações (GOMES, 2005, p.50-297).

Maranhão, Olimpio Machado, ao apresentar a proposta³ de fundação da colônia em 1853, ou seja, um ano antes, listou as seguintes ações para o Gurupi: povoar as terras férteis então “desabitadas” para aumentar a produção agrícola do Maranhão, servir de apoio à civilização de indígenas e a navegação, restaurar a comunicação com o Pará e devassar as florestas (MARANHÃO, 1853, p.32).

A floresta do Gurupi aparece nas fontes relacionada ao comércio dos indígenas com regatões⁴. De acordo com Marques (1870, p.301), indígenas retiravam madeiras de tintura, construção e marcenaria para fazer negócio com regatões, bem como na mata do Gurupi existiam temperos e óleos como a baunilha, cumaru, copaíba, abutua etc. Marques disse também que o governo geral teve por finalidade com a colônia São Pedro de Alcântara proteger a navegação do rio, afastar o comércio dos regatões com os indígenas e impedir a formação de quilombolas (MARQUES, 1870, p.301). Neste sentido, observando o território de atuação da colônia conforme as autoridades mencionam e compreendendo as percepções dessa zona fronteira para os diversos contemporâneos, mobiliza-se o conceito de região.

O conceito de região discutido por José D’ Assunção Barros (2013), trata-se do recorte espacial feito pelo historiador, baseado na observação de especificidades e analisadas considerando critérios que identificam não só a sua dinâmica geográfica, mas também econômica, social, política e cultural. Neste texto, é citada a região Gurupi-Turiaçu e por vezes, as regiões só Gurupi ou Turiaçu. Foram delimitações realizadas a partir das noções espaciais entendidas nas fontes do que era a zona fronteira entre o Pará e Maranhão⁵. A fronteira compreendia os caminhos e estradas para ligar as duas províncias, as relações sociais pautadas na diversidade étnica e identitária, os interesses dos diferentes sujeitos para a natureza local, os

³ A proposta da fundação da colônia militar Gurupi e mais duas nos seguintes lugares: Grajaú e Alto Pindaré (MARANHÃO, 1853, p. 32). Porém, só a colônia do Gurupi foi colocada em prática.

⁴ Categoria de comerciantes que atuavam nos rios.

⁵ Isso não aparece bem definido, só foi possível relacionando várias falas do período e por meio delas tendo uma ideia de seu limite mais prático para os contemporâneos.

projetos colonizadores do Império, o comércio baseado na troca etc. (BARROS, 2013). Há questões e percepções que moldam a fronteira Pará-Maranhão na segunda metade do século XIX, expressadas na documentação e no entendimento feito pela pesquisa.

Estudar a fronteira entre o Pará o Maranhão a partir da colônia militar foi fundamental para entender os projetos de ocupação que o Norte do Brasil recebe no contexto que o Império estimulava a imigração estrangeira, assim compreendendo as particularidades do lugar que ocupa. Durante o debate sobre colonização e imigração na Câmara do Senado em 1854, o Sr Pedreira, ministro do Império, fez a seguinte explanação sobre o caráter híbrido de uma colônia militar⁶:

“Certos lugares do nosso país não podiam ser povoados por muitos anos, se o governo não tomasse a deliberação de fazê-los policiair, a fim de manter a segurança das pessoas que os quisessem habitar; e o meio que melhor pareceu ao governo para conseguir tal resultado foi o estabelecimento de colônias de soldados ou de indivíduos sujeitos a certo regime militar, para que pudesse haver a subordinação e disciplina indispensáveis à realização daquele fim, e por isso deu-lhes a denominação de colônias militares. E porque os colonos prestam certos serviços de polícia e segurança local, vencem uma etape e um soldo durante o seu engajamento e pouco tempo depois. Querendo-se, porém, que eles se apliquem à agricultura, também lhes concedem terras que cultivam em dias designados agricultura⁷ (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 28)”

⁶ A colônia militar foi uma política agrária e militar estratégica de defesa e colonização do território brasileiro, oficializada em 1854 com o decreto n 1.318 de 30 de janeiro que executava a Lei de terras de 1850 com o art. 83 que compreendia “dentro da zona de dez leguas cotíngua aos limites do imperio com paizes estrangeiros, em terras devolutas, que o Governo pretender povoar, estabelecer-se hão colonias militares” (BRASIL, 1854). Segundo Regina Helena Faria (2009, p. 4-5), o incentivo legal em meados do século XIX alcançou a fundação do Rio grande do Sul ao Pará de um total de 21 colônias militares, mas diferente do recomendado nas fronteiras externas, a maioria foi estabelecida em fronteiras internas, sobretudo entre províncias. Apesar disso, lembra Faria, não era novidade naquele momento porque durante o período colonial nos governos de D. João VI e D. Pedro I foram instituídas algumas; com destaque à região Sul, para afirmar a presença luso-brasileira (FARIA, 2009, p.2).

⁷ Faria (2010, p. 6-7) analisou o regulamento da colônia militar São Pedro de Alcântara e concluiu que a doação de terras não era um processo fácil, a começar pela preferência a soldados casados; não podiam abandonar o serviço militar na colônia por menos de um ano e se

Sendo militar ou não, as pessoas que iriam morar nas colônias militares deviam se dedicar aos dois serviços, aparentemente sem distinção: o de cultivo e o de segurança. Por outro lado, esse projeto de ocupação abria caminhos para o sucesso da colonização estrangeira. Segundo o Ministro Pedreira (1854, p. 25), o modelo híbrido de ocupação devia ser transitório ao se converter em exclusivamente agrícola porque o propósito era fornecer segurança para a colonização, assim ocupando o Brasil com imigrantes europeus e tirando proveito de lugares tidos como estratégicos ao se tornarem povoações sólidas tendo como base a agricultura. A historiografia sobre colônias militares ao Norte do Império ajuda a entender a escolha do que seriam esses lugares estratégicos.

Rafael da Silva (2013) ao trabalhar as lógicas de motivação e simbologias da fundação da colônia militar Pedro II na fronteira franco-brasileira ao norte do País, permite identificar faces desse espaço a partir dos elementos que o compõem, sendo fundamentais para compreensão do papel militar e agrícola. De acordo com Silva (2013), a presença da colônia Pedro II tinha o objetivo de reafirmar a soberania nacional brasileira durante o segundo reinado nesta região contestada entre a França e o Brasil, pois os franceses alegavam que a fronteira entre ambos estava no rio Araguari enquanto os brasileiros a reconheciam no rio Oiapoque. A disputa se dava pelo fato de a região contestada, então vista como “erma” e “distante”, ser repleta de terras férteis e florestas, bem como era uma zona de circulação de escravos fugidos, criminosos e desertores, os quais as duas nações pretendiam capturar (SILVA, 2013).

Francivaldo Nunes (2015, p.195-196) discute como as características sociais, políticas e físicas do espaço foram elementos presentes durante o funcionamento de colônias militares nas fronteiras e “centros acumulativos” de criminosos das províncias do Norte. Na análise do autor, os espaços de colonização para a implantação de colônias militares eram descritos como “desocupados” e “remotos”, o que fez esse projeto ganhar “um tom de defesa” ao

depois ali continuassem a viver, deviam beneficiar o lote de terra concedido e apresentar bom comportamento para conseguir o título de propriedade.

se constituírem em povoações sobre tais lugares (NUNES, 2015, p.195-196). Para o Norte do Império, apareceram com funções de moralizar hábitos, de produção agrícola ou industrial e de filantropia, as quais tomavam maior destaque dependendo da necessidade local (NUNES, 2015, p.195-196).

Diante do exposto, o seguinte trabalho tem por objetivo compreender o processo e os significados da fundação da colônia militar São Pedro de Alcântara na região fronteira entre o Pará e o Maranhão partindo da redefinição do limite administrativo em 1852 até 1873, com a publicação do relatório do engenheiro Gustavo Guilherme Dodt após expedição topográfica ao rio Gurupi. A pesquisa se deu a partir do levantamento e análise de jornais da província do Pará e Maranhão, relatórios de presidente de província do Maranhão, Anais do Senado do Império e relato de expedição topográfica para mostrar os discursos, conflitos e as dinâmicas de ocupação que nortearam os impactos da presença da colônia e as percepções dos diversos sujeitos envolvidos. Para além da introdução e conclusão, a discussão foi desenvolvida em duas seções.

Na primeira seção chamada “A colônia militar e uma “nova era” ao Turiaçu: discursos e conflitos no pós anexação” se elenca falas de diferentes autoridades entre 1853 a 1854, como as do presidente do Maranhão Eduardo Olimpio Machado na Assembleia legislativa, do Senador Costa Ferreira e Pedreira, Ministro do Império na Câmara do Senado, para mostrar a construção do discurso de uma “nova era ao Turiaçu” tomando como ponto de partida a desanexação dessa região do Pará. Assim, desenvolve-se como tal discurso projetou imagens de um Turiaçu esquecido, perigoso e de natureza rentável que buscaram justificar a fundação da colônia militar na fronteira e a caçada, em 1853, a quilombos. Identificou-se nos jornais e relatórios de presidente de província do Maranhão dois quilombos no Turiaçu de fama e proporção significativas. Protagonizou-se o quilombo Minas de Maracassumé, do qual se expõe o processo violento de sua derrubada e as estratégias tomadas pelos quilombolas na ocasião.

Enquanto na segunda seção, “A presença da colônia militar São Pedro de Alcântara no rio Gurupi” se destrincha alguns dos interesses da província do Maranhão com a colônia assentada após 1854 no rio Gurupi e como os diversos moradores da região a receberam. Percebeu-se que o lugar de sua fundação foi planejado para a colônia se tornar um ponto que se conectava a outros em uma rede de rotas comerciais e transporte no interior do Maranhão, sobretudo assumido essa posição e ao mesmo tempo fornecendo segurança. Essas são ações que as autoridades buscavam para fazer o rio Gurupi ser reconhecido como a nova fronteira oficial pela população ali estabelecida.

E a partir da chegada da colônia se aborda a relação com a população local, ao encontrar relações de conflitos e negociações com os indígenas que se aproximavam, ao mesmo tempo identificando uma maior concentração de diversas etnias indígenas e a migração de pobres e livres para as cabeceiras do rio Gurupi. Afirmando-se como estes sujeitos construíram espaços de resistência onde podiam exercer suas dinâmicas de vida de maneira mais livre. Assim, revelam-se as complexas percepções desses grupos para a colônia que travavam sociabilidades se aproximando, mas também a entendendo como uma ameaça pela possibilidade de serem recrutados para o trabalho e hábitos controlados pelo Governo.

A COLÔNIA MILITAR E UMA “NOVA ERA” AO TURIAÇU: DISCURSOS E CONFLITOS NO PÓS ANEXAÇÃO

Algumas autoridades do governo provincial maranhense e do império justificaram a presença da colônia militar com representações sobre o espaço do Turiaçu. Após a anexação, há uma alta expectativa de mudanças para o Turiaçu a partir de um projeto de desenvolvimento para o Maranhão que colocou realizável a derrubada de quilombos e a fundação da colônia militar São Pedro de Alcântara no Gurupi. Os aspectos militar e agrícola foram colocados como necessários diante de um Turiaçu que era divulgado como esquecido e inseguro por abrigar pessoas em situação de refúgio e à margem da lei que, na perspectiva do Governo, eram tratados como um mal estar na região.

Em 1854, o Sr. Pedreira, ministro dos negócios do Império, durante um debate sobre colonização estrangeira, afirmou que o Turiaçu tinha a fama de ser um receptáculo de criminosos e refugiados⁸, o que foi motivo para se ter fundado uma colônia militar no rio Gurupi cujo policiamento alcançaria até as margens do rio Turiaçu (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 29). Para Pedreira, esses sujeitos viviam em solos férteis e por isso retiravam as “vantagens” que a terra oferecia; tornando-a insegura (ANAIS DO SENADO, 1854, p.29).

Também em 1854, o Senador do Maranhão, Costa Ferreira, durante o debate sobre a anexação da vila de Carolina ao Maranhão, lembrou-se do tempo que era presidente dessa mesma Província quando eclodiu a Cabanagem no Pará e essa insurreição chegou à fronteira, então estabelecida no rio Turiaçu. Em tom de acusação, Costa Ferreira contou que houve a falta de prontidão do governo do Pará em impedir os cabanos de atravessarem para o lado maranhense do rio Turiaçu e aterrorizassem queimando as plantações dos lavradores⁹ (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 210).

⁸ Observa-se na documentação que “fugitivos” e “refugiados” incluíam negros escravizados que fugiam de fazendas próximas e os desertores, aparentemente de etnias diversas.

⁹ Sueny de Souza (2016, p. 155) confirma a vinda de tropas do Maranhão, Ceará e Pernambuco para o Turiaçu. Porém, é preciso se atentar para a memória que as autoridades maranhenses procuravam construir para reafirmar a anexação. Segundo Souza (2016, p.158), por

A responsabilidade acabou nas mãos do Maranhão, com apoio das províncias do Ceará e Pernambuco. Ferreira comunicou a Sabino, oficial da marinha, que os cabanos haviam entrado no Turiaçu e precisava dele para “impedir essas desordens”; e prontamente, Sabino “embarcou ao meio dia, e quando foi no dia seguinte de manhã estava ele senhor do Turiaçu” (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 210).

Ferreira afirmava então que o Turiaçu só veio a colher benefícios depois da desanexação do Pará, assim a administração maranhense podia se fazer presente na região (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 159-292). Para o Senador, a anexação representou a chegada de um novo momento ao Turiaçu, trazendo bons resultados quanto à utilidade e segurança do solo cultivável, principalmente de lavouras privadas, estando na responsabilidade do Maranhão investir no cuidado com a região (ANAIS DO SENADO, 1854, p. 159-292).

Essa alegação também foi compartilhada pelo presidente da província do Maranhão. Eduardo Olímpio Machado, em 1853, ao dizer que por ter sido incorporado ao Maranhão há pouco mais de um ano, começava “ao Tury uma nova era” por causa da derrubada de quilombos que habitavam as matas há mais de 40 anos “ameaçando de continuo a segurança individual e de propriedade”¹⁰ (MARANHÃO, 1853, p. 8). Após a derrubada dos quilombos, Machado, ainda em 1853, indicou a instalação “nessas desertas e longiquas paragens uma colônia militar” para contê-los, pois acreditava que “não se reunirão tão cedo em quilombos” (MARANHÃO, 1853, p.8).

Segundo Eni Orlandi (2012, 39-42), a produção de discurso envolve certos mecanismos como no caso da antecipação, a qual estabelece relações de força. A antecipação é quando um locutor

causa da revolta de 1824, ocorrida na vila de Turiaçu e os acontecimentos da Cabanagem, a fronteira Turiaçu recebeu maior atenção militar. Em 1839, o presidente da província do Pará, Bernardo de Souza Franco, contava que havia tropas do Pará e de outras províncias estacionadas no Turiaçu e que da parte do Pará, a preocupação estava “em virtude da revolta popular [Balaiaida] ocorrida na província vizinha [Maranhão]” (SOUZA, 2016, p. 158). Logo, são situações que não aparecem na fala de Costa Ferreira por omissão [acredita-se ser por isso] ou por falta de conhecimento.... não se sabe.

¹⁰ Nos discursos oficiais, a falta de segurança pela existência de quilombolas estava ligada às insurreições em fazendas, mortes de fazendeiros e roubos de gado.

formula imagens sobre o que deseja falar, mas ao mesmo tempo se adianta em formular as imagens que seu interlocutor vai projetar sobre o que está sendo dito; a ponto do locutor conseguir manipular a sua fala para o alcance de um objetivo próprio (ORLANDI, 2012, p. 39-42). A autora também discute que as imagens construídas são formações imaginárias, as quais geram posições diferentes, ou seja, imagens de si, do que se diz e dos outros a partir do lugar social de quem fala (ORLANDI, 2012, p.39-42).

Nesse sentido, o discurso da chegada de um novo e próspero momento ao Turiaçu se apoia na lembrança de experiências como a expansão da revolta da Cabanagem e das ações dos quilombos na fronteira para forjar representações do Turiaçu como perigoso e esquecido - por causa negligência da administração paraense - e das gentes ali estabelecidas. De um lado, existiam os que sabiam aproveitar as terras produtivas como os fazendeiros e do outro, aqueles que não sabiam e eram colocados como um entrave ao desenvolvimento da província vivendo às próprias regras, como os reunidos em quilombo. Desta forma, autoridades construía imagens da administração maranhense, do Turiaçu, do Pará e dos quilombolas para reafirmar a ação da província do Maranhão sobre a região dando sentido a necessidade de se fundar uma colônia militar contra a formação de quilombos como uma atitude a ser continuada como já mostrado na circunstância da Cabanagem.

Esse discurso se finca na expropriação quilombola e na destinação de terrenos usados pelos quilombos para representantes do governo maranhense, quer dizer fazendeiros da província do Maranhão. E na fala das autoridades se compreende que fazendeiros se tratavam de pessoas abonadas e de poder político¹¹. Sueny de Souza (2016, p.

¹¹ Segundo Sueny Diana Oliveira de Souza (2016), o Turiaçu recebeu políticas de colonização durante o governo colonial português por meio da doação de datas de carta de sesmarias, desta forma uma discussão que a autora mostra é a justificativa dos solicitantes em geral alegando a falta de terras para a agricultura e pecuária e que muitos deviam pertencer a famílias abastadas, pois possuíam “grande quantidade de escravos, e provavelmente já estavam assentados em outras áreas”, sendo que parte das sesmarias concedidas na região eram de “militares, colonos ricos, homens influentes e religiosos” (SOUZA, 2016, p. 39). Sueny também afirma que no final do século XVIII e início do XIX haviam fazendas de gado no lado paraense do Turiaçu e nas margens encontrava-se campos comunais usados por diferentes pessoas abo-

187), observa nas falas de autoridades do Pará e do Maranhão travadas na câmara dos deputados, entre 1836 a 1852, que os interesses de desanexar o Turiaçu do Pará se expressavam nos esforços de homens influentes, “potentados” do Maranhão. Para a autora é possível pensar em como pessoas menos abonadas iriam se beneficiar da desanexação, uma vez que suas “ações, produções e comércio” não obedeciam às delimitações administrativas, assim a desanexação aconteceu “após várias solicitações que envolveram interesses distintos para fazendeiros locais, moradores menos abonados e políticos, tanto locais como da capital da província” (SOUZA, 2016, p. 187).

Assim, no ano de 1853, a região do Gurupi-Turiaçu foi marcada por uma intensa circulação de militares em expedições antimocambos. Segundo Olímpio Machado em relatório, no ofício recebido com data de 3 de Agosto de 1853, o capitão Guilherme Félix Freitas, comandando uma expedição antimocambos no Turiaçu, informava o abatimento dos quilombos Minas de Maracassumé e Santo Cristo, reconhecidos como “principais” e com reputação de mais “temíveis”: O primeiro foi encontrado nas margens do rio Maracassumé e nele viviam 200 pessoas reunidas em uma povoação que além da agricultura, sustentava-se das minas de Maracassumé trocando o que retiravam em Santa Helena e outras paragens por “viveres e fazendas secas” com regatões e “gentes dos povoados” (MARANHÃO, 1853, p. 7- 8). O segundo foi encontrado entre os rios Parauá e Maracassumé e cujo rei havia morrido há dois anos (MARANHÃO, 1853, p. 7-8).

Para chegar até os mocambos, o capitão usou a estratégia de seguir os diferentes trilhos que se distribuíam partindo da fazenda Jusaral, situada no Parauá (MARANHÃO, 1853, p.7). As picadas produzidas “mata adentro” pelos quilombolas não apenas serviram como pistas que indicaram as localizações dos quilombos aos militares, mas também mostraram experiências e contatos construídos em busca de estabelecer comércio e proteção em um circuito quilombos-senzalas. Flávio Gomes (2005) discute que os quilombos no Turiaçu se manti-

nadas para a criação de gado, como o Deputado do Maranhão Costa Ferreira, que contou durante um debate em 1847 na Câmara do Senado do Império que era costume soltar o seu gado (SOUZA, 2016, p. 52-136).

nham articulando agricultura, comércio realizado junto aos regatões e povoações locais com redes de comunicações com diversos grupos, entre eles, os escravos asenzalados nas fazendas, os quais não só lhes davam abrigos durante viagens, mas os informavam das investidas dos planos das autoridades provinciais de avanço pela floresta.

Tendo sucesso com essa estratégia, o Capitão e sua tropa encontraram as habitações do quilombo Minas de Maracassumé, o que se seguiu em um confronto, pois esse era um evento possivelmente esperado pelos quilombolas; ao encontrá-los armados e munidos “como se estivessem sobre aviso” (MARANHÃO, 1853, p. 8). Segundo o presidente Machado, o resultado foi de 2 guardas de polícia com ferimentos graves, 3 praças do 5º batalhão de infantaria com ferimentos leves, 10 pretos mortos e feridos alguns que conseguiram fugir para as matas, porém, relatou essa autoridade, que no dia 10 de Agosto daquele mesmo ano alguns desses foram presos com poucas armas e “munições de guerra (MARANHÃO, 1853, p. 8). Já entre os mortos estava o rei Palmerio, escravo do Coronel Antônio Onofre Ribeiro e substituto do falecido rei Epifhanio (O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n 72). A soma foi calculada em 98 amocambados, contando presos, mortos e os que se apresentaram voluntariamente aos seus senhores (MARANHÃO, 1853, p. 8).

A ação de serem encontrados armados mostra a nós redes de comunicação e vigias como importantes táticas de manutenção do quilombo. Se Freitas e a tropa tivessem demorado um pouco mais na expedição a caminho do Minas de Maracassumé, tê-lo-iam encontrado completamente abandonado porque muitos já haviam se dispersado; enquanto os que fugiram antes e durante o embate, podiam contar com a proteção, bem como com informações e aviso, de muitos que tinham contato pois Olímpio Machado, dizia ter ordenado a prisão daqueles que mantinham relações comerciais com os quilombolas na finalidade de os que escaparam não contassem com a ajuda deles, os quais neste caso eram os negociantes Marcelino José da Costa Ramos, Isidoro Francisco de Oliveira, Theodoro Sodré, Mariano Gil (MARANHÃO, 1853, p. 8).

Capturados pela força de 1º linha do 4º distrito do Parauá, o número de presos resumia-se em 53 quilombolas, 25 homens e 28 mulheres, dos quais 52 pertenciam a moradores do Maranhão; com exceção do escravo Felisberto cujo senhor chamado Carambola residia no Pará (MARANHÃO, 1853, p. 49). Trata-se de um número significativo frente aos 200 quilombolas estabelecidos no Minas de Maracassumé e mesmo que nesta pesquisa não tenhamos acesso à origem dos mortos e dos não capturados, essa informação nos permite compreender como tais fugitivos perceberam o processo de redefinição da fronteira administrativa e os investimentos das duas províncias para a região do Turiaçu, utilizando disso como estratégia para a manutenção do quilombo. Quando estavam do lado direito do rio Turiaçu, então margem paraense da fronteira antes de 1852, os fugitivos do Maranhão possivelmente conheciam e observavam os desentendimentos e interesses entre as províncias apresentados na seção anterior, e assim acabavam se valendo deles, principalmente da experiência de estarem em território paraense.

Isto se torna evidente quando ao ter conhecimento do envio de militares para abater o Minas de Maracassumé, alguns quilombolas partiram para as margens paraenses do Gurupi (O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n 72). A travessia para o lado paraense da fronteira demonstra atitudes tomadas levando em consideração experiências vividas geograficamente e socialmente quando a fronteira política esteve no Turiaçu em anos anteriores. Maria Thompson Flores (2015) identificou como as pessoas que cometiam crimes se valiam das particularidades políticas e geográficas da fronteira Sul do Brasil com Uruguai e o Estado Oriental na segunda metade do século XIX para garantir a sobrevivência e a impunidade.

De acordo com Flores (2015), os diferentes indivíduos lidavam com as incoerências do espaço de fronteira as manejando, atravessando de um País a outro pelo rio; sabiam que cada província possuía leis próprias para punir, mas também das imprecisões em julgar crimes pelas brechas que a jurisdição permitia ao cruzar de um lado a outro. Portanto, mesmo que a pesquisa não entenda a

fronteira simplesmente como uma linha administrativa e compreenda que às ações cotidianas e redes de sociabilidade estabelecidas entre os diferentes sujeitos não levavam em consideração essa demarcação, em outros momentos, além de ter consciência do que a fronteira administrativa representava. Muitos sujeitos, sobretudo aqueles tidos como de vida errante, valeram-se dos limites da atuação provincial para se deslocarem entre as margens paraenses e maranhenses dos rios Turiaçu e Gurupi nos diferentes contextos.

A destruição do quilombo Minas de Maracassumé levava a outro objetivo das autoridades maranhenses, o controle dos terrenos de mineração. Olímpio Machado, presidente do Maranhão, para reforçar a tomada das minas e facilitar o acesso, realizou a abertura de uma estrada. Reutilizando uma picada feita pelos quilombolas para se chegar às minas; dizia ele, que estava sendo construída tal estrada partindo da Fazenda Jussaral até as margens do rio Maracassumé com a força de 60 operários livres e naquele ano de 1853, já haviam completado 8.000 braças de comprimentos e 24 palmos de largura; o plano era 16 léguas de extensão (MARANHÃO, 1853, p. 23).

Essa estrada, segundo Machado, “saltava aos olhos”, o que exigia pôr um destacamento nas margens do rio Maracassumé para impedir a aproximação de sujeitos atraídos pela fama das minas encontradas entre esse rio e o Tury, bem como serviria para impedir a formação de mocambos nos seus arredores (MARANHÃO, 1853, p. 23). Logo, este é um momento em que o governo do Maranhão, a partir da administração de Eduardo Olímpio Machado, planeja a ocupação do Turiaçu através de estradas e investe na militarização da zona de mineração no Maracaçumé ; ver se com isso, um projeto que buscava construir uma característica de espaço fronteiro ordenado, controlado pelo Estado provincial, no qual não há a presença de modos de vida como os dos quilombolas que se afastavam da lógica de favorecimento ao pretendido desenvolvimento do Maranhão.

Logo, o andamento da estrada e a de derrubada de um famoso quilombo são os pontos de partida para o aproveitamento do Turiaçu naquele momento como território conquistado. Afirmou Machado:

“Dado este primeiro passo, fácil se torna fazerem-se novas explorações, abrirem-se outras vias de comunicação; e de tudo isto resultará o aproveitamento de uma grande quantidade de terras, que o terror, que inspirarão os quilombos de escravos fugidos, havia subtraído aos agricultores da província (MARANHÃO, 1853, p. 23)”.

Para além das representações sobre os quilombolas como ladrões de “grande quantidade de terras” que os desconhecem como moradores, bem como o seu modo de aproveitar a região, eles obtiveram tais terras para si e nelas se encontraram durante “longa data” com proporções consideráveis, regidos por “reis” e reconhecidos pela população local por meio das redes de sociabilidades. Por outro lado, esses são eventos chaves para as autoridades maranhenses que não só divulgam, mas afirmam a ideia do avanço por fazendeiros maranhenses como representantes de um projeto de desenvolvimento do Maranhão, no qual o Turiaçu recém-anexado tinha um papel muito importante e neste sentido, a colônia militar se apresenta como a continuação desse processo¹².

Embora o processo conflituoso que antecede a fundação da colônia com a derrubada de quilombos e o destaque nos documentos oficiais como um projeto de ocupação militar, sobretudo antimocambo, para os anos posteriores de seu assentamento no Gurupi, a pesquisa se desenvolveu considerando ações muito mais relacionadas aos indígenas. Dessa maneira, as fontes permitiram direcionar o foco para a relação do indígena do Gurupi com a colônia, pois aqui, neste trabalho volta-se o olhar mais a essa região e com isso encontra uma ausência¹³ de quilombolas nas dinâmicas do rio.

¹² Embora na seção seguinte se aborde outras faces do que a colônia representou na fronteira, vale esclarecer que ela também significava esse avanço da grande propriedade porque era um núcleo de povoamento significativo, tendo em vista o seu funcionamento e crescimento por meio da agricultura. A expectativa é que ela fornecesse a produção agrícola para consumo local e de fora.

¹³ Diferente desta pesquisa, o trabalho “A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)” do historiador Flávio Gomes, que está na referência final do artigo, faz um levantamento e análise das dinâmicas quilombolas entre o rio Gurupi e Turiaçu, abordando as sociabilidades com a colônia militar em alguns capítulos.

A PRESENÇA DA COLÔNIA MILITAR SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA NO RIO GURUPI

As autoridades maranhenses sabiam da importância que teria com o passar dos anos a fundação de uma colônia militar no rio Gurupi, pois essa era uma ação da província do Maranhão que, naquele contexto pós-anexação, buscava fazer o seu domínio sobre o território entre o Turiaçu e o Gurupi ser reconhecido. Logo, o papel da colônia também era de definir o rio como um limite entre as duas províncias por meio de experiências cotidianas de ocupação, as quais estabeleciam em uma margem sendo terras pertencentes ao Pará e na outra do Maranhão. Posto isso, nesta seção será discutido os impactos da presença da colônia militar São Pedro de Alcântara no rio Gurupi, tendo em vista o movimento do governo maranhense em instituí-lo como fronteira administrativa no cenário de pós-anexação do Turiaçu.

A partir de 1853, propostas de construção de estradas aparecem com mais frequência nos relatórios maranhenses de presidente de província com o objetivo de facilitar o acesso às áreas produtivas, ou seja, que possuíam potencial econômico como os campos de gado, minas e florestas. Eduardo Olímpio Machado, em 1853, apresentou à Assembleia Legislativa que as trilhas partindo da fazenda Jussaral, usadas para chegar até os quilombos na expedição do capitão Leopoldo Freitas, foram aproveitadas para a abertura de uma estrada cuja extensão alcançava as margens do rio Maracassumé (MARANHÃO, 1853, p. 23).

Nesse sentido, manter o livre acesso a territórios economicamente rentáveis dependia de segurança, função direcionada à colônia após assentada em 1854. O presidente de província do Maranhão, Antônio Cândido da Cruz Machado, recomendou no relatório de 1856 a reabertura de uma antiga estrada usada em 1720 pelos “índios” da povoação Gurupi que servia para viajar à Belém no tempo em que o Pará e Maranhão eram capitânias (MARANHÃO, 1856, p. 120). O caminho seria reaproveitado para aproximar as

relações comerciais entre os habitantes do Maranhão e os do Pará, tendo entre os principais beneficiados os donos de gado dos campos de “Viana, Tury-assu e Gurupy” para vender o gado em pé no Pará, pois esses criadores contariam “como no tempo do governo colonial” com a proteção de um estabelecimento como era a colônia (MARANHÃO, 1856, p. 120).

Estradas para o desenvolvimento e transporte do gado entre o Pará e Maranhão também já haviam sido apontadas por Machado em seu relatório de 1854. Machado indicou a abertura de duas: uma que ligaria a colônia militar à vila de Tury-assú para se ter acesso às margens do rio de mesmo nome pois na mata existiam “drogas de facil permuta comercial” e “provavel existência de goma elástica” e outra estrada que iria dos campos de Viana até o rio Guamá no Pará para realizar a criação e venda de gado (MARANHÃO, 1854, p. 20-21).

Nesse sentido, as estradas sendo propostas ou já realizadas transformavam a colônia em um ponto estratégico que se conectava a outros; vilas, povoados e os principais centros das capitais. E complementar a isso, a segurança territorial fornecida por ela significava para o Governo maranhense a garantia do controle desses pontos e rotas. Então eram áreas selecionadas como foi no caso da reutilização de onde havia a circulação de quilombolas. Tal como também aquelas aonde se chegava a campos de criação, matas e mineração com o objetivo de se conservar uma rede de comércio, incluindo, sobretudo, o Pará. Desta forma, o Maranhão buscava delimitar e conectar as terras entre as duas províncias por meio das estradas e a colônia.

A presença da colônia militar São Pedro de Alcântara e do incentivo à construção de estradas motivou a migração de diversas pessoas para as margens do rio Gurupi. De acordo com o historiador Arthur Germano dos Santos (2016, p. 194) em 1856 chegaram para os arredores da colônia militar do Gurupi “algumas pessoas com diferentes lavouras” como o “cidadão Agostinho Pedro de Maia”, um lavrador de cana que ergueu um “pequeno engenho” com a autorização do primeiro diretor da colônia militar, o então Tenente-Co-

ronel Francisco Junqueira. O deslocamento para morar no Gurupi representava, possivelmente, o benefício da segurança que a colônia podia fornecer aliada à proximidade com o rio para o transporte mais prático¹⁴ de produtos a outras localidades. Afinal, a colônia estava no perímetro cuja navegação era estável (DODT, 1873, p. 93).

Não apenas fazendeiros, indígenas também procuraram morar nos arredores da colônia. O presidente do Maranhão, José da Silva Maya, em 1869, apresentou no relatório que o diretor da colônia Leonardo Luciano de Campos havia informado o desejo dos indígenas do Alto Gurupi de se aldearem próximo à colônia, mas não faziam pois tinham medo de não contarem com proteção; diante disso, pediu a permissão do presidente para enviar o padre Anunciação até os indígenas a fim de “atrahil-os para junto da colônia” (RELATÓRIO, 1869, p. 9-10). José Maya aprovou tal ação, pois, conforme lembrava, retirar os indígenas das matas para serem civilizados era função do diretor, conforme o regulamento de 1ª de Fevereiro de 1855¹⁵ (RELATÓRIO, 1869, p. 9-10).

O desejo dos indígenas de se aproximarem podia estar ligado ao objetivo de estreitar relações comerciais com a colônia. É preciso observar que no mercado local do Gurupi era notável a atuação deles como comerciantes. Alguns anos depois deste ocorrido, o engenheiro Gustavo Guilherme Dodt, tendo seu serviço contratado pelo presidente da província do Maranhão, Augusto Olympio Gomes de Castro, realizou uma expedição topográfica ao Gurupi por volta de 1872 e constatou na parte que compreendia a colônia militar e seus arredores com alguns sítios, a população conseguia os produtos naturais como óleos retirados da mata com os indígenas e consumiam a farinha produzida pelos indígenas do “Alto Gurupy” em alguns pontos do Pará e Maranhão (DODT, 1873, p. 91-144).

¹⁴ Souza e Ricci (2014, p.12-19) enxergaram as dificuldades no deslocamento entre o Pará e Maranhão entre o século XVIII e início do XIX, constatando que os percursos terrestres e intrários até Turiaçu e São Luíz eram visivelmente difíceis dependentes do tempo da natureza com o vento, a baixa e cheia das marés, o que refletia nos dias de viagem.

¹⁵ Esse se tratava do regulamento interno de funcionamento da colônia (FARIA 2011, p. 8-14).

Por isso, a necessidade dos indígenas de comunicarem a aproximação com a colônia militar mostra como estiveram atentos ao que ela representava enquanto um posto de policiamento e centro civilizatório, dedicado a manter a ordem no Gurupi. Embora evidencie como isso os preocupava, porém não foi um impedimento de fato pois recorreram à negociação. Estarem receosos e pedirem proteção revela uma face de como indígenas e poderes locais, representantes do Estado, mantinham contato nesta zona, ou seja, em certas condições conversadas e atendendo aos interesses de ambos. Se para os indígenas era a possibilidade de novos consumidores dos seus produtos, por outro lado, para as autoridades do governo significava uma oportunidade de obter resultados frente ao objetivo de civilizá-los na região.

Aproximar os indígenas à ideia de civilização significava o estímulo das autoridades por uma ocupação que desenvolve o Maranhão, tendo em uma das frentes o papel civilizatório da colônia. Conforme debate Renata de Oliveira (2020), a política de catequizar e civilizar os indígenas como traz o regulamento de missões de 1845, tratava de atender as demandas relacionadas ao uso da terra pela elite, restringindo o espaço de atuação dos primeiros, enclausurando-os em assentamentos para que áreas produtivas onde circulavam estivessem disponíveis para o avanço de fazendas exportadoras.

Nesse sentido, nesses assentamentos apreenderiam a ser cristãos, a ser mão de obra assalariada e enxergar a terra como substrato do trabalho através de uma catequização civilizadora, a qual moldava o indígena para ser um sujeito supridor dos interesses do Estado e dos grandes fazendeiros frente às possíveis perdas que a abolição¹⁶ causaria (OLIVEIRA, 2020). Com

¹⁶ As ações do Estado como o regulamento de missões em 1845, a publicação da lei de terras em 1850 e as dezenas de colônias militares que iriam ser fundadas após 1840 tinham relação com o movimento das elites, sobretudo agrícolas, de articular a transição de uma mão de obra que suprisse a negra escravizada. Porém, vale ressaltar que a possibilidade da abolição não se dá só na segunda metade do XIX. Emília Viotti da Costa (1999, p. 195-231) trata sobre os insucessos das primeiras experiências desde a década 1820 com as colônias baseadas no sistema de parcerias; com elas lavradores buscavam testar mão de obra estrangeira a fim

vista nisso, o jornal *Publicador Maranhense*, em 1860, traz a informação de que a Colônia militar do Gurupy, sob administração de Altino Lelles Rego, contava com “224 indivíduos, entre os quais figurão 26 índios ainda não civilizados¹⁷, que estão situados junto à colônia e são ocupados no serviço della sempre que he mister” (PUBLICADOR MARANHENSE, 11 de maio de 1860, nº 109). Logo, ela se trata de um dos tipos¹⁸ de assentamentos pensados para atrair e abrigar os indígenas, destinando-os ao mundo do trabalho vigiado por autoridades do Governo, principalmente em seu interior.

de se preparar para a abolição que já estava em debate, desta forma tendo outra alternativa de trabalhador livre a custo baixo.

¹⁷ O engenheiro Dodt (1873, p. 124), após conhecer a colônia de perto durante sua expedição ao rio Gurupi por volta de 1872, contou que nela moravam menos de 30 “índios”: homens, mulheres, adultos, velhos e crianças da etnia Guajajara. Enquanto sobre o termo “indivíduos”, aqui nesta pesquisa a partir da leitura das fontes levantadas e da historiografia sobre a colônia do Gurupi, não há uma conclusão fechada sobre a origem e unidade étnica desse grupo. O que se sabe é que após assentada em 1854, nas cartas do primeiro diretor da colônia, o tenente Junqueira, ao presidente do Maranhão, Olímpio Machado, é colocada a recomendação de 100 casais de europeus para morar em suas dependências, porém isso nunca aconteceu e o que se apresenta no levantamento populacional nos anos posteriores são grupos de “pobres livres” classificados por profissão e sexo. Essas são informações coletadas nos trabalhos de Regina Helena de Faria (2011), (2015) e Marcelo Guimarães Magalhães (2014). Enquanto no jornal *Publicador Maranhense* de 1860, em uma nota comemorativa dos resultados obtidos nos meses iniciais da posse do diretor Altino Rego, aparece o termo de “nacionais”, entre os quais está o negociante Felipe João Ramos (PUBLICADOR MARANHENSE, 10 de Maio de 1860, nº 118). Então, fica subentendido que eram pessoas pobres livres brancas ou ditas “mestiças” brasileiras, ainda assim é preciso observá-las diante da questão e condição da identidade indígena frente o objetivo civilizatório. De acordo com Renata de Oliveira (2020), o projeto civilizador estimulava a incorporação do indígena à Nação através da miscigenação com a abertura dos aldeamentos para feiras e novos moradores e ensinando a relação de sedentarismo com a terra. Assim, diluídos entre os “nacionais”, suas terras poderiam ser usurpadas mais facilmente, uma vez que era possível o reconhecimento do Indigenato - o direito originário após a publicação da legislação de terras de 1850 (OLIVEIRA, 2020). Por isso o reforço do objetivo de retirar das matas e civilizar aqueles ditos “índios” “errantes”, “selvagens”, “não civilizados” e “semibárbaros” com a finalidade de destituí-los de um apego a terra para torná-las devolutas, pois essas imagens preconceituosas expressavam suas identidades e culturas forjadas a partir do semi ou total nomadismo (OLIVEIRA, 2020). Portanto, por vezes a identidade indígena aparece nas fontes violentamente silenciada com as representações de “mestiços”, “indivíduos” ou “nacionais” elaboradas pela elite e pelo Estado escravocratas para resolver os problemas de mão de obra e novas frentes de expansão diante dos rumores da abolição.

¹⁸ Identificou-se os seguintes tipos de assentamentos coexistindo: aldeamentos oficializados pela política de missões de 1845, colônias militares e colônias indígenas oficializadas pelo regulamento de 1854 da lei de terras de 1850.

Por outro lado, a Colônia representava um ponto na formação de um cerco¹⁹ no território indígena para direcioná-los aos interesses do Governo, sobretudo o de se ter acesso à natureza potencialmente econômica da região Gurupi-Turiaçu usada cotidianamente pelos próprios indígenas; e assim os colocando como mão de obra para explorá-la. Podemos observar isso na recomendação do presidente de província Antônio Machado, em 1859, que tentava direcionar aos cofres públicos o lucro da extração e venda do óleo de copaíba pelos indígenas por meio da fundação de uma missão²⁰ e um destacamento nela como complemento da colônia militar para retirar as “tribus semibárbaras” das matas e inseri-las na sociedade com o propósito de aumentar o comércio dos “preciosos gêneros” naturais, principalmente o da copaíba que tão “importante com mais de trinta canôas que anualmente sobem o rio [Gurupi], destas, porém, não se tem tirado a menor vantagem” (MARANHÃO, 1859, p. 120).

Então, a colônia simbolizava uma ação direta do Estado sobre o indígena e consegue ter em suas dependências uma quantidade deles, alcançando o seu objetivo. Contudo os contatos e ações dos sujeitos que ela buscava controlar por vezes acontecem de forma que tal controle se torna bastante relativo. Aconteceram por negociação, fazendo as condições dos indígenas - como vimos em parágrafos anteriores - e até mesmo houve situações em que as aproximações se mostraram cautelosas definidas por certa distância. Arthur dos San-

¹⁹ A administração do regulamento de missões formava no Maranhão um circuito que mapeava os territórios de circulação dos indígenas. Havia 18 diretorias parciais de indígenas, ou seja, unidades territoriais administrativas (chamadas por vezes também de distritos) da província que funcionavam sob os cargos de dois gestores: diretor geral e o parcial, esse último suas funções eram voltadas mais às pendências cotidianas dos assentamentos. Em 1870, a do Gurupi era o 18º distrito; próxima dela abrangendo o município de Imperatriz estava o 17º, as duas até aquele ano não tinham um levantamento exato sobre as populações indígenas e quantidade de aldeamentos (MARQUES, 1870. p. 142-143). Ao oeste do Maranhão contava-se as 16 diretorias com os aldeamentos, 3 colônias indígenas e além disso, por toda a província havia uma porção de indígenas “selvagens” (MARQUES, 1870. p. 143). Quer dizer, de modo de vida nômade e se tendo informações escassas sobre eles, o que dificultava qualquer objetivo de controlá-los.

²⁰ Entende-se que fundar uma missão significava pôr religiosos ou militares como autoridades locais no gerenciamento de indígenas de um determinado território na condição de um assentamento.

tos (2016, p. 194) teve acesso às informações do relatório de 1856, o historiador conta sobre alocação de indígenas próxima à colônia; realizada após pedirem autorização ao diretor Junqueira, porém da colônia até suas malocas se tinha que fazer uma viagem de oito dias. Já outros contatos aconteceram por meio de conflito.

Em 1870, o vice-presidente da província do Maranhão, José da Silva Maya, relatava que no ofício de 10 de Setembro do diretor da colônia do Gurupi lhe chegou a informação de que no dia 28 de Agosto daquele ano, um número de vinte indígenas da etnia Urubú havia assaltado a canoa de Francisco Severiano Nogueira no rio Gurupi na altura das cachoeiras acima da colônia, deixando duas pessoas feridas que estavam na embarcação (MARANHÃO, 1870, p. 27). Diante do ocorrido, contou que mandou seguir para a colônia 20 praças do corpo provisório comandados por um oficial para combater as correrias de “índios urubus” que ameaçavam o comércio feito por esse rio, mas recomendava antes do “emprego da força” se tentasse todos os meios de pacificá-los e chamá-los para “as boas e amigáveis relações” (MARANHÃO, 1870, p. 27). Portanto, a atuação do Governo através da colônia e, sobretudo, quando se pede reforço militar ali, causa va tensões. Acabaram permitindo a construção de uma organização territorial do rio Gurupi baseada, ao que se parece, em uma maior e menor circulação de indígenas.

Ilustração 2: quadro com levantamento dos Indígenas da fronteira Pará-Maranhão (1873)

Etnia	Quantidade por pessoa	Localização
Timbé	6.000	Pará, das cabeceiras do Gurupi e barra do Uraim se estendendo até o rio Capim. No Maranhão, iam das cabeceiras do Gurupi até o Pindaré
Manajó ou Amanajé	300 a 400	Margem do rio “Caju-apara”, o qual é um dos braços do Gurupi que fica no Maranhão

Urubú	Indefinido	Cabeceiras de “Caju-apara”
Timbira	400 a 500	Cabeceiras de “Caju-apara”
Guajá	1 a 4 casais (grupos pequenos)	Errantes
Guajajara	Menos de 30	Colônia militar São Pedro de Alcântara do “Gurupy”

Fonte: DODT, Gustavo Luiz Guilherme. Descrição dos rios Paranahyba e Gurupy. Relatórios sobre a exploração dos mesmos de uma memória sobre o porto de San’ Luiz do Maranhão. Maranhão: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1873, p. 117-146

Embora circulassem e vivessem nos arredores da colônia, essa tabela organizada a partir do levantamento feito pelo engenheiro Gustavo Guilherme Dodt mostra como grande parte dos indígenas se estabeleciam próximos a rios situados em perímetros onde uma atuação cotidiana do Governo era aparentemente mais precária, tanto no lado do Pará como no Maranhão. Quando Dodt (1873, p. 91-159) fala dos habitantes do rio Gurupi em seu relatório de expedição, identifica que a população “civilizada” se encontrava espalhada entre Viseu, a colônia militar e a vizinhança da segunda contando alguns sítios até a povoação de “índios” chamada Gurupy. Enquanto indígenas regatões e pobres livres “mestiços” aparecem nesses lugares da tabela acima, com destaque para as margens do rio Cajuapara.

Esta classificação de uma parte do rio Gurupi sendo habitada por pessoas civilizadas e outra por indígenas, regatões e pobres livres buscava reforçar a necessidade de as autoridades agirem sobre uma extensão do rio onde ainda precisava ter uma característica desordenada em contraste com a outra que tinha a forte influência do Governo com ocupações e dinâmicas de seu interesse, principalmente fazendo isso sobre uma população cujas identidades eram repudiadas. Por outro lado, esses sujeitos que eram alvo de controle do Estado Imperial e provincial constituíam a zona “incivilizada” do Gurupy para conservar seus modos de viver. E essa proteção se deveu em muito à natureza e as dificuldades próprias que ela impunha em se viajar de uma ponta a outra do Gurupi.

A partir das informações de Dodt, percebe-se que o rio Gurupy era mais caudaloso e estável para navegação na zona que correspondia da povoação Gurupy a Viseu, porém dessa povoação até o rio Tocantins se encontrava algumas dificuldades porque se esbarrava nas cachoeiras iniciadas no lugar chamado Pedras d'amolar, logo após a povoação do Gurupy, subindo em sentido sul (DODT, 1873, p. 91-159). Para atravessar algumas delas, era necessário usar uma embarcação pequena e puxá-la por espia²¹ de pedra em pedra, aproveitando os remansos formados debaixo das pedras maiores. (DODT, 1873 p. 102). Uma parte da tripulação alcançava as pedras, firmando o pé nelas e segurando a espia para arrastar a canoa, ao mesmo tempo, outra parte com pelo menos duas pessoas atuavam sustentando a canoa com varas compridas que serviam de apoio para a espia não se romper; se caso viesse a acontecer e não tendo algo mantendo o controle da canoa, ela poderia se despedaçar entre as pedras (DODT, 1873, p. 102).

Então, as cachoeiras possibilitavam um distanciamento diário entre essas duas delimitações das margens do rio Gurupi, uma vez que esse percurso se tornava bastante trabalhoso e perigoso para o deslocamento frequente²². Além disso, revela a heterogeneidade do rio quebrando a noção de uma linha continua para o rio-fronteira que se apresenta nos mapas da época para um fim administrativo. Como analisa Lucien Febvre (2000) para o Reno, então a fronteira

²¹ Espia, segundo o dicionário On line de português: [substantivo feminino. náutica. trata-se de um cabo que serve para amarrar embarcações. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/espia-2/>. Acesso: 04 de março de 2021.

²² Por terra, não se tem informações sobre percursos bem definidos, mas se vê pelo cruzamento de fontes a confirmação da rota mencionada pelo rio. É necessário esclarecer que a dificuldade de se locomover a partir das limitações que a natureza coloca não era um impedimento, os diferentes sujeitos viajaram sim de um lado para o outro do rio conforme lhes era pertinente. O que se quer afirmar aqui é que esse deslocamento não era frequente, principalmente pelas autoridades e exatamente pelo grande esforço em fazer isso; contando ainda a possibilidade de receberem flechadas de indígenas. A própria contratação de Dodt para realizar uma expedição serve de ponto de partida para pensar a busca da província do Maranhão em estar fazendo o reconhecimento dessa região para devassá-la, pois todos os levantamentos do engenheiro são nesse sentido, em identificar como se poderia investir nessa parte "incivilizada" do rio para torná-la "civilizada"; ele indica a possibilidade de estradas, de construções para aumentar o volume das águas dos pequenos rios, explorando se o solo é aurífero, mapeando os indígenas etc.

franco-alemã, sendo constituído de vários rios e diferentes reinos, ele não era homogêneo; em suas diferentes partes continham particularidades devido uma natureza múltipla e população diversa.

A existência das cachoeiras chama atenção para o fato de o Gurupy ser formado, na verdade, por um conjunto de rios que por vezes se interligam sendo confluentes e tributários. Segundo Dodt (1873, p. 96-97), o rio Gurupy em confluência com o Gurupy-mirim se apresentava com três principais braços: na reunião de rios e igarapés formava o Cajuapara e Ytinha cujo tributário era o Tucunmandiua. E o Cajuapara apresentava dinâmicas que nos permite conhecer um pouco mais sobre identidades e as relações interétnicas dos sujeitos que o Governo buscava o controle.

Segundo Dodt (1873, p.143-146), por volta de 1869, as terras “devolutas” do Gurupy estavam sendo ameaçadas pela “invasão” das gentes “baixa do sertão” de Imperatriz. Sobre esses “sertanejos” disse que “ignorante quanto possível” tinham o vício dos negros e dos brancos, bem como também os chamou de “plebe do sertão” (DODT, 1873, p. 143). Quase dois anos levando o gado a Cajuapara; ao decidirem fazer a mudança completa para o Gurupy, houve um desentendimento com os indígenas motivado por furto gado (DODT, 1873, p. 145). Os Timbiras, pelo caminho que chegava até a aldeia, passando pelo campo de Santa Thereza, roubaram “uma rez” de um sertanejo; mataram-na e também ameaçaram o dono de morte, embora nada fizeram, porém isso foi o suficiente para Dodt apontar a necessidade de estabelecer um pequeno destacamento que ele informou ter apresentado em um ofício de 3 de Agosto ao presidente de província (DODT, 1873 p. 145).

Outro agente frequentador de Cajuapara era o regatão. De acordo com Dodt (1873, p. 137-141) mereciam atenção porque o comércio exercido por eles vinha se tornando uma prática perniciosa aos indígenas. Chama os regatões de pessoas “ignorantes e viciosas” que negavam o “trabalho regular”; dedicavam-se a comerciar de maneira limitada, eram poucos os que negociavam diretamente nas praças do Maranhão e Pará, a maioria se abastecia de produtos em Viseu

e na Colônia militar e vendia em Cajuapara, seu principal mercado consumidor (DODT, 1873, p. 138-39). A informação de não poder comerciar diretamente com alguns portos estava relacionada ao comércio clandestino, porém funcionava por redes de contatos.

De acordo com Siméia Lopes (2002, p. 75-81), os regatões eram comerciantes estratégicos no encurtamento de viagens pelo rio entre o centro das cidades e os interiores para a venda e compra de produtos. Atuavam no comércio clandestino escapando do imposto de circulação de produtos, então a relação das autoridades e da elite com o regatão era ambígua: entendiam o papel que tinham no abastecimento e transações comerciais, por outro lado condenavam como prática fraudulenta, mas que aparecem nas dinâmicas dos comerciantes regularizados da cidade de Belém que empregavam canoas de regateio para se chegar até os altos rios (LOPES, 2002, p. 75-81).

Chegado o mês de Novembro em diante, os regatões saíam em busca dos indígenas que estavam lhe devendo para juntos alcançarem alguma paragem com copaibeiras com a finalidade de extrair o óleo de copaíba, o que para Dodt afastava cada vez mais os indígenas da civilização (DODT, 1873, p. 139-140). Para Dodt (1873, p. 115-146), a venda de óleo de copaíba realizada com os regatões indicava que o comércio de troca poderia ser um meio de alcançar a civilização dos indígenas, pois este era o meio pelo qual adquiriam panelas, tecidos, talheres etc.²³; por isso podia-se chamar “semi civilizadas” a maioria das etnias indígenas do Gurupi.

Então, chamá-los de semi-civilizados revela estratégias frente à potencialidade que um funcionário do governo via no comércio de óleo travado pelos indígenas para se alcançar os objetivos do projeto civilizador e a exploração econômica da copaíba, contudo, os regatões eram vistos como um grande empecilho porque o lucro do óleo estava sendo direcionado em benefício deles e não aos cofres públicos.

²³ Essa referência de que o contato e a necessidade de adquirir objetos que são vistos como “civilizados” e distantes da identidade do indígena implica atualmente em um pensamento preconceituoso e falacioso, porém neste contexto, usar talher, tecido, miçangas e outros como um argumento de estar deixando de ser “índio” foi pensado para as tentativas de alcançar os objetivos do Governo provincial.

Siméia de Nazaré Lopes (2002, p. 78-81) discute que os argumentos de autoridades paraenses no século XIX giravam em torno de impedir o monopólio do comércio dos regatões nos interiores da província do Pará. Este argumento de o regatão ser um entrave à civilização dos indígenas buscava contribuir para o controle comercial da elite porque ameaçavam o lucro de seringalistas e de comerciantes legais que ficavam sem o acesso aos gêneros da mata (LOPES, 2002, p. 78-81). As autoridades diziam que os regatões tiravam a liberdade dos indígenas os cercando em um comércio desvantajoso, porém havia ambiguidades; falava-se em retirar liberdades, contudo se apoiava práticas coloniais de recrutamento compulsório para os corpos de trabalhadores e para tropas militares (SAMPAIO, 1997, p. 118 apud LOPES, 2002, p. 81). O medo afetava o comércio da Província contribuindo para os indígenas não descerem por rio até o Pará temendo serem agarrados a força, assim permitia concentrar produtos de coleta nas mãos do regatão (WALLACE, 1979, p. 141 apud LOPES, 2002, p. 81).

A extração e venda do óleo possibilitava aos indígenas manterem ritmos próprios de vida e mesmo aqueles aldeados, submetidos diariamente ao regulamento de missões, acabavam confrontando um planejamento de um tempo produtivo estabelecido pelo Governo para os indígenas. Segundo Dodt (1873, p. 141) os regatões estavam só querendo vantagem própria e empreendiam os indígenas na extração do óleo no tempo que deviam se dedicar ao plantio.

No relatório, Dodt (1873, p. 141) agradece o diretor parcial das missões de índios do 18º distrito do Maranhão por ele promover a interrupção dos regatões, fazendo-os negociar diretamente com os indígenas, ao mesmo tempo, vendia seus produtos a eles, assim não permitia a região desabastecida. Assim, mostra como atuava o diretor de índios na região, incentivando um comércio permitido na fronteira, compreendido como fundamental para o abastecimento local. Deste modo, é possível afirmar que o problema não era impedir o regatão e sim não haver um controle sobre sua atividade.

Portanto, as representações ditas por Dodt sobre os regatões, indígenas e pobres livres²⁴ tinham por objetivo estabelecer caminhos e estratégias para controlar o Cajuapara, apoiando-se em imagens de ser um lugar desordenado e desmoralizado por não haver uma ampla presença do Governo provincial. Em contrapartida, percebe-se como se deram as sociabilidades interétnicas, mediadas pelo comércio de troca e busca por terras, revelando, sobretudo, como a mobilidade se dava bastante livre, buscando atender interesses particulares.

A mobilidade pela fronteira acontecia por diversos interesses, embora o comércio e a procura por terrenos de pastagem, a história dos Timbiras mostra outras experiências. Segundo Dodt (1873, p. 121), os Cajarés antes de 1870 estavam morando nas chapadas de Imperatriz; na ocasião de os homens da aldeia estarem ausentes caçando, “uns sertanejos” a atacaram e roubaram algumas crianças. Sabendo do ocorrido ao retornarem, os homens Cajarés acharam que o ataque havia partido de uma fazenda próxima cuja dona era uma viúva, então a queimaram deixando 7 mortos (DODT, 1873, p. 121-122).

Por receio do que poderia acontecer, se mudaram para as matas das cabeceiras do Cajuapara e assumiram a identidade de Timbiras para confundir quem fosse atrás deles (DODT, 1873, p. 122). Dodt visitou a aldeia dos Timbiras, disse ter es-

²⁴ Sobre o pobre livre, Dodt (1873 p. 145) chama atenção para a presença dessas pessoas, ainda assim ele não vai além do que sugerir o estabelecimento de uma subdelegacia para impedir a circulação como se vê na ocasião do roubo de gado pelos Timbiras. Mas ao longo do século XIX, a elite letrada os divulgava como indolentes e perigosos devido à possibilidade da abolição. Passam a serem lançadas estratégias de discipliná-los para serem direcionados como mão de obra (FARIA, 2003, p. 4). Então pode ser que essas representações buscavam orientá-los para servir como trabalhadores em fazendas, colônias particulares ou até mesmo para a Colônia militar do Gurupi. Essa é uma hipótese que se observa a partir de uma fala que o presidente da província do Maranhão, Olímpio Machado, em 1853, fez quando apresentou à Assembleia legislativa os argumentos para se fundar colônias militares no Maranhão. Segundo Machado, a criação de povoações agrícolas formadas de “gente do paiz” era fundamental porque “grande parte da população, que habita o interior, leva vida ociosa, com negação absoluta ao trabalho, e sobre tudo à vida da lavoura aliás a mais tranquilla, e feliz para um homem, ou familia desfavorecida”, atuando na mudança de vida com meios como a compra de pequenos lotes de terra e a isenção do “serviço da guarda nacional e do recrutamento” (MARANHÃO, 1853, p. 33).

cutado que pretendiam voltar a serem chamados de Cajarés e chegou a escutar um velho no seu modo de falar: “Timbira não tem, Cajaré” (DODT, 1873, p. 122).

Denise Maldí Meireles (1997, p. 212-214) afirma que no século XIX, os indígenas possuíam noções próprias de territorialidades e de fronteira, paralelas ao discurso oficial do Império, tendo como elemento fundamental a identidade do grupo construída a partir do espaço ocupado. Assim, a terra era referência para formas de organizações sociais no interior das comunidades indígenas, bem como tinham limites reconhecidos conforme a mobilidade e os direitos aos usos como para pesca e caça (MEIRELES, 1997, p. 212-214). Dialogando com a autora, é interessante como os Timbiras, ou melhor, Cajarés, estabeleceram suas identidades, sobretudo de forma estratégica, a partir de experiências de conflitos, tomando o espaço do Cajuapara como essenciais para a manutenção do grupo.

Nesse sentido, o Cajuapara e as outras partes do rio Gurupi consideradas “não civilizadas” passam a ser construídas como territórios de resistência por sujeitos que as autoridades maranhenses tentavam controlar. E o Cajuapara, especialmente, aparece na documentação, visto pelos indígenas, pobres livres e regatões como um espaço de sobrevivência e de liberdade. Percebe-se construído como um lugar de refúgio pois dava chances de manterem ou reconstruírem suas vidas, seja na tentativa de não serem atingidos pelo projeto civilizador mais evidente a partir da presença da colônia com raio territorial civilizatório, por subsistência ou por receio de um grupo étnico sofrer ataques de outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da colônia militar foi possível conhecer e compreender como esse projeto de ocupação impacta na diversidade étnica da fronteira, analisando como moldou os interesses e as sociabilidades entre os diferentes grupos sociais e a partir disso os tipos de relações que construíram com o espaço da fronteira entre o Pará e Maranhão. E levou a observar que as expectativas iniciais do Governo provincial maranhense com a colônia era de controlar a fronteira e suas gentes, após confrontadas com os anos seguintes, acabou se revelando com controle relativo e complexo.

Em certa medida se constrói um espaço “civilizado” no rio, um território simbólico, pois é preciso pensar em como a colônia foi recebida pelas diferentes pessoas sendo uma povoação militar. Percebeu-se como os indígenas, regatões e pobres livres sabiam os limites do raio civilizador projetado pela colônia. Até que lugar era mais seguro para se viver de forma autônoma, afastados de uma vigilância cotidiana das autoridades e constituindo suas próprias fronteiras e territorialidades. Assim, formaram-se no Gurupi centros compostos por esses sujeitos, banhados pelos afluentes e onde as investidas do Governo pouco chegavam.

A percepção de uma fronteira política como a do mapa da página 10, marcando toda a extensão do rio em uma linha com início e fim tal como também traçada no mapa feito por Dodt, da barra do Araguaya até as cabeceiras do rio Ytinga (DODT, 1873, p. 98) e com as características pensadas pelo Governo Imperial de um lugar ordenado e colonizado, no cotidiano se restringiu muito mais a área próxima à baía do Gurupi, ou melhor aos arredores da colônia e algumas rotas comerciais com o Maracassumé e Turiaçu. A vasta extensão de florestas, terras e rios do Gurupi compreendidas como “incivilizadas”, ao que parece acabaram se organizando no que os contemporâneos desde os tempos da Coroa portuguesa chamavam de sertão.

Historiografias como a de Janaina Amado (1995) analisa essa noção espacial perpassando pela tensão do encontro entre di-

ferentes identidades: a do colonizador que entende os interiores de capitanias e províncias como lugar cheio de riquezas naturais, porém é “desordenado” e “deformado”, aonde há aqueles que são o oposto, o então “selvagem”, “degredado”, e “incivilizado”; enquanto para os que ali moram ou se estabelecem e são repudiados, o “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor mais feliz (AMADO, 1995, p. 149-150).

Para Elisa Madér (2008, p. 268), o sertão estava diante do olhar civilizador associado como um “lugar de barbárie”, não submetido a “atividade econômica regular”, cujos habitantes não estavam em conformidade com o mundo do trabalho. O que fazia com que eles estivessem inclinados sempre a “ódios e paixões” (MADER, 2008, p. 268). Portanto, centros como o Cajuapara se converte em espaço de alteridade a partir das ações de indígenas, regatões e pobres livres e a constante atenção do Governo maranhense em concluir a necessidade de a região do afluente ser controlado como está no sentido da expedição do engenheiro Gustavo Guilherme Dodt.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

BARROS, José. Espaço, Território, Região—Pressuposto Metodológico. **UESB-Tempos, Espaços e Representações: Abordagens, geográficas e históricas**, Bahia, v.1, n 1, p. 1-21, 2013.

BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850 com assinatura de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. **Presidência da República- Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**, Palácio do Rio de Janeiro, 1854, 30 de Janeiro de 1854. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM1318.htm. Acesso em: 20 Nov.2021

COSTA, Emília Viotti da. Colônias de parceria na lavoura de café: primeiras experiências. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: UNESP, 1999, p.195-231

DODT, Gustavo Luiz Guilherme. **Descrição dos rios Paranyha e Gurupy**. Relatórios sobre a exploração dos mesmos de uma memória sobre o porto de San' Luiz do Maranhão. Maranhão: Biblioteca Pública Benedito Leite, 1873.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: UNESP, 2005.

FARIA, Regina Helena Martins de. A transformação do trabalho nos trópicos: escravos, livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional da ANPUH**, 2003.

FARIA, Regina Helena Martins de. Colonização militar e formação do campesinato no século XIX: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão. **Revista de Políticas públicas**, São Luís-MA, v.14, 2010.

FARIA, Regina Helena Martins. “Civilizar e desenvolver: duas faces da intervenção militar em áreas internas do Brasil. Séculos XIX e XX”. **Clio- Revista de pesquisa histórica**, Pernambuco, v.29, n. 2, jul./ dez. 2011.

FARIA, Regina Helena Martins de. As colônias militares de meados do Oitocentos e formação de um campesinato: o caso da Colônia do Gurupi (Maranhão). **História Militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII e XIX)**. Curitiba: CRV, v. 1, p. 211-231, 2015.

FEBVRE, Lucien. **O Reno**. São Paulo: Civilização brasileira, 2000.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A formulação da “fronteira manejada” como proposta teórica a partir do estudo de crimes. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, v. 1, 25 e 29 de agosto de 2014, Vitória/ES. **Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos – SEO**. Vitória/ES: Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, 2015.p. 1-22

LOPES, Siméia de Nazaré. O Comércio interno no Pará oitocentista: Atos, sujeitos sociais e controle (1840-1855). Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos estudos Amazônicos) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2002. p.75-81.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e as representações espaciais da nação nas Américas no século XIX. **História Unisinos**, v. 12, n. 3, p. 262-270, set./dez., 2008.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: O caso dos portugueses. In: História, verdade e ética, de 11 a 14 de agosto de 2014. São Leopoldo-RS. **Anais XII Encontro Estadual de História**. São Leopoldo-RS, 2014. p.1-5

MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão no dia 1 de Novembro de 1853 na abertura da Assembleia legislativa provincial pelo presidente Eduardo Olímpio Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021.

MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855, no dia 3 de Maio de 1854 na abertura da Assembleia legislativa pelo presidente Eduardo Olímpio Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021.

MARANHÃO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão na sessão ordinária de 1856 pelo presidente Antonio Candido da Cruz Machado. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 03 Fev.2021.

MARANHÃO. Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente desembargador Ambrozio Leitão da Cunha Passou a administração d’esta provincia ao excelentíssimo senhor primeiro vice-presidente Doutor José da Silva Maya no dia 4 de Abril de 1869. Maranhão, São Luiz: Tp.commercial de A.p Ramos de Almeida. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 04 Março. 2021

MARANHÃO. Relatório com que o Exmo.snr. Vice presidente Dr. José da Silva Maya passou a administração desta província ao Exmo.Senr Presidente Dr Augusto Olympio Gomes de Castro no dia 28 Outubro de 1870. Maranhão, San' Luiz: Typ. de José Mathias. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/169>. Acesso: 04 Março. 2021

MARQUES, Augusto César. **Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870.

MEIRELES, Denise Maldi. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 183-221, 1997.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, defesa do território e conflitos. In: CARDOSO, Alírio, BASTOS, Carlos Augusto, NOGUEIRA, Shirley Maria (Orgs.). **História militar da Amazônia: guerra, militares e sociedade (séculos XVII-XIX)**. Curitiba: Editora CVR, 2015, p.195-196. 36.

OLIVEIRA, Renata de. Os indígenas nas fronteiras do Império: terras, legislação e conflito. In: SILVA, Rafael da; SOBREIRA, Dayane; OLIVEIRA, Júlio (Org). **História agrária: Conflitos e resistências (do Império à Nova República)**. Salvador: UFBA, 2020. p.151-178

O PROGRESSO, 11 de Setembro de 1853, n 72).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2012, p.39-42

PUBLICADOR MARANHENSE, 10 de Maio de 1860, nº 118. Hemeroteca digital-Biblioteca Nacional.

PUBLICADOR MARANHENSE, 11 de maio de 1860, nº 109. Hemeroteca digital-Biblioteca Nacional.

RICCI, Magda; DE SOUZA, Sueny Diana Oliveira. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. **Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 18, n. 3, p. 1213-1233, 2014

SANTOS, Arthur Germano dos. Poder e administração no Maranhão Oitocentista: o caso da Colônia Militar do Gurupi. Almanack, n. 12, p. 184-208, 2016

SILVA, Rafael Amaral da. Colônia militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX). Dissertação (Mestre em História social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2013.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará- Maranhão, 1790-1852). Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2016.

TREZE DE MAIO, 22 de Agosto de 1855, n 531. Hemeroteca digital- Biblioteca Nacional

Genielma Caetano da Silva

**A SERRA PELADA DO MAJOR CURIÓ
E DE HEITOR DHALIA (2013) - OURO,
SANGUE E GENTES NO INTERIOR DA
AMAZÔNIA**

INTRODUÇÃO

O despertar do meu tema teve início em um domingo, no qual eu estava assistindo ao programa do Fantástico (Rede Globo de Televisão), em que mostrava uma reportagem/documentário em relação ao garimpo da Serra Pelada de 1980, que fica situado no sudeste do Pará. Nessa reportagem algo me chamou muito a atenção, que foi o fato de que nesse garimpo, atualmente, existem pessoas que acreditam que ainda vão encontrar ouro, alguns até profetizam, sonham com essa ideia e, mostra até um exemplo de um morador que cavava dentro do seu próprio barraco, na esperança de encontrar algo. Assim surge o meu interesse em falar do garimpo na Serra Pelada, situado no sudeste paraense.

De acordo com Regina Beatriz Guimarães Neto (2017), os projetos de desenvolvimento da Amazônia, a partir de 1970, vão impulsionar um processo massivo de ocupação da região Amazônica. O sul e o sudeste do Pará serão o destino de boa parte desse número de pessoas, principalmente por causa da promessa de terras e da exploração de ouro em garimpos como o da Serra Pelada. O sudeste paraense é uma das mesorregiões do estado do Pará, composta por 39 municípios e uma área de mais de 297 mil quilômetros quadrados, a qual chama a atenção pelo grande dinamismo socioeconômico e pelas profundas transformações na base socioprodutiva.

Segundo Ricardo Kotscho (1984) a expansão do fenômeno da garimpagem foi notável na década de 70 e 80 na Amazônia brasileira, momento a partir do qual essa região se destacou na economia e no cenário midiático nacional e internacional. Serra Pelada atualmente é considerado um “garimpo morto”, cuja história mais recente, de início dos anos 80, caracterizou-se por um “surto garimpeiro”, “corrida” ou “febre” do ouro de pouca, mas de intensa e dramática duração. Dessa forma, isto quer dizer que essa região é marcada pela garimpagem de ouro, mantendo-se como sua principal atividade econômica mesmo em períodos de mais ou menos efervescência e migração de pessoas para seus garimpos, aqui e ali (re)descobertos

e esquecidos, alvos de “febres” que vão e vêm ao sabor das mais diversas circunstâncias, que vão desde o esgotamento das jazidas à descoberta de outra área mais rica nas proximidades.

Em Serra Pelada os fatores determinantes eram: a extrema riqueza em ouro concentrada em uma área muito pequena; o acesso fácil ao local do garimpo; um enorme contingente de mão-de-obra disponível, fruto da intensa imigração para o Sul e Sudeste do Pará, a partir de todos os cantos do país; o rápido enriquecimento dos “donos de barrancos”; direitos minerários adquiridos antes da instalação do garimpo e, finalmente, a ostensiva intervenção do Governo Federal no processo, através do Conselho de Segurança Nacional.

Pensar em todos os motivos que levam a um determinado lugar propiciar um evento histórico, tal como foi no garimpo da Serra Pelada, constrói então uma perspectiva de discussão da contextualização social desse lugar.

A revisão política atesta a importância que este campo tem para a História enquanto disciplina acadêmica e como instrumento do conhecimento de forma geral. Assim, é possível perceber que são os eventos políticos que definem a periodização da história e da história do Brasil.

Diante disso, trago o exemplo da Serra Pelada e a figura do Major Curió, que era um membro forte na política da época e que, em razão disso, se beneficiou de várias formas em algumas situações, no qual o poder político teve um grande significado e uma grande importância na dinâmica que foi adotada no garimpo da Serra Pelada nos anos de 1980 a 1982.

Ao falar do garimpo da Serra Pelada, em termos de local e região, fiz uso da abordagem da História Regional. Para começar, é importante saber que a história regional não se constitui como um método, muito menos possui um corpo teórico próprio, pois se trata de uma opção de delimitar um recorte espacial do componente estudado, no referente trabalho, será o garimpo.

A história regional oferece a possibilidade de comparação entre as diferentes situações históricas e contribui para a produção

de uma síntese, uma vez que, cada região não poderia ser vista deslocada de onde se encontrava inserida.

De acordo com o autor Marcos Silva (1990), o regional é um recorte e não uma forma de descrever a história, no qual, entende a região como um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos humanos que nela se inserem, o qual engloba desde o relevo, as relações humanas, a família, as condições de sobrevivência, os aspectos culturais, a comunidade, dentre outros.

Já Claudia Paiva Fragomeni (2005) alerta que a história regional enfrenta uma série de dificuldades para a sua pesquisa, desde dificuldades em fontes documentais até a escassez de bibliografias adequadas, visto que, muitas vezes os materiais que podem ser usados se encontram na mão de particulares, o que torna inacessível e atrapalha o acesso ao material, ocasionando para o historiador um árduo trabalho de garimpagem.

Dessa forma, na pesquisa do referente trabalho, consegui perceber as probabilidades que o regional nos possibilita, trazendo peculiaridades que ficariam ignoradas se tomadas apenas em parte. Essas pesquisas levantam fontes e temas que não são possíveis de serem contemplados no estudo geral, além de ser incluído no ensino de história e reconhecido como uma abordagem que merece um rigor teórico e metodológico, ampliando as possibilidades do ofício do historiador.

Em relação à documentação, fiz uso de uma reportagem/entrevista de 12 de novembro de 2015, do jornal que tem como fonte Vasconcelos Quadros/Fato Online, tal reportagem está voltada para o tema “Curió assume crimes e revela que ditadura exterminou 68 desaparecidos no Araguaia”. Nessa reportagem, o ex-major Sebastião Rodrigues de Moura revelou pela primeira vez à justiça que matou dois guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, afirmou também que, são verdadeiros os documentos que apontam 41 militantes feitos prisioneiros que foram executados.

Nesta entrevista que se tornou uma reportagem, o ex-major Curió, em seu depoimento inédito à Justiça Federal confessa ter matado a tiros os dois militantes do PCdoB desaparecidos na Guer-

rilha do Araguaia, admitiu também a participação em outras duas mortes, no qual o Major assumiu que estes eram seus e, que são fiéis os documentos que confirmam a execução a sangue frio de 41 militantes do PCdoB feitos prisioneiros. No entanto, os documentos revelam que, ao contrário da versão do militar em relação à morte em confronto, a ação deflagrada pelas Forças Armadas entre 1973 e 1974 foi uma operação de extermínio planejada para eliminar 68 guerrilheiros, que até hoje se encontram desaparecidos.

Também fiz uso de um Procedimento Investigatório Criminal de nº 1.23.001.000018/2014-55 da Procuradoria da República do Município de Marabá, de 18 de fevereiro de 2014. O Ministério Público Federal, pelos Procuradores da República, no uso de suas atribuições, e com base no Procedimento, ofereceram uma denúncia a Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido no Araguaia como Dr. Luchini. Em razão da ocultação de inúmeros militares, dentre as vítimas: João Gualberto Calatrone; André Gra-bois e Antônio Alfredo de Lima.

No que se refere ao delito, o denunciado Sebastião Curió, concorreu para a ocultação dos corpos das vítimas, participando direto e indiretamente, no qual promoveu a retirada dos corpos das sepulturas originais e os enterrou em locais diferentes, conhecidos pelo próprio denunciado e por pessoas de sua estrita confiança.

Diante das provas, Sebastião Curió, com o auxílio de outros militares e terceiros, entre agosto de 1974 e 1976, promoveu o resgate das ossadas de três vítimas da localidade, onde os corpos foram inicialmente deixados, levando-os para outros lugares, a exemplo, a Serra das Andorinhas, assim, os enterrando em locais ainda não conhecidos.

Apurou-se a perpetração de condutas por parte dos integrantes das Forças Armadas no sentido de destruir as evidências do ilícito, seja através da ocultação de cadáveres ou da destruição de documentos públicos relacionados ao episódio, levando-se a efeito a “Operação Limpeza” capitaneada pelo denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura.

Nessa operação, Curió foi o responsável por coordenar a retirada dos corpos das covas e locais nos quais originalmente foram deixados, e enterrando-os de forma a ocultá-los em locais diversos, de modo a tornar ainda mais dificultosa a sua localização. Não apenas os corpos enterrados nas bases tiveram tal destino, mais os que foram sepultados na mata ou nas proximidades de casas de camponeses, também foi objeto de ocultação pela “Operação Limpeza”.

Fiz uso de algumas partes do livro de Leonencio Nossa (2012) que tem como título “Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”. Fiz uso especificamente do capítulo intitulado “Curió”, pois com esse capítulo, em especial, pude obter um grande acesso à vida pessoal, política e criminal do Curió. Ao fazer a leitura de todo esse material fui buscando contextualizar de forma geral quem foi o Sebastião Rodrigues de Moura, ou seja, o Major Curió, mesmo antes do evento acontecido no garimpo da Serra Pelada, pois eu tinha consciência que ao ler muito sobre ele me ajudaria a ter algumas opiniões e argumentos a expor no referente trabalho.

Destaco que esse trabalho visa entender os processos, que se iniciam com a migração, assim desencadeando a exploração de minérios e as representações da Serra Pelada por meio da análise do filme Serra Pelada (2013), dirigido por Heitor Dhalia, que narra à história de dois amigos que saem de São Paulo em busca de riquezas no interior da Amazônia. Então o filme citado foi à principal fonte mobilizada.

Nesse sentido, é importante mobilizar um aporte teórico sobre cinema e história. O mesmo teve o seu nascimento no final do século XIX, momento em que surge a produção de vários filmes que tem como inspiração o passado em seus temas, estando vinculado a valores, projetos e ideologias, podendo assim ser mais uma forma de atrativo por parte dos espectadores.

Foi no ano de 1990 que o cinema e a televisão fizeram parte de maneira definitiva do mundo dos historiadores, e isso é possível perceber nos livros, dissertações, teses e em outros diversos tipos de

materiais didáticos. Dessa forma, podemos pensar os filmes como documento de discussão de uma época e seu estatuto como objeto da cultura que encena o passado e expressão presente.

Existe uma dupla dimensão em relação à forma fílmica: a primeira diz respeito às linguagens, técnicas e estilos que marcam o cinema como área de expressão artística; a segunda, envolvendo o aspecto iconográfico e ideológico da análise, ou seja, de que modo o cinema dialoga com outros suportes de veiculação de imagem que são contemporâneos e que ajudam a compor o leque de opções que o contexto sociocultural oferece.

Segundo Sheila Schwarzman (2014), foi preciso legitimar o estudo do cinema pelos historiadores. Entretanto, aceito ou não, Marc Ferro seguiu suas pesquisas em relação à história contemporânea, produzindo e analisando filmes, com suas observações sobre as imagens sendo incorporada ao conhecimento histórico que produziu. A partir desses estudos, aprofundou suas reflexões historiográficas marcadas pelo viés com-parativo, do qual a pesquisa com imagens foi um dos polos desencadeadores, uma vez que, ao invés de considerar que as imagens erravam quando seu conteúdo era distinto do que já se conhecia pela historiografia, lançava dúvidas sobre as construções já estabelecidas.

A relação entre História e Cinema, tal como desenvolvida por Marc Ferro no início dos anos 1970, foi determinada pela natureza dos fenômenos que analisava, assim os filmes deram a possibilidade de penetrar em dados então difíceis de acessar por outras fontes.

Dessa forma, como fruto da produção de uma sociedade, o cinema foi se tornando cada vez mais válido. Assim, o cinema nos permite indagar vários questionamentos, dentre eles: Quem produz? Para quem produz? Por que produz? Quem assiste? Escolha dos gêneros?

Assim, o filme é analisado no conjunto: texto (roteiro); visual (imagens) e o som (trilha e sons do ambiente), e o historiador ainda está marcado pelo documento que é o texto.

Dessa forma, a monografia está organizada em duas partes. O primeiro capítulo aborda o garimpo da Serra Pelada de maneira geral, faço uma consideração teórica do tema, no qual eu busco falar de maneira sucinta de como foi o processo de garimpagem nesse período, trazendo alguns agentes históricos. Fiz a divisão do primeiro capítulo em subtópicos.

De início começo falando da Serra Pelada, é o momento em que busco falar de como o processo de garimpagem se iniciou, e como se deu os seus desdobramentos, ressalto também a importância de falar de migração, pois foi um processo muito comum na época, no qual muitos indivíduos migravam para outros lugares em busca de melhores condições de vida, e que, no caso do garimpo, também tinham a esperança de ficarem ricos. Trago também a imagem do Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Major Curió, que tem um longo currículo, no entanto, busquei falar da sua atuação mais especificamente no garimpo da Serra Pelada, que também é um dos principais temas pautado ao longo do segundo capítulo, pois é de suma importância relacionar a figura do Major Curió com a principal fonte do trabalho, o filme “Serra Pelada” e, por fim, irei falar de como se dava o trabalho neste garimpo.

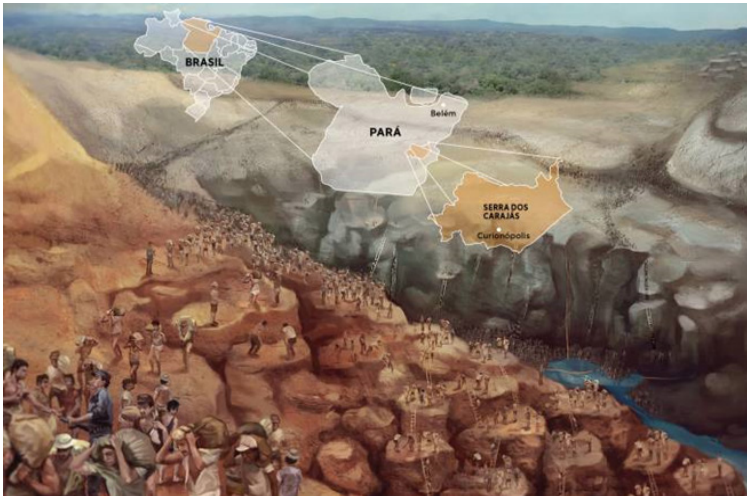
Já o segundo capítulo analisa o filme “Serra pelada (2013)” do diretor Dhalia, no qual busquei mostrar através do filme as memórias que de alguma forma foram silenciadas naquele momento histórico, dentre elas: Sexo; prostituição, homossexualidade, violência, contrabando, mortes e outros. Procuro também, como já mencionado, discorrer sobre a figura do Major Curió e a relação que é feita da sua pessoa através do diretor/roteirista Heitor Dhalia com o filme “Serra Pelada”, mostrando a relação do seu posicionamento no garimpo por meio da trama. Assim, uso como aporte teórico História e Cinema, e faço uso do conceito de representação, buscando mostrar como os aspectos que citei foram representados no filme.

UM OLHAR SOBRE SERRA PELADA

SERRA PELADA

A Serra Pelada é uma localidade brasileira, situada no sudeste paraense, mais especificamente na vila e distrito de Curionópolis. Em razão de alguns significados, a vila e o distrito tomaram o mesmo nome de uma formação geológica rica em metais preciosos, a colina de Serra Pelada, uma extensão da Serra dos Carajás. A vila e distrito estão encravados aos pés da formação da Serra, cercado de ricas áreas de mineração ainda ativa, embora a localidade em si seja uma área de extrema pobreza socioeconômica.

Imagem 1- Mapa da Serra Pelada –Curionópolis/ Fonte: Wikipédia



A região da Serra Pelada tem a sua formação relacionada ao garimpo, no entanto, essa mesma região já foi colonizada por proprietários rurais no ano de 1978, isso, um pouco antes da descoberta do ouro. Essas propriedades rurais eram fachadas

para atividades garimpeiras que eram enquadradas no *Ministério de Minas e Energia*¹ em 1977.

No final do ano de 1979, início de 1980, descobriu-se, por coincidência, ouro na fazenda Três Barras, localizada entre as cidades de Marabá e Serra dos Carajás. Como é de costume na região, na qual, desde 1976 surgem garimpos e onde, devido o alto preço do ouro, cada vez mais fazendeiros estão investindo na prospecção de ouro em suas terras, o dono da fazenda fornece alimentos e ferramentas para um grupo de garimpeiros e libera mediante o pagamento de uma taxa de 30% da produção de ouro, a área para a garimpagem (Kotscho, 1984; Schmink; Wood, 1992).

De acordo com Salomão (1984), a divulgação em torno da Serra Pelada garantiu que o modo de produção de um grupo social, que frequentemente esteve à margem da sociedade, se tornasse notícia nacional. Serra Pelada virou tema de documentários, reportagens televisivas e jornalísticas, filmes e ensaios fotográficos, durante o seu funcionamento, e mesmo posteriormente. São várias as imagens que retratam os barrancos escavados, as pessoas transportando sacos cheios de terra em suas costas para verificar a presença de ouro, os barracões onde os garimpeiros habitavam, dentre várias outras coisas.

No entanto, ao contrário de outros garimpos da região, a ocorrência de ouro na fazenda Três Barras se mostrava altamente rica. Em um período de duas semanas, três equipes que trabalharam na área produziram mais de oito quilogramas de ouro. Depois que a informação sobre a jazida se espalhou, milhares de pessoas começaram a chegar a Serra Pelada.

De acordo Armin Mathis (1995), dada toda a repercussão do garimpo, o Governo Federal se impõe como dono de garimpo na Serra Pelada e define as regras que organizavam a vida dos trabalhadores controlando também, rigidamente, a entrada e saída de pessoas do garimpo. A estadia é permitida apenas para garimpeiros mediante apresentação de sua matrícula, ou para co-

¹ Ministério de Minas e Energia: Criado em 1960 pela lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960.

merciantes com permissão dada pela coordenação do garimpo. A presença de mulheres é proibida, tanto quanto o porte de armas e o consumo de bebidas alcoólicas.

O tal fluxo de pessoas fez necessário movimento dos órgãos municipais e do Governo Federal, no qual alegavam a impossibilidade de gerir o local. O primeiro órgão a chegar, em março de 1980, foi a Rio Doce Geologia e Mineração², que servia como comprador de ouro e responsável pela infraestrutura do garimpo, dentre vários outros.

Contudo, pode-se dizer que atualmente, os historiadores, em especial, os brasileiros, estão mais ocupados em documentar as experiências sociais e aspectos específicos da formação, múltipla e diversa da sociedade brasileira, aceitando o fato de que grande parte da História do Brasil ainda é desconhecida, assim os estudos regionais são muito importantes.

MIGRAÇÃO

Em relação à História das Migrações, não podemos deixar de destacar que esse processo se dá por uma busca de melhores condições de vida e por um bem-estar econômico e social, no qual dezenas de indivíduos migram para destinos diferentes, com finalidades ligadas ao desenvolvimento econômico contemporâneo.

As migrações sempre existiram com o deslocamento dos povos desde o início das civilizações. E uma das grandes razões para tal evento ocorrer, foi o avanço do capitalismo, pois o mesmo gerou uma mobilidade de trabalho, retirando os instrumentos de produção de muitos trabalhadores, obrigando-os a migrarem para outros lugares em busca de sua sobrevivência e até mesmo de suas famílias. Assim, entende-se que as motivações que levam uma grande massa de pessoas a migrarem para outros locais, é a predominância da economia, a qual afeta os lugares e as classes mais pobres desfavorecidas.

Essa migração faz com que haja um aceleramento no processo de urbanização, muitas delas, migrações internas, oriundas de

² Rio Doce Geologia e Mineração: Mineradora multinacional brasileira.

regiões camponesas, como afirma Brito (1995, p.53), “não houve economia e sociedade que desenvolvessem sem uma intensa mobilidade espacial da população”.

Segundo Brito (1995), é possível observar que o apogeu da questão economia-migração, que estão intimamente ligadas, se deu na segunda metade do século XIX, quando as migrações europeias se tornaram relevantes. Dessa forma, a migração apresentou-se como uma solução para muitos indivíduos excluídos do processo de geração do capital, este que, foi proporcionado pela Revolução Industrial, provando-se na citação de Brito com base em Hobsbawm:

Estima-se que, entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas imigraram da Europa para a América, principalmente, para os Estados Unidos, Brasil e os países da Bacia do Prata. Até aquele período, este foi o maior movimento migratório internacional da história dos povos. Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes mais a população de Londres, deixaram a Europa. [...] Calcula-se que, na década seguinte, 1 a 1,4 milhões, por ano. (HOBSBAWM, 1977 *apud* BRITO, 1995, p.55)

Porém, é importante frisar que o meu recorte temporal não é o da imigração citada acima, pois ela se insere no trabalho como uma forma de contextualização de modo geral da imigração.

Assim, as crises econômicas e a instabilidade política foram alguns dos aceleradores do movimento das migrações, que tiveram suas raízes na reestruturação produtiva do capitalismo.

Segundo Hatton e Williamson (1998), várias teorias foram criadas para explicar os processos migratórios, nas quais se incluíam perspectivas da economia, sociologia, demografia e geografia. De acordo com os autores, dividem essas teorias em quatro grupos: a) mudanças estruturais e réplicas, no qual enfatizam a modernização econômica e a transição demográfica; b) econômica, que enfatiza os retornos relativos que incentivam a migração; c) inovação e difusão, no qual aponta a propagação da informação através de redes sociais; e d) ecologia rural, que mostra a mudança na estrutura da terra e

nos métodos agrícolas. No entanto, essas teorias não são mutuamente excludentes, aceitar uma não necessariamente implica rejeitar outras, de acordo com os dois economistas.

Dessa forma, é possível perceber que a migração é um processo que tem seus custos e riscos, podendo considerar que tal deslocamento constitui um investimento substantivo em capital humano, e só suportam os custos em razão, que no futuro terão um retorno em termos de renda, esta, superior à renda de origem.

Assim, as necessidades de uma nação conjugam com as necessidades dos indivíduos na determinação dos fluxos migratórios. Dessa forma, os migrantes consideram a migração como uma maneira de dar resposta as suas necessidades econômicas, sociais ou psicológicas, se tornando migrante quando vislumbram a oportunidade de satisfazerem essas necessidades em outro território.

SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA (MAJOR CURIÓ)

De acordo com Armin Mathis (1995), o ano de 1982 alcançou uma produção estimada de mais de 17 toneladas de ouro, sendo esse, durante todo esse processo de garimpagem, o recorde da Serra Pelada. Um nome fundamental ao se falar sobre Serra Pelada foi o “Major Curió”, ou seja, o interventor militar Sebastião Rodrigues de Moura, cuja alcunha foi utilizada para nomear em sua homenagem a cidade de Curionópolis.

Em 2000 e 2004, Curió venceu as eleições para prefeito da cidade e Curionópolis virou o último quinhão comandado por um homem da ditadura militar. Ele dirigiu a prefeitura com mão de ferro, como se tentasse prolongar num pequeno território um regime que não existia mais no restante do Brasil. Mas, de fato, quem é o Major Curió e qual o seu papel no garimpo de Serra Pelada nos anos de 1980 a 1982?

De acordo com o site Memória do Globo, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o Major Curió, ficou conhecido no Norte do país por ter sido o comandante da ação que exterminou a Guerrilha

do Araguaia³, em 1974. No entanto, quando o governo quis organizar a exploração de ouro em Serra Pelada, Curió foi destacado como interventor, em 1980.

Imagem 2 - Sebastião Rodrigues de Moura (Major Curió)



Fonte: wikipedia

Curió prometia ser a ponte entre os garimpeiros e o Estado. O Major proibiu a entrada de mulheres, cachaça e armas na zona de trabalho, assim como o Major costumava dizer, seu revólver era o que “cantava mais alto”. A sua popularidade o levou ao Congresso, foi eleito deputado federal pelo Pará, em 15 de novembro de 1982, com 49.529 votos, sua candidatura foi anunciada em maio daquele mesmo ano, conforme registrou de forma televisa o *Jornal Hoje* do dia 17: “O homem que comanda o garimpo em Serra Pelada lança sua candidatura”.

Em Brasília, Curió tentou prolongar ao máximo a concessão de direitos ao trabalho manual dos garimpeiros, a partir

³ Guerrilha do Araguaia: Movimento existente na região amazônica brasileira, ao longo rio Araguaia, em 1960 a 1970.

de então Curió inicia as pressões para a prorrogação da atividade mineral no local, conseguindo algumas vitórias nesses sentidos.

De acordo com Marcus Túlio (2017), no que diz respeito ao major Curió, este exercia o controle da mina com mão de ferro, contava com ajuda dos chamados “bate-paus” que serviram antes disso de guias nos deslocamentos das tropas nas matas quando da guerrilha do Araguaia. Para Kotscho (1984, p. 16) Curió assim era uma espécie de “Padim Ciço” de boa parte daqueles homens, e nada era encaminhado sem a sua anuência no âmbito do garimpo, ou seja, exercia um poder absoluto e contava com certa admiração entre as fileiras de garimpeiros, o que lhe garantiu futuros dividendos eleitorais quando candidato pelo PDS (Partido Democrático Social) a uma vaga na câmara de deputados em Brasília. Nesta época, contudo, Curió era ainda um agente secreto do SNI.

Curió se lança na campanha política com sua reserva eleitoral dali formada e Serra Pelada ressurge, tendo agora a finalidade de eleger seu líder. Apesar do rigoroso controle do garimpo, Kotscho (1984, p. 18) também identifica pontos positivos com a intervenção, sendo a fiscalização que excluía o intermediário. “O garimpeiro passou a receber preços justos pelo ouro. Além disso, dispunha de assistência médica, abastecimento de gêneros alimentícios e toda uma infra-estrutura, até de lazer, desconhecida nos outros garimpos”.

De acordo com Marcus Túlio Borowiski Lavarda (2017), na medida em que Curió passa a se interessar na política, quando se candidata a deputado federal, logo o modelo de intervenção e controle deixa de ser prioridade naquele garimpo, sendo que agora não há mais tanta austeridade na entrada e saída de Serra Pelada, pois quanto mais garimpeiros ali trabalhando, maior a probabilidade de angariar votos.

Uma vez eleito, Curió passa a defender não mais os interesses do governo central e sim os interesses de manter a exploração manual do garimpo, liderando a resistência que defendia a nova casta de bamburrados gerida por Serra Pelada, fato que corrobora a asserção de Moura (2008, p. 55), segundo o qual:

O governo federal aproveitou-se política e economicamente do adiamento de seu fechamento, quer através do controle da extração e exercendo o monopólio da compra do ouro, sendo que as condições de trabalho, moradia e vida dos trabalhadores continuam as mesmas; quer usando o garimpo como base de apoio para as eleições nacionais de 1982.

Segundo Leonencio Nossa (2012), como já mencionado no texto, Curió foi um dos fundadores da cidade de Curionópolis, no Sudeste do Pará, e integrante das Forças Armadas, especificamente do Exército, que combateram a Guerrilha do Araguaia na Amazônia entre 1972 e 1974. Curió foi denunciado pelo Ministério Público do Pará pelo sequestro de cinco pessoas durante a Ditadura Militar, na região do Araguaia.

Mas foi em 1980, após servir o Exército, que Curió foi destacado para servir como interventor federal na área da Serra Leste, ou seja, uma extensão que compreendia o garimpo da Serra Pelada, sua nomeação se deu tanto por sua experiência na guerrilha, quanto por sua aproximação com o ex-presidente Ernesto Geisel⁴.

O trabalho de Curió na Serra Pelada, onde a intervenção por ele capitaneada põe o Governo Federal como dono da área e define as regras que organizam a vida dos trabalhadores e sua circulação. O regime por ele implantado na Serra Pelada era uma extensão daquilo que se observava na própria ditadura militar e uma continuação das táticas de combate da Guerrilha do Araguaia, formando uma tropa de bate-paus, estes, que eram antigos guias dos militares nas operações, serviam como força paramilitar de Curió.

A sua fama tornou-se tão grande, que os garimpeiros o tratavam como “doutor”, sendo também conhecido como “Imperador da Amazônia”. Entre as várias lendas que o cercavam, existe a de que, em um determinado momento, quando o garimpo atingiu o auge, Curió já não pisava mais em chão de terra, visitando a Serra Pelada somente sobrevoando a área.

⁴ Ernesto Geisel: Político e militar brasileiro, entre 1974 e 1979, foi o 29º Presidente do Brasil durante a Ditadura.

Assim, no início de 1982, Curió se desliga de suas funções como Interventor Federal do garimpo da Serra Pelada, passando a ser o homem de confiança de Ari Santos. Em seguida, anuncia a sua candidatura a deputado federal, elegendo-se em 15 de novembro com recorde de votos no Pará, graças ao grande curral eleitoral que mantinha na Serra Pelada.

O GARIMPO DA SERRA PELADA

O garimpo da Serra Pelada rapidamente se tornou o maior garimpo a céu aberto do mundo, toneladas de ouro foram retiradas deste garimpo, este fato fez com que todos pensassem que as jazidas de ouro seriam capazes de enriquecer os garimpeiros de forma rápida.

Imagem 3 - Garimpo da Serra Pelada – 1980



Fonte: Sebastião Salgado

A entrada de novos garimpeiros também ficou proibida. Foi implantado o registro dos garimpeiros que já se localizavam na

Serra Pelada, para impedir que novas pessoas entrassem na área aumentando ainda mais o contingente de pessoas, que estimasse ter sido entre 80 000 a 100 000, em 1983 (Cleary, 1992).

O garimpo da Serra Pelada foi um garimpo que teve início com a força braçal de milhares de homens, que em meio à falta de segurança e de conhecimento técnico do processo de garimpagem, se tornaram garimpeiros após a descoberta do garimpo na Serra Pelada, conseguindo abrir um imenso buraco no subsolo, mais conhecido como uma cava.

Muitos desses homens eram agricultores, não tendo experiência nenhuma com o processo de garimpagem, motivo este, que levou a mortes de centenas de garimpeiros, muitas vezes por desmoronamento de barreiras ou por doenças que esse tipo de trabalho vinha a desenvolver. A escavação no subsolo possibilitou o surgimento de uma montanha, toda a terra retirada da cava, só foi possível com a força de trabalho de milhares de homens, que com um único sonho removeram toneladas e toneladas de terra, que transportavam em sacos carregados nas costas através de uma longa escada improvisada.

Dessa forma, é preciso destacar que as condições de trabalho no garimpo da Serra Pelada eram precárias, em razão do calor intenso, da utilização de escadas danificadas, barrancos altamente perigosos, poeira de monóxido de ferro no ar, que era inalada pelos trabalhadores, assim como já citado causando doenças, bem como barrancos improvisados e a falta de uma estrutura adequada para a moradia dos garimpeiros.

Mesmo que fosse para viver em condições precárias, muitos homens de toda parte do país queriam ir para Serra Pelada em busca do sonho de “bamburrar”, ou seja, de ficar rico. Assim, a migração para Serra Pelada tornou-se intensa nos anos 1980, vindo homens de toda parte do país para Serra Pelada, acontecendo uma migração de forma desordenada, pois o fluxo de pessoas migrando para o garimpo era muito alto. Dessa forma, o garimpo trouxe uma nova perspectiva não só para os

que já se encontravam morando na região, mas também para pessoas que iam de todos os lugares do Brasil.

Não podemos deixar de citar que estes garimpeiros tiveram um papel significativo no contexto socioeconômico da região, não só para o Sudeste paraense, onde fica localizado o garimpo da Serra Pelada, como também para todo o restante do país, já que essa força de trabalho constituía-se um novo modelo no mercado de trabalho vista como uma nova opção de emprego, pois a maioria desses garimpeiros não tinha trabalho fixo em suas regiões de origem.

Dessa maneira, o garimpo da Serra Pelada no auge da produção aurífera trouxe o sustento para milhares de brasileiros de forma direta ou indireta, e um crescimento econômico para o país que estava passando por uma situação de penúria advinda com a crise econômica e a alta de desemprego. Foi no garimpo da Serra Pelada que muitos homens tinham a esperança de ganhar dinheiro para o sustento de suas famílias, que devido à falta de emprego se viam obrigado a migrar para o garimpo em busca de melhores condições de vida.

O TRABALHO NO GARIMPO

Sabemos que a maioria dos trabalhadores que se deslocaram para o garimpo em Serra Pelada não tinha o costume de trabalhar na área, embora tivesse de alguma forma certo vínculo com o campo. Eram homens sem experiência e sem conhecimento nenhum da técnica de garimpagem, mas que, tinham a esperança e o sonho de ficarem ricos, ou seja, de bamburrar.

No entanto, segundo Armin Mathis (1995), o estado na sua função de dono do garimpo em Serra Pelada, não somente impõe normas para regular a relação garimpeiro-Estado, mas acaba também influenciando no processo da extração do ouro, diretamente através de normas técnicas e indiretamente através do loteamento da jazida, que leva a uma divisão local

entre lavra e apuração do material aurífero com várias consequências para a forma de como o processo de garimpagem se organiza dentro da Serra Pelada.

O processo da extração se deu tipicamente da seguinte forma:

*O solo da cata é quebrado com pá e picareta e o material é ensacado. Devido às dimensões da cata (4 até 6 m) no máximo quatro pessoas podem executar essa tarefa.

*O material retirado da cata é classificado conforme sua qualidade: o material estéril transportado para a montoeira e o material aurífero para a área de apuração.

*O material aurífero é moído, e depois passa por uma calha (cobra - fumando) onde – via gravidade – deposita-se o pré-concentrado.

*O pré-concentrado é apurado dentro de uma cuia ou bateia.

Imagem 4 - Garimpo fazendo uso da bateia.



Fonte: Sebastião Salgado

Na imagem a seguir, podemos perceber também a presença de mulheres no garimpo, em meio aos homens.

Imagem 5 - Trabalhadores no garimpo.



Fonte: Sebastião Salgado

Muitas delas chegaram a Serra Pelada em 1986, momento em que o governo permite a entrada de mulheres no garimpo, saía das suas cidades no chamado “pau de arara”, que era um caminhão que fazia o deslocamento de pessoas, algumas tinham a missão de cozinhar para os garimpeiros. No entanto, era uma realidade que durava por pouco tempo, muitas acabaram nos bordéis da cidade e era assim que elas conseguiam juntar dinheiro.

A imagem acima também nos permite observar a presença de crianças no garimpo da Serra Pelada na década de 1980, provavelmente por que até determinado momento a presença das mulheres eram permitidas no garimpo e as mesmas, acabavam indo para a região com os filhos. Assim, os filhos dessas mulheres acabavam participando da dinâmica que se dava dentro do garimpo, muitas vezes arriscada e perigosa.

Outro ponto importante a se observar na imagem é os olhares de desejos por parte dos homens para esta mulher. E no segundo capítulo eu falo de como a mulher era vista dentro do garimpo, muitas vezes apenas como um objeto sexual mesmo por parte desses garimpeiros, principalmente quando eles conseguiam bamburrar, pois gastavam seu dinheiro do ouro para essa finalidade, ter mulheres.

A seguir, alguns dos processos de trabalho feito por parte dos garimpeiros:

Imagem 6 - Garimpeiro transportando saco de barro nas costas.



Fonte: Sebastião Salgado⁵

⁵ Sebastião Salgado (1944) é um fotógrafo brasileiro, considerado um dos maiores talentos da fotografia mundial pelo teor social de seu trabalho.

Imagem 7 - Garimpeiros subindo as escadas com sacos de barro nas costas.



Fonte: Sebastião Salgado

É importante citar os grupos sociais que existiram no garimpo da Serra Pelada no ano de 1980 e como se dava as suas distinções. Segundo Armin Mathis (1995), existia na Serra Pelada, nos anos de 1980, basicamente três grupos sociais diferentes:

Os *doutores*: Estes que eram membros dos órgãos oficiais na Serra pelada, inclusive os funcionários da DOCEGEO⁶.

Os *garimpeiros* com estadia legalizada no garimpo, os quais tinham a posse da carteira de matrícula do garimpo.

E os *garimpeiros com estadia não legalizada no garimpo*, sendo sujeitos à expulsão assim que detectado por um doutor.

Os desclassificados do ouro ao Norte, ou seja, os garimpeiros, com estadia ou não podem ser diferenciados pelos seguintes segmentos:

Os *donos de cata* – garimpeiros que possuem uma parte de uma cata, no qual financiam o processo de extração e são remunerados com uma parcela da produção do ouro.

⁶ DOCEGEO: Criada em 1971, dedicada à exploração geológica.

Os *meia-praça*, que são trabalhadores com uma participação minoritária em uma cata, recebe alimentação do dono desta, e o seu ganho corresponde a uma parcela de produção de ouro, em geral 5%.

Diaristas, trabalhadores assalariados, remunerados independente do resultado da produção aurífera, constituído pelos saqueiros, trabalhadores encarregados de transportar o material.

Assim, para Salomão (1984), Serra Pelada, apesar de ser um garimpo extremamente rico, sempre foi marcado por um caráter de transitoriedade, devido à grande quantidade de ouro estar concentrada em um espaço restrito, o que acarretaria uma cava insegura para o trabalho manual e por isso este trabalho teria que ser, necessariamente, transitório. Além disso, o ouro é “grosso, palpável, e a ocorrência de grandes pepitas é frequente, o que o difere da maioria dos outros garimpos amazônicos, onde o ouro é fino e as grandes pepitas, raras”.

Diante de tudo isso, é preciso lembrar que a produção aurífera no garimpo em Serra Pelada decresceu, e no ano de 1992 ocorreu à paralisação da extração de ouro na região. E a grande cratera aberta para a retirada de ouro se transformou em um enorme lago. E o distrito de Serra Pelada atualmente se encontra em condições semelhantes ao início do processo de garimpagem, ou seja, mesmo depois de ter sido um dos centros da economia não só do Sudeste paraense, mas do Brasil, podemos afirmar que quase nada mudou.

Embora, entre outras diferenças de cunho geológico, há diferenças que são fruto da história específica de Serra Pelada, sendo o controle governamental e a maneira como este foi realizado, sua principal especificidade, fazendo de Serra Pelada um garimpo atípico frente a outros já conhecidos e por conhecer da região amazônica.

SERRA PELADA (2013)

HEITOR DHALIA

Imagem 9 - Diretor/Roteirista do filme “Serra Pelada” - Heitor Dhália



Fonte: Wikipédia

Heitor Dhália nasceu em Recife no ano de 1970, capital de Pernambuco, mudou-se para São Paulo aos 23 anos, em 1993. É redator publicitário, trabalhou nas principais agências de propagandas, tendo produzido e criado mais de cem filmes publicitários. Estreou no cinema em 1999, como assistente em um longa-metragem, e no mesmo ano, como diretor de curta-metragem e, em 2002 foi co-roteirista.

Sua estreia na direção de longas se deu em 2004, entrou em Hollywood em 2012. O diretor montou uma cooperativa de cinema e adotou um modelo raro de produção independente, e o projeto não só saiu do papel como figura, mas como um modo alternativo e desburocratizado de fazer cinema.

A sua filmografia se resume em: A Pantomima da Morte – 1988 (curta-metragem); Conceição – 1999 (curta-metragem); As Três Marias – 2002 (Roteiro); Nina – 2004; O Cheiro do Ralo – 2006; À deriva – 2009; Gone – 2012; Serra Pelada – 2013; On

Yoga the Architecture of Peace – 2017; Tungstênio – 2018; Arcanjo Renegado – 2020 e Anna – 2021.

De acordo com a Revista de Cinema, Heitor Dhalia dirigiu o filme Serra Pelada com muita satisfação e diz ter sido um projeto ambicioso, ao construir uma narrativa pulsante, um pouco diferente dos seus registros anteriores, caracterizou o filme como sendo uma trama de pegada, de ação, um verdadeiro faroeste contemporâneo.

O filme Serra Pelada foi um dos exemplos de uma grande produção nacional, com parceria com Wagner Moura que foi ator e co-produtor do filme. Foi o primeiro filme de Heitor Dhalia feito pela sua própria produtora, o qual para ele tinha um gostinho especial, pois era possível se ter um controle de todas as etapas do processo de produção, desde o seu roteiro. Para Dhalia estar na produção o proporcionava ter um conforto maior e também uma maior responsabilidade.

A ideia de falar sobre Serra Pelada para Dhalia se deu em razão da sua adolescência dos anos 80, pois as imagens da época o impactaram muito e isso ficou guardado em sua mente e anos depois teve a oportunidade de falar do garimpo da Serra Pelada, pois para ele se tratava de um retrato marcante da nossa história e o cinema poderia refletir isso.

SERRA PELADA

Diante do uso de artigos, textos, dissertações, documentários, teses, livros e vídeos foi possível obter um maior conhecimento em relação ao garimpo da Serra Pelada. A partir de toda consideração teórica acima feita a respeito do garimpo, partiremos agora para fazer uma pequena análise da nossa principal fonte do referente trabalho, que é o filme intitulado “Serra Pelada” ano de 2013, dirigido pelo diretor/roteirista Heitor Dhalia.

Para elucidar melhor o trabalho iremos utilizar o conceito de representação utilizado pelo diretor/roteirista no filme para assim melhor compreendermos os processos históricos que estão presentes na trama.

De acordo com Dominique Vieira (2011) o termo “Representação” pode ter vários significados em português, tratando-se de uma palavra de origem latina, a representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração, o imaginário faz parte de um campo de representação, e, como expressão do pensamento, se manifesta, por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Assim, diante disso e segundo Hanna Fenichel Pitkin (1976) o conceito de representação tem um significado altamente complexo.

Para Bourdieu (1995), as representações mentais envolvem atos de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural, se reportando mais as estratégias de poder, dizendo que as representações são produtos de estratégias de interesse e manipulação.

De acordo com Roger Chartier (2002) a palavra “representação” porta duas definições de sentidos aparentemente contraditórios. Por um lado, representa faz ver a ausência, distinguindo o que representa e o que é representado. De outro, é a apresentação de uma presença, apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Trata-se do instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constroem significados para o mundo social, é um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social.

Segundo Hall (1997) é através do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos como representamos e que damos significado. Ou seja, em parte damos significado aos objetos, pessoas e eventos através da estrutura de interpretação que trazemos. E, em parte, damos significado através da forma como as utilizamos, ou as integramos em nossas práticas do cotidiano. É justamente a investigação sobre a forma como se constrói o significado que mobiliza a análise de Hall (1997) sobre o conceito de representação.

Porém, Hall (1997) fala também ainda de três teorias que abordam a discussão da representação: a reflexiva, a intencional e a construcionista. Cada uma delas tem abordagens di-

ferenciadas para a interpretação dos significados nas mensagens: na reflexiva, a linguagem funciona como espelho que reflete o verdadeiro significado que já existe no mundo; já na intencional, o falante impõe o significado através da linguagem; e, na abordagem construcionista, a linguagem é tomada como um produto social onde os significados são construídos através dos sistemas de representação. É nessa terceira visão que o autor encontra melhor ajuste à sua percepção da representação.

Assim, ao fazermos a análise de um filme é importante destacar também a relação existente entre Cinema e História que estão representadas na trama. Assim, a incorporação do cinema como objeto da história foi realizada decisivamente a partir da nova história francesa, que teve início a partir da década de 1970, tendo como obra pioneira, a de Marc Ferro que desempenhou um papel fundamental, quando um artefato, o filme, foi tirado de seu lugar funcional e transformado, pela “operação histórica”, em objeto fonte da disciplina histórica. Assim, a seguir veremos visões de alguns autores para que possamos ter uma melhor compreensão de como o cinema foi transformado em objeto de estudo no debate historiográfico.

De acordo com Francisco das Chagas (2011) nos últimos dez anos surgiram expressivas publicações dedicadas à indagação sobre a relação do conhecimento histórico com o cinema. São artigos, livros e coletâneas nos quais estão delineados preocupações, métodos e perspectivas diversificadas de pesquisas. Os quais apontam a necessidade de sistematização da discussão como um campo específico da indagação da historiografia. Não são poucos os autores que exigem a tematização e amadurecimento de um questionamento específico para o cruzamento da história com o cinema (LAGNY 2009; NÓVOA 2008; ROSENSTONE 2010; SANTIAGO JR. 2010).

Sobre a relação Cinema-História, Barros considera da seguinte maneira:

Cinema e História, enfim, estão destinados a uma parceria que envolve intermináveis possibilidades. O cinema enquanto forma de expressão será sempre uma riquíssima fonte para compreender a realidade que o produz, e neste sentido um campo promissor para a História, aqui considerado enquanto área de conhecimento. Como meio de representação, abre para esta mesma História possibilidades de apresentar de novas maneiras o discurso e o trabalho dos historiadores [e/ou sociólogos], para muito além da tradicional modalidade de literatura que se apresenta sob a forma de livro. (BARROS, 2008, p.80).

Dessa maneira, o cinema se apresenta efetivamente como um dos grandes agentes históricos do mundo contemporâneo no momento, pois interfere na História, ao mesmo tempo em que é interferido por ela.

Já Lagny (2009) considera que o cinema ficcional parece bastante fecundo para refletirmos a ideia de representação. O cinema é fonte histórica dada a sua capacidade em construir representações da realidade de modo específico e datado ao mesmo tempo em que faz surgir formas de ver, de pensar e de sentir o mundo por ele retratado. Portanto,

Ele [o cinema] é fonte para a história, ainda que como documento histórico, o filme não produza, nem proponha nunca um “reflexo” da sociedade [...], mas uma versão mediada por razões que dizem respeito à sua função. Entretanto, ele é fonte sobre a história, tal qual ela se constitui, na medida em que existem processos de escrita cinematográfica comparáveis àqueles da história mesma (LAGNY, 2009, p.110-111).

A partir disso, podemos afirmar que toda produção fílmica seja do real ou ficcional desempenha um papel crucial para a pesquisa de cunho sócio-histórico. Nesse sentido, o filme se apresenta aos historiadores ou cientistas sociais como vestígio para captar fenômenos da realidade e reinterpretá-los a luz da análise científica.

Segundo Chagas (2011) entre as muitas maneiras de inserir o cinema no tempo, formaram-se duas fortes tradições de discursos históricos. A primeira fora a história do cinema, que tomara o filme como foco principal de interesse e o cinema (por mais difícil que seja defini-lo) como objeto e fim em si mesmo (sem necessariamente desdenhar da sociedade no qual é gerado), tendo referências, metodologias e preocupações próprias, as quais a partir de um determinado momento dialogaram com a teoria do cinema (BORDWELL 2005). A segunda fora uma história a partir do cinema, realizada pela historiografia acadêmica, a qual toma o cinema como fonte para analisar a sociedade. Essa segunda é a tradição que se sedimentou a partir da obra de Ferro, o que tem sido chamado por alguns de “relação cinema e história” (NÓVOA 1995).

No entanto, outro francês foi fundamental para delimitação do território do historiador no trabalho com filmes foi Pierre Sorlin, o qual publicou muitos artigos no decorrer dos anos 1970 dedicados ao assunto e desenvolveu uma proposta alternativa a de Marc Ferro. De acordo com Pierre Sorlin (1977), o filme deveria ser lido segundo sua lógica interna, não apenas como reflexo ou a partir do contexto.

Assim, um dos pontos fundamentais na constituição do cinema como objeto historiográfico no Brasil fora ultrapassar os marcos que consideravam o cinema como uma produção cultural que refletia o estado da produção econômica. Mônica Kornis, Jean-Claude Bernardet, Alcides Freire Ramos e uns poucos outros se dedicaram a desfazer essa sociologia e economia histórica do filme como reflexo social.

E foi na primeira metade dos anos 90 que surgiram as dissertações e teses que usavam o filme como objeto ou fonte principal. Dentre elas, as dissertações de Eduardo Morettin (1994), Cláudio Aguiar Almeida (1993), e a tese de Alcides Freire Ramos (1996), são algumas delas, todas de autores ligados à USP.

Dessa forma, os historiadores que se dedicaram ao objeto cinema, da década de 1970 em diante, tiveram esses campos de tra-

balho definidos, e, na maioria das vezes, mantiveram-se distantes da análise fílmica rigorosa dos estudos de cinema e da história do cinema, fortalecendo a marcação do território inaugural do historiador. Tal recorte disciplinar tentava domesticar a dificuldade maior dos historiadores quando incorporaram o cinema na disciplina histórica.

Diante disso, a realização da presente pesquisa terá como abordagem central a análise do filme “Serra Pelada”, o mesmo foi lançado no dia 18 de outubro de 2013 e dirigido pelo diretor/roteirista Heitor Dhalia e a relação existente da figura do Sebastião Rodrigues de Moura, ou seja, do Major Curió representado no filme.

No presente trabalho analisaremos como o diretor/roteirista faz uso da representação que foram reproduzidas no filme para dar destaque aos sujeitos e as suas ações durante a trama.

“Serra Pelada” contou com o elenco dos seguintes atores: Juliano Cazarré (Juliano); Júlio Andrade (Joaquim); Sophie Charlotte (Tereza); Wagner Moura (Lindo Rico); Matheus Nachtergaele (Coronel Carvalho); Eliene Porto (Isabel); Silvero Pereira (Severino); Lyu Arisson (Marcelo); Jesuíta Barbosa (Navalhada); Adriano Barroso (Lindomar) e Rose Tuñas (Bereka).

Imagem 10 - Principais atores do filme



Fonte: Wikipédia

Segundo o Globo News, o filme Serra Pelada conta a história de dois amigos, Juliano (Juliano Cazarré) e Joaquim (Júlio Andrade), que na década de 1980 decidiram largar tudo nas suas cidades natal, São Paulo, para irem à busca do tão comentado ouro de Serra Pelada, que foi o maior garimpo a céu aberto do mundo, localizado no sudeste Paraense.

Como retratado no filme, Joaquim é um professor da rede pública, casado, e que deixou para trás a sua mulher grávida com o objetivo de conseguir ganhar dinheiro no garimpo para dar uma vida melhor ao seu filho. No entanto, Juliano visava à riqueza ao nível extremo, porém, ao chegarem ao garimpo foi possível observar o grande índice de contrabando, violência, disputas por dinheiro e mortes que ocorriam naquele lugar.

Mencionando anteriormente, Juliano, o personagem principal é mais ganancioso que Joaquim, e por essa razão acaba se envolvendo em situações consideradas perigosas, dentre elas, como é mostrada no filme, o seu envolvimento com Tereza, que é mulher do seu principal inimigo. Assim, ao longo do filme é possível observar a transformação que ocorre com Juliano, em razão da sua ganância e disputa de poder. Porém, Joaquim ao se deparar com toda a situação do garimpo faz um questionamento em relação aos seus princípios.

Dessa forma, a vida que se levava no garimpo muda tudo, a ganância e o poder são os principais objetivos a serem alcançados, dentre os quais, a ganância os destrói. Trata-se de um filme que retrata uma história sobre a febre do ouro, sobre a ganância e violência, como já foi citado e, sobre uma grande amizade, que acaba tendo um fim.

A seguir, será feita uma análise de cenas do filme com temas ali recorrentes, mas que, não são contados ou são mal contados por não se terem uma relevância considerável, pois, o enfoque do filme é mostrar a ganância e disputa de poder que existia por um único objetivo, o ouro. Assim, buscarei mostrar os desdobramentos que ocorriam para que se chegasse a esse objetivo, salientando o contex-

to dos acontecimentos nas cenas retratadas na trama. Dessa forma, procurei falar de alguns temas que são expostos no filme, dentre eles: Sexo, Violência, Prostituição, Homossexualidade, Contrabando e Mortes.

O filme é baseado na história de Serra Pelada (1980 a 1985). Nele podemos presenciar várias problemáticas que serão elucidadas neste capítulo. Para iniciar essa discussão iremos pontuar as cenas que mais nos chamaram atenção e nos levam a pensar em um conjunto de questões pertinentes na trama.

A representação mais recorrente no filme é a do sonho do Eldorado, que vê na Amazônia um lugar de enriquecimento rápido, a segunda seria a da violência. Segundo Pizarro (2012), as três figuras básicas nos discursos sobre a região que foram cristalizados desde o século XVI são: as Amazonas, o Eldorado e o Maligno. Sobre os discursos e representações da Amazônia, Pizarro (2012, p.91) discorre:

Um mundo endemoninhado, inclinado à insensatez, já que suas formas de pensamento não respondem a lógica binária conhecida, pelo contrário, há uma permanente transgressão delas. Dessa maneira, foi construído o primeiro discurso, amplamente difundido na Europa por meio das crônicas, relações e escritos de viagem.

Penso que as três recorrências discursivas podem ser percebidas no filme, o sonho de enriquecimento dos amigos e o próprio ambiente do garimpo são de certa forma uma transfiguração do Eldorado. A presença feminina e belicosa das Amazonas pode, talvez, ser representada pelas “Marias do garimpo” e toda a violência, se inscreveria em uma imagem infernal da região. Os amigos viajantes se transformam na monstruosidade do processo iniciático de se embrenhar na Amazônia em busca do sonho do ouro e dialogam com uma vasta representação discursiva sobre a Amazônia iniciada com as crônicas de viagem do século XVI.

A trama se inicia nas cenas que se desenrolam entre os minutos '01: 24 a 02: 58' com um interrogatório feito com um dos principais personagens do filme, o interrogado em questão é o Juliano, que no decorrer do filme se torna dono de barranco e que, em razão disto, acaba se envolvendo em alguns eventos relacionados à violência, o que faz com que ele seja preso.

○ ELDORADO

O filme continua e logo depois, começa a falar do que era o maior interesse de todos na década de 80, o ouro, o que pode estar diretamente relacionado ao Eldorado, a região, ou seja, o sonho de ficar rico naquele ambiente. A trama segue demonstrando através de imagens cinematográficas o momento da divulgação feita por vários jornais noticiários, no qual discorrem a notícia de que havia encontrado a maior pepita de ouro dos últimos 100 anos, fato esse que acabou chamando a atenção de milhares de homens (garimpeiros) para aquela região, como já foi citado anteriormente na pesquisa.

Exemplo do comentário acima é o fato do professor Joaquim ver no garimpo da Serra Pelada a oportunidade de dar uma vida melhor para a sua família e para o filho que a sua esposa estava esperando. Foi no garimpo da Serra Pelada o lugar no qual acreditava que em um período de curto tempo poderia mudar de vida, ou seja, ficar rico, o que era objetivo de muitos garimpeiros que migraram para o Sudeste paraense naquele período. Esse exemplo demonstra como se dava a partida de muitos garimpeiros para esta região, os comentários que se ouviam em relação ao garimpo criavam nesses homens a coragem de deixarem as suas famílias e gerava a expectativa de que lá poderia ser um dos únicos lugares que achariam a oportunidade de mudarem de vida, iam em busca de algo melhor, o que não era possível nas suas cidades de origem. Assim, esse foi um dos principais motivos para a grande migração existente nesta região na década de 1980.

A notícia da descoberta do ouro se espalhou de forma rápida, o que ocasionou na grande demanda de garimpeiros na Serra Pelada, a trama mostra como essa demanda aumentava cada vez mais em questões de poucos dias, pois muitos garimpeiros achavam que ali iriam encontrar ouro de forma fácil e ligeira. No entanto, existia uma divisão dos barrancos, e claro, cada barranco possuía um dono, este como o diretor demonstra no filme era o financiador do garimpo.

Ao longo das cenas, percebemos que o diretor incorpora uma maior representação e destaque para o homem “formiga”, pois o seu trabalho era mais duro, e como já é de se imaginar, era exercido pela maior parte dos garimpeiros. Porém, quando esses garimpeiros conseguiam bamburrar no garimpo, ostentavam o seu dinheiro de várias maneiras. Como é demonstrado no filme, nas cenas que desenrolam nos minutos ‘09: 35 a 10: 07’ muitos dos garimpeiros gastavam todo o seu dinheiro do bamburro no mesmo dia em que ganhavam, ostentavam luxos de forma descontrolada e depois voltavam à estaca zero. No garimpo tudo mudava muito rápido, e o status de bamburrado em pouco deixaria de existir.

○ MALIGNO

A trama comprova como toda a violência se caracterizou em uma imagem infernal da região, voltada para o maligno, que é representado em cenas ao longo do filme. Nos minutos ‘13: 28 a 15: 14’ são demonstradas as brigas e conseqüentemente a violência existente no garimpo naquela época, a cena em questão está relacionada à divisão dos barrancos, que acaba partindo para uma extremidade. No garimpo, muitos dos homens possuíam o uso de armas de fogo e armas brancas, o que era visto como um meio de se proteger em eventuais conflitos, e o diretor busca justamente exemplificar nessa cena esta questão, ao mostrar o desentendimento que se inicia com o professor Joaquim, e depois segue com Juliano que salva a vida do seu amigo e tem como fim a morte do outro garimpeiro através do uso de arma branca.

Não podemos deixar de citar também a demonstração que é dada pelo diretor e roteirista sobre a intervenção do governo no garimpo e, como esse aspecto é representado, momento em que se estabelece uma regra, em que toda a venda do ouro deveria ser feita de forma direta e única nas agências da Caixa Econômica Federal, a qual até pagava um preço justo pelo ouro extraído. Neste momento, o governo se faz presente no garimpo, implantando um posto de saúde para estes garimpeiros, porém, estabelece algumas regras que deveriam ser cumpridas pelos garimpeiros, dentre elas: a proibição da entrada de mulheres; proibição do consumo de bebidas alcoólicas e, por fim, a proibição do porte de arma de fogo no garimpo. No meu ponto de vista, o diretor buscou demonstrar nesse momento do filme que o governo ajudava de um lado, mas, tirava do outro, pois assim conseguiria ter um maior controle sobre o garimpo, o ouro e os garimpeiros, mesmo que muitos não concordassem com as regras ali impostas, no entanto, tinham que acatá-las.

As cenas dos minutos '20: 26 a 21: 40' mostram o professor Joaquim ligando para a sua esposa que tinha ficado em São Paulo, para dar a notícia de que ele tinha bamburrado, ou seja, encontrado muito ouro. Animada, sua esposa faz o questionamento em relação a quando Joaquim ia voltar para a sua cidade natal, já que o seu objetivo tinha sido alcançado. No entanto, Joaquim se recusa a voltar naquele momento, pois queria bem mais. Nessas cenas o diretor busca demonstrar algo corriqueiro que ocorria naquela época com estes garimpeiros, que quanto mais tinham, mais queriam ter, exemplifica bem a disputa de poder que havia naquele período por parte desses homens.

AS AMAZONAS

O diretor busca dar uma representação para a presença feminina e belicosa das Amazonas que pode, talvez, ser descrita pelas "Marias" do garimpo. Nas cenas que se desenrolam dos minutos '21: 58 a 23: 02', o diretor traz a representação da pre-

sença da homossexualidade existente no garimpo na década de 80. Os homossexuais eram aceitos no garimpo da Serra Pelada e, eram chamados de “Marias”, pois como já mencionado anteriormente, houve certo momento em que a presença de mulheres foi proibida dentro do garimpo.

Momento também em que Juliano descobre que o garimpeiro que ele acabou matando na briga era o grande amor de umas das consideradas “Marias”, e claro, o mesmo buscava vingança em relação ao ocorrido. O diretor demonstra na trama que alguns desses homossexuais eram bem violentos, no entanto, em alguns momentos, o filme traz cenas harmônicas entre esses indivíduos.

Outro fator de importante destaque na trama foi as doenças que ocorreram naquele período, dentre elas, a AIDS. Os homossexuais, ou seja, as “Marias” foram as que levaram a culpa pelo ocorrido, elas acabaram sendo expulsas do garimpo, dentre as quais, Marcelo, aquela que jurava Juliano de morte no início da trama, ele vivia a falar que um dia mataria Juliano.

A seguir continuarei analisando cenas recorrentes do filme relacionados ao referente trabalho proposto:

Assim, outro ponto recorrente na trama e que é importante frisar é o que se passa nas cenas dos minutos ‘24: 03 a 25: 04’. Em razão da proibição por parte do governo de mulheres e bebidas dentro do garimpo, estes homens iam para outro lugar, que tinha em média a distância de 30 quilômetros do garimpo, cidade que de acordo com o diretor era a cidade onde tudo era permitido, a chamada “Las Vegas da Amazônia”. Era no chamado 30 que se pôde observar a prostituição que existia naquela época, à grande quantidade de mulheres que povoavam aquela cidade com um único objetivo, o dinheiro, em especial dos garimpeiros. Assim, enquanto um sonhava em ajudar a família, o outro pensa em gastar seus ganhos com diversões nas cidades próximas que eram Curionópolis e Marabá.

Nas cenas que se seguem nos minutos ‘26: 01 a 26: 20’ é observado a compra de um revólver por parte de Juliano, ao ser questionado sobre tal episódio a resposta é direta, o mesmo justifica

que para viver naquele lugar ou você manda ou é mandado, e como ele não nasceu pra isso, prefere andar armado. Daí pode-se constatar de como se dava a dinâmica no garimpo e por quais motivos se havia tanto conflito, pois o diretor deixa representado nessas cenas as disputas de poder, não somente em relação ao ouro, mas, a tudo que envolvia o garimpo.

Nas cenas em que se desenrolam os minutos '27: 38 a 31: 21', o diretor busca trazer a representação da mulher naquele período no garimpo, com a atriz Sophie Charlotte (Tereza). Tereza foi à mulher que chamou a atenção de Juliano, no entanto, Tereza era comprometida com Matheus Nachtergaele (Coronel Carvalho) que era um dos donos de barrancos, considerado um homem influente no garimpo. Porém, o seu estado civil não foi motivo para Tereza e Juliano terem uma relação, mesmo que escondida do seu parceiro oficial.

Nas cenas que se iniciam nos minutos '27: 34' podemos relacionar a representação feita na trama de Matheus Nachtergaele (Coronel Carvalho) com a figura de Sebastião Rodrigues de Moura, ou seja, o Major Curió. O Coronel Carvalho foi um homem importante ao longo do filme, o mesmo tem um relacionamento com Tereza (Sophie Charlotte), que chama a atenção de muitos homens por sua beleza. Porém, o seu envolvimento com o Coronel se dava por duas razões, o dinheiro e o poder que o mesmo exercia dentro do garimpo, como é representado na trama.

O Coronel Carvalho era o chefe de uma turma de contrabandistas que, além de traficarem ouro, traficavam também armas e drogas. E a sua representação pode ser comparada a figura do Major Curió já, que ambos, exerceram um grande poder e domínio sob a dinâmica que se dava no garimpo, como já mencionado no primeiro capítulo. Carvalho com o seu poder fazia parte de uma organização criminosa que comandava vários garimpos na floresta amazônica.

Carvalho queria ser o dono de praticamente todos os barrancos do garimpo, como retratado na trama, pois assim, teria muito mais poder. No entanto, esse seu posicionamento o colocava

muitas vezes em situações conflituosas e violentas. A trama busca demonstrar que quando os acontecimentos não iam de acordo com os seus desejos, chegavam até a tomarem rumos extremos, acabando muitas vezes em mortes entre esses donos de barrancos.

O Major Curió e o Coronel Carvalho, ambos retratados ao longo do trabalho com posicionamentos parecidos, nos permite perceber ao longo da trama e da consideração teórica feita no primeiro capítulo como os mesmos buscavam exercer os seus poderes para benefícios próprios, por vezes ligados à política e por vezes, ligado ao poder, dinheiro e ao ouro.

Como mencionado no primeiro capítulo, as mulheres no garimpo da Serra Pelada até determinado momento tinham sua passagem livre para poder frequentar o garimpo e trabalhar com serviços domésticos, no entanto, tudo muda com a presença do governo, decretando a proibição delas no ambiente.

Assim, é por meio de cenas do filme, após a proibição dessas mulheres no garimpo, que o diretor busca representar que fins elas levaram. Muitas dessas mulheres ficavam exibidas como em uma vitrine. Assim, podemos perceber que em torno da Serra Pelada temos apropriação de uma representação de busca por uma riqueza, que poderia vir por meio do tráfico, garimpagem e no caso das mulheres por meio da prostituição, ou seja, a mulher era vista apenas como um objeto sexual. Tereza se trata de um desses exemplos de mulheres que viviam da prostituição ou da dependência de algum homem.

Voltando a falar sobre a violência daquele lugar, nas cenas dos minutos '32: 45 a 34: 23', o diretor buscou mostrar como alguns garimpeiros ao bamburrarem agiam diante de algumas situações, momento em que um garimpeiro ordena que se feche um bar e decide escolher quem permaneceria e quem deveria sair do estabelecimento. No entanto, tinha outro garimpeiro no bar interpretado pelo ator Wagner Moura (Lindo Rico), que ao ser expulso do ambiente e se ver diante daquela situação, acaba efetuando vários disparos de arma de fogo no garimpeiro que se mostrou autoritário em relação às outras pessoas que estavam no ambiente.

Continuando a temática da violência, nas cenas que se discorrem dos minutos '34: 58 a 35: 15' ocorre um desentendimento entre Juliano e o suposto vingador da morte do seu amado, como já mencionado anteriormente, o último promete vingança a Juliano e o jura de morte. E é nessas cenas que o diretor busca mostrar o porquê dos garimpeiros sempre andarem armados, era uma forma de defesa, pois episódios violentos eram algo comum naquela época e naquele lugar, poderia surgir de todas as partes a todo o momento, é exatamente como é retratado na trama, de dia era 30 e, já durante a noite era 38.

Ao desenrolar da trama Joaquim e Juliano começaram a achar ouro de verdade. Joaquim mandava para a sua família todo mês um cheque, no entanto, para ele aquilo ainda era pouco, ele queria mais dinheiro, já Juliano era um homem ambicioso que, queria mais e mais poder. Essa contradição de objetivos fez com que a amizade de Juliano e Joaquim enfraquecesse, pois para Juliano o que importava cada vez mais era o seu poder dentro do garimpo.

No que se refere ao ouro que saía da Serra Pelada pela via oficial, era escoltado pela polícia até a pista de pouso. No entanto, o diretor Heitor Dhalia busca mostrar na trama que o ouro também costumava sair por outro lugar, ou seja, pelos contrabandistas. E Juliano como queria mais poder, começou a jogar este jogo, vendia o ouro direto aos contrabandistas, traficantes que levavam o ouro para a fronteira.

Nas cenas que se desenrolam nos minutos '41: 53 a 43: 48' Juliano e Joaquim vão à procura do Coronel Carvalho, este queria comprar o barranco dos dois amigos, pois o Coronel era dono de vários barrancos e faltava apenas o barranco de Juliano. Porém, Juliano deixa bem claro que o seu barranco não está à venda. E ao ser questionado por Juliano o porquê de querer tanto ouro, o Coronel Carvalho que está com Tereza no seu colo sentado, abre as suas pernas como resposta da pergunta de Juliano. Assim, é possível observar mais uma vez, como a mulher se tratava de um objeto sexual na época.

O diretor nessa cena deixa claro como a mulher era vista apenas como um objeto a ser alcançado, porém, a essa altura na trama, Juliano já tinha um grande sentimento por Tereza, o que afetava diretamente a sua relação com o Coronel Carvalho. No entanto, como Joaquim e Juliano eram sócios neste barranco a não venda do mesmo causou um desentendimento entre os dois amigos, já que ambos tinham opiniões diferentes em relação à suposta venda do local.

A briga se dá justamente por uma busca de ambição que Juliano alegava que só existia nele, e que para o professor o que já estivesse conseguido era o suficiente, assim, o tão sonhado enriquecimento rápido dos protagonistas torna-se um pesadelo ao longo da trama com as inúmeras divergências existentes que ocorreram entre os dois. É nítido através das cenas que Joaquim sentia saudades da sua família, mas a ambição por parte de Juliano por várias vezes o convenceu a ficar no garimpo.

Esses fatos que as cenas trazem, é o que acontecia com os garimpeiros naquele período, muitos iam em busca de algo com tempo limitado, deixando famílias para trás, mas quando estão na situação o pensamento muda, o poder e dinheiro sobem a cabeça, e querem cada vez mais e mais. Como é o caso de muitos garimpeiros que ao deixarem as suas famílias por muito tempo, acabaram não voltando para as suas cidades de origem devido a várias razões e constituíram uma nova família na região de garimpagem.

Como já relatado por alguns ex-garimpeiros, muitos deles na década de 80 não voltaram para as suas cidades e suas famílias por um fato um tanto quanto curioso, que seria a vergonha, pois muitos vinham para a região com o pensamento e a expectativa de ficar rico e quando isso não se concretizava para muitos era motivo de vergonha, de chegar à sua cidade natal e falar que não conseguiu nada, por isso, muitos ficaram anos e anos tentando, até que acabaram ficando de vez na região do sul e sudeste paraense.

Voltando a falar da trama, nas cenas que se seguem os minutos '49: 40 a 50: 01' Juliano acaba matando um capanga que havia feito uma emboscada para assassiná-lo, que seguindo ele, seria

um mandado do Coronel Carvalho por ter ocorrido desavenças em relação a não venda do seu barranco. Daí é possível observar como é representada essa disputa de poder na trama, momento em que Juliano diante da situação, pressiona sua amante Tereza para que ela escolha com quem ficar Juliano ou Carvalho.

Se tratando de contextos ainda violentos, nas cenas dos minutos '51: 06 a 52: 20' o Coronel Carvalho é assassinado por um homem que está em uma garupa de uma motocicleta, o mesmo efetua vários disparos de arma de fogo no Coronel, ao sair da Igreja no dia do seu casamento com Tereza. Do outro lado, a trama retrata a cena de Juliano ao lado de vários traficantes em uma mesa comemorando a morte do coronel, encomendada por ele, pois este alegava que ele poderia os matá-los, Juliano e Joaquim.

O diretor/roteirista busca representar nessas cenas que o poder poderia passar de mão de várias formas, dentre elas, a morte. Momento, em que Juliano se torna um homem de muito poder dentro do garimpo e derrota todos os seus inimigos, muitos deles ele mesmo fez questão de matar. A morte se tornou algo recorrente no garimpo, e que para obter poder, valeria fazer de tudo, inclusive matar pessoas.

O diretor deixa bem representado no filme que chegou um determinado momento em que Juliano conseguiu alcançar o objetivo que tanto almejava o poder e o respeito dentro do garimpo, mesmo que fosse através do medo que colocava nos homens daquele lugar. E após a morte do Coronel Carvalho, Tereza volta para a noite e começa a se prostituir novamente, no entanto, esse fato causa um grande descontentamento em Juliano.

Nas cenas dos minutos '59: 56 a 1: 02: 10' Joaquim e Juliano se desentendem, no qual Juliano alegava que Joaquim estava lhe roubando. Ele então o aponta uma arma e o faz devolver todo o dinheiro que Joaquim como seu sócio seguia guardando para quando voltasse para São Paulo. Nessas cenas é possível observar ao comparar com cenas do início do filme, de como a amizade entre esses dois amigos vai se estreitando ao longo da trama e tudo, por busca de poder e riqueza de forma desordenada.

O filme retrata que no ano de 1982, Serra Pelada se tornou a maior concentração de trabalho manual desde as pirâmides do Egito, a única diferença se dava em razão de que, os garimpeiros construíram uma pirâmide de cabeça para baixo. Serra Pelada que era um morro virou um grande buraco, ou seja, mais de 60 mil homens moveram uma montanha de lugar, com o único objetivo, bamburrar, ou seja, ficar rico. Não se tratava de um trabalho fácil, mas a esperança de encontrar ouro era sempre maior.

O diretor Heitor Dhalia deixa claro que Juliano após conseguir o poder e o dinheiro que tanto almejava se torna uma pessoa solitária, pois as pessoas acabaram se afastando dele depois de se tornar uma pessoa cada vez mais ambiciosa, e conseqüentemente, cada vez mais violento, como mostra no filme, fazia uso de armas de fogo constantemente em todos os lugares.

No que se referem novamente as doenças, a trama demonstra também que a malária foi algo comum naquela época no garimpo, no período da malária o diretor/roteirista destaca que o delírio que esta doença causava, era como o delírio do ouro e, essa foi uma das doenças que afetaram centenas de garimpeiros na década de 80.

Nas cenas que desdobram os minutos '1: 19: 00 a 1: 21: 05' Joaquim após ser afetado com a malária, consegue uma grande quantidade de dinheiro ao conseguir encontrar ouro em abundância, momento em que, ele tenta ir embora do garimpo. No entanto, o mesmo é perseguido por alguns traficantes de Juliano que acabam levando todo o seu dinheiro. A partir daí, Joaquim começa a trabalhar com Lindo Rico, no intuito de dar uma lição em Juliano.

Quando os contrabandistas perceberam que todos iriam cair, se deu início a uma queima de arquivos geral, ou seja, houve uma grande matança de pessoas em diferentes lugares. Momento mais uma vez que reflete como se dava a violência naquele lugar, matavam sem dó e sem piedade alguma, tudo isso se dava em busca de poder.

A trama começa a ter as suas cenas finais no momento em que Juliano e Joaquim tentam ir embora, e Joaquim é alvejado por dois disparos de armas de fogo, Juliano o coloca em um carro e

tenta o levar para um hospital, momentos estes em que a trama fica dramática, pois mesmo diante de todos os acontecimentos ao longo da trama Juliano e Joaquim seguem juntos até mesmo no final. No entanto, Juliano não contava que seria no hospital que o mesmo seria pego pela polícia e preso.

Joaquim se recupera e consegue ir embora daquele lugar, no entanto, para ele deixar Serra Pelada seria mais difícil do que foi deixar São Paulo, pois ir atrás de um sonho segundo o roteirista, era sempre mais fácil do que abrir mão dele. Assim, tinha uma coisa que o garimpo sabia fazer era ensinar a estes homens a encarar a realidade. No entanto, o que cada um buscava fazer diante da própria realidade variava muito e eram essas, as escolhas que determinavam de verdade quem foi cada um no garimpo da Serra Pelada. A escolha de Joaquim foi que, mesmo apesar de muito tempo, anos, o melhor seria retornar para a sua casa e a sua família.

No entanto, Juliano, como demonstrado ao longo de toda a trama, deixou que sua ambição por dinheiro e poder acabasse o levando a um interrogatório policial, o mesmo que o diretor/roteirista Dhalia inicia o filme. E o interessante é que o diretor busca representar nessas cenas finais que mesmo depois de tantos crimes violentos e bárbaros, Juliano paga um tipo de fiança na delegacia e consegue sair da cadeia pela porta da frente.

Assim, algo que fica bem representado no filme é que a amizade de Juliano e Joaquim se tratava de uma amizade verdadeira, embora os pensamentos e atitudes divergissem constantemente ao longo da trama. A prova disto é que mesmo depois de várias situações, Juliano manda através dos correios um cheque para Joaquim de um valor considerável, o suficiente para ficar rico.

Dessa forma o filme se encerra, ao demonstrar nas suas últimas cenas o que foi corriqueiro ao longo de toda a trama, com cenas de uma festa na noite, nos bares e ao som de tiros de arma de fogo e os gritos das pessoas que ali estavam. Ou seja, no final da trama o diretor deixa claro que a violência era algo comum ao longo do período de funcionamento no garimpo da Serra Pelada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O porquê da escolha do filme? No meu ponto de vista, é através de cenas minuciosas do filme que podemos tentar entender mesmo que de uma forma mais geral como se deu toda a dinâmica no garimpo da Serra Pelada, desde o seu principal aspecto, o ouro, até os seus desdobramentos, entendendo o contexto de como se dava as festas, a presença das mulheres, a homossexualidade, o contrabando e a grande violência que se existia por trás de tudo isso.

O filme nos permite perceber que a linguagem que o diretor criou é voltada para as questões sociais e nos leva a problematizar os anos 1980, os quais acabaram nos apropriando de representações daquela época que vêm carregadas dos nossos conhecimentos sobre a Ditadura Militar, levando em consideração esse contexto histórico e o filme Serra Pelada.

No que se refere a essa década, esses seriam os últimos anos da Ditadura Militar no Brasil, esse recorte nos ajuda a pensar Serra Pelada e seus garimpeiros como violentos. Por que essa questão é tão presente no filme e o que o diretor Heitor Dhalia quis transmitir com essa problemática? Para explicar, Stuart Hall utiliza da linguagem e suas significações para elucidar a construção de uma representação, para Hall é o significado que damos para as coisas, lugares e pessoas por meio da linguagem que materializam as representações.

Em Serra Pelada o diretor apropriou-se dessas significações por meio da linguagem cinematográfica, nisso ele consegue transmitir para os telespectadores um cenário no qual durante toda a trama é visto como violento. Nesse sentido a violência é um fator predominante e muito marcante na trama e nos faz pensar no que é violência e quais seriam essas violências. O filme Serra Pelada durante a trajetória desse trabalho nos possibilitou perceber, por meio da linguagem cinematográfica e as representações apropriadas pelo diretor e os garimpeiros que, o garimpo foi romantizado como um lugar o qual possibilitava sonhar-se com uma vida com alguns privilégios, os quais somente uma parte bem pequena da sociedade tinha.

A trama se trata de um roteiro bastante didático e funcional, no qual revela detalhes interessantes daquela grande estrutura em meio à selva, o que não compromete o resultado, uma vez que, a ideia seria mesmo de falar de forma hierárquica dos garimpeiros, dos interesses do governo, das doenças, como a malária e a Aids, etc. No entanto, o uso excessivo da narração de um dos protagonistas, que se trata de Juliano, pode causar certo incômodo.

Em relação aos atores Andrade encabeça bem o elenco ao lado de Cazarré, bastante convincente no papel que foi lhe proposto. Matheus Nachtergaele mantém seu bom padrão e Shopie Charlotte faz sua estreia com chave de ouro, no qual protagoniza cenas que os espectadores estavam acostumados a ver.

A trama trata-se de uma mistura de cenas novas e cenas de arquivo, o qual mostra que Serra Pelada se tratava de um legítimo faroeste amazônico, cheio de tiros e mortes, mantendo uma boa atmosfera de tensão numa trama com boa trilha sonora, elementos voltados para a traição em diferentes contextos, vingança, sexo, dentre outras emoções.

Uma trama tipicamente brasileira, com músicas nordestinas, um linguajar de baixo calão e aquilo que se esperava das mazelas daquela sociedade naquele período, regada e envolvida ao dinheiro fácil e a uma terra sem lei, na qual o diretor faz o uso da criatividade como um dos pontos mais fortes. Miséria, poder, mas a utopia de ganho de dinheiro fácil, se encaixaram exatamente no contexto da Serra Pelada naquele período, local no qual o homem era testado até o seu limite, assim, quanto maior o sonho, maior a ambição. A saga dos amigos em busca de riquezas se insere em uma teia discursiva das representações vigentes desde o século XVI onde o Eldorado, as amazonas e o mal/inferno se tornaram imagens recorrentes.

REFERÊNCIAS

FONTES AUDIOVISUAIS:

Entrevista com Maria de Castro Pinheiro sobre o depoimento de Curió: <https://www.youtube.com/watch?v=i8CEu3ICRBk>

Reportagem Programa Fantástico: 40 anos depois a Serra Pelada ainda fascina garimpeiros (15 de dezembro de 2019) – https://youtu.be/A6jk_8H8YL4

Filme Serra Pelada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6IWPR-gsjtz8>

BIBLIOGRAFIA:

BRITO, Fausto. Os povos em movimentos: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: Neide Lopes (Coord.). **Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. Ed. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995, p.53-66.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D'Assunção. *Cinema-História: teoria e representações sócias no cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CHARTIER, Roger. 1990. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

_____. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. Tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Amazônia, território em movimento: vias precárias**. História Unissinos, v.21, n.1, 2017, p.38-50.

Globo News: <http://g1.globo.com/globo-news/notícia/2013/10/foi-um-projeto-ambicioso-diz-heitor-dhalia-sobre-serra-pelada.html>.

HALL, Stuart. “The workofrepresentation”. In: HALL, Stuart (org.) **Representation**. Cultural representationand cultural signifyingpractices. London/Thousand Oaks/New

Delhi: Sage/Open University, 1997.

Heitor Dhalia: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Heitor_Dhalia&colid=59569180.

JUNGBLUT, Cesar Augusto. **História Regional**. Uniasselvi, 2005.

KOTSCHO, Ricardo. **Serra Pelada: uma ferida aberta na selva**. São Paulo: Editora brasiliense, 1984.

LAGNY, Michèle. Cinematógrafo. Laboratório da razão poética e do “novo” pensamento. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; KRISTIAN Feigelson (organizadores). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

LAVARDA, Marcus Túlio Borowski. **“O formigueiro humano”**: o garimpo da Serra Pelada pelas fotografias de Sebastião Salgado. Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP. São Paulo, 2017.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação Cinema-História. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D’Assunção. **Cinema-História: teoria e representações sócias no cinema**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATHIS, Armin. **Serra Pelada**. Belém, dezembro, 1995.

MEMÓRIA GLOBO. **Corrida do ouro em Serra Pelada**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/serra-pelada-corrida-doouro/serra-pelada-corrida-do-ouro-a-corrida-do-ouro.htm>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MOURA, Salvador Tavares de. **Serra Pelada: experiências, memórias, disputas**. 2008. 114f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia**. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PIZARRO, Ana. Amazônia. **As vozes do rio. Imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. Conflitos sociais e a formação da Amazônia. Belém: Ed. UFPA, 2012. SILVA, Idelma Santiago da. **A migração como mito fundador e Outras Metáforas: Narrativas Da colonização no Sudeste o Pará**. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína. V. 2, 2010.

Site Serra Pelada: <https://g.com/kgs/Z78XqD>.

SILVA, Marcos Antônio. (Org). **República em migalhas:** história regional e local. São Paulo: Marco Zero/ Anpuh, 1990.

SORLIN, Pierre. **Cines europeos, culturas europeas.** Barcelona: Paidós, 1996.

TEDESCO, Leticia Luz Da. **No trecho dos garimpos:** mobilidade, gênero e os modos de viver na garimpagem de ouro na Amazônia. Porto Alegre, 2015.

Tv Revista de Cinema: <http://revistadecinema.com.br/2012/07/heitor-dhalia-em-busca-do-ouro-de-serra-pelada>.

Juliana Sales de Araújo

**A REDEMOCRATIZAÇÃO NA IMPRENSA
ALTERNATIVA: UMA ANÁLISE DO
JORNAL RESISTÊNCIA (1978-1986)**

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo é analisar a visão do *Resistência* durante o processo de transição política rumo a redemocratização do país, com um olhar voltado especialmente para sua linha editorial. Nesse sentido, com este estudo buscou-se compreender qual a visão do mensário a respeito do referido processo? O que pretendia o mencionado periódico ao retratar a temática em seus artigos editoriais?

Entretanto, antes de tratar da pesquisa propriamente dita, apresento algumas considerações sobre minha trajetória acadêmica que contribuíram para que eu escolhesse este objeto de pesquisa.

Iniciei o curso de Licenciatura em História no ano de 2016, quando ingressei na terceira turma do Campus de Xinguara. No segundo semestre da graduação, comecei a participar, como bolsista, de um projeto de extensão, que de maneira contundente contribuiu para minha formação. O projeto se chama “Projeto de Preservação e Conservação Arquivística do Acervo da Comissão Pastoral da Terra de Xinguara – PA” e é fruto de um acordo de cooperação técnica estabelecido entre a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem por objetivo a organização, higienização, digitalização e a manutenção digital do acervo documental da CPT, sob coordenação dos Professores Eduardo de Melo Salgueiro e Laécio Rocha de Senna.

Tive a oportunidade de participar do então projeto durante três anos e meio, podendo desse modo, manusear uma variedade de fontes documentais, que para os pesquisadores e historiadores, pode ser entendido como “mina de ouro” metaforicamente falando, pois, o mesmo se constitui de um leque de registros que alargam as possibilidades de pesquisas, dentre os temas posso citar alguns mais relevantes, tais como: conflitos agrários, trabalho escravo, mineração, violência policial, entre outros, sobretudo, referentes a fatos históricos acontecidos na região Sul do Pará. Em relação ao vasto acervo documental da qual a CPT se preocupava em registrar, Salgueiro e Senna ressaltam que em

Toda a ação de mediação desempenhada pela CPT junto aos camponeses, sempre foi fundamental os registros documentais de grande parte das atividades por ela desenvolvidas, que eram (e ainda são) peças fundamentais na formalização de denúncias contra fazendeiros, militares e agentes públicos junto ao poder público. Dentre os diversos tipos de denúncias impetradas e/ou acompanhadas pela entidade junto aos órgãos públicos destacam-se, por exemplo, aquelas relacionadas ao trabalho escravo nas fazendas da região, assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais, além de ameaças de morte.¹

Assim, ao conversar com o professor orientador Eduardo de Melo Salgueiro, a respeito da pesquisa pretendida por mim, no momento oportuno, o mesmo indicou uma fonte e objeto de análise pertencente do acervo documental da CPT, isto é, o jornal *Resistência*.

Ressalto o importante projeto de extensão, pois foi um dos principais caminhos que me levaram a ter acesso às edições do periódico em questão, uma vez que suas edições se encontravam em meio à documentação condicionada no acervo da CPT - Xinguara.

Outro aspecto importante para minha formação enquanto historiadora e para o desenvolvimento deste estudo, foi minha participação em 2017 no Curso de Extensão Universitária com título: “Introdução aos estudos de história e imprensa: procedimentos teórico-metodológicos”, com carga horária total de trinta e duas horas. Ministrado pelo Professor Eduardo de Melo Salgueiro, no Instituto de Estudos do Trópico Úmido – IETU/ XINGUARA. A participação no curso despertou em mim um olhar crítico à imprensa, de modo a compreender que a mesma, assim como qualquer outro documento, pode ser entendida como objeto e fonte para análise numa perspectiva histórica, so-

¹ SALGUEIRO, Eduardo de Melo; SENA, Laécio R. Preservação arquivística e constituição da memória da luta camponesa na Amazônia Oriental: a experiência da implantação do Centro de Documentação e Memória da Unifesspa, em Xinguara-PA. In: VIII Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp, 2016, Campinas. Anais. VIII Seminário Nacional do CMU - Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento. Campinas, 2016. v. VIII. p. 02.

bretudo, que nós enquanto historiadores devemos problematizá-la como um sujeito carregado de valores e intenções, e, não apenas como um mero veículo de informações.

Dito isto, na perspectiva em alcançar tais objetivos com a análise de um impresso, fez-se necessário usar uma metodologia que pudesse compreender a imprensa como “força ativa na história”.² Assim sendo, para desenvolvermos tais discussões apresentadas neste estudo, nos baseamos teoricamente em historiografia especializada, que dedicou seus estudos por meio da imprensa, em particular na análise de periódicos. Todavia, buscamos como referência, contribuições apresentadas pelas historiadoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto que buscam problematizar tais questões a partir do artigo: *Na Oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa*, pois as autoras propõem um avanço na discussão de um repertório de procedimentos teórico-metodológicos para o seu tratamento. Tânia Regina de Luca demonstra que até a década de 1970 ainda eram poucos os trabalhos que se valiam de jornais e revistas como fonte para o estudo da história do Brasil. Conforme Luca, “reconhecia-se a importância de tais impressos”, ou seja, havia certa preocupação em se construir a história da imprensa, mas havia certa resistência em tomá-los como fonte para a compreensão da história. Tal particularidade é atribuída em partes ao peso tradicional “positivista” que imperava durante o século XIX e princípio do XX, cuja característica principal, consistia na busca pela verdade. Dito isto, os jornais eram tidos previamente como fontes pouco confiáveis.³

Ademais, tal como Martins, Luca ressaltam que a partir da “Nova História” atribuída à terceira geração dos *Annales*, “a prática historiográfica alterou-se significativamente”, ampliando, assim, as possibilidades de análises, ou seja, “novos objetos, problemas e abordagens”⁴.

² CRUZ, Heloisa F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 257.

³ LUCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-112.

⁴ LUCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p.112.

Bem como Salgueiro diz, periódicos como revistas e jornais são “riquíssimas fontes de estudos, uma vez que, por trás de suas reportagens, existem grupos de pessoas que idealizaram um projeto, o colocaram em prática pela produção desse impresso e passaram a *representar* a si mesmos e aos seus interesses”.⁵

Como já foi mencionado, as edições do Resistência estavam guardadas no acervo da CPT, e em uma conversa com Ana de Sousa Pinto, responsável pelo acervo com o Professor Eduardo, esta falou do periódico e deixou a disposição para análise, as edições foram por sua vez levadas para o Centro de Documentação Histórica do IETU, na qual recebeu o devido tratamento de preservação arquivística do documento, foram higienizadas, ordenadas por número de edições e ao final digitalizadas. Iniciei esta pesquisa folheando algumas edições, o que de antemão me deixou muito entusiasmada em relação ao objeto em análise, a partir de então comecei a ler historiografias para saber como manusear a modalidade do documento, sobretudo, as que tratavam da metodologia de análise de impressos.

Ao buscarmos textos que utilizaram ou mencionaram de alguma forma tal periódico como fonte ou objeto de análise, encontramos alguns estudos que os autores citam ou apresentam o jornal *Resistência* como um dos exemplos de periódico de cunho alternativo, sem fazer uma análise sistemática do mensário.

Em diálogo com Bernardo Kucinski, Maria Paula Nascimento Araujo, Alzira Alves de Abreu, dentre outros, o autor Sérgio Luiz da Silva Mendes ao escrever o artigo por título: “*A imprensa alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico*” busca construir um debate historiográfico explicando o surgimento ou a proliferação de mídias alternativas durante a Ditadura Militar no Brasil. Assim, o autor apenas cita o jornal Resistência, como um dos alternativos que surgiram durante o período, sem se aprofundar no estudo sobre o periódico⁶.

⁵ Salgueiro, Eduardo de Melo “O maior projeto em prol de Mato Grosso”: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967). Dourados, MS: UFGD, 2011. p. 17.

⁶ MENDES, S. L. S. A IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1984): UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO. CONTRAPONTO, v. 1, p. 24-41, 2011.

Já a jornalista Adriana S. Campos Lira, ao fazer uma análise sobre a atuação dos pequenos informativos que se destacaram na Amazônia durante a Ditadura Militar (1964/1985), faz um breve contexto do jornal resistência. Porém, a autora não aprofunda a discursão em relação ao periódico no artigo intitulado: *Imprensa Alternativa na Amazônia: breve contexto dos tabloides que deixaram suas marcas no período da Ditadura Militar*⁷.

Os autores Célia Regina Trindade Chagas Amorim, Mariana Costa Castro, Roberta Aragão Machado e Ana Cruz de Oliveira ao elaborarem uma análise do papel da Imprensa Alternativa na Amazônia durante a Ditadura Militar (1964-1985), tendo como foco o projeto geopolítico de ocupação do território implantado pelos militares, publicaram o artigo: *O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)*. Citam o jornal *Resistência*, no intuito de explicar a natureza dos periódicos alternativos naquele contexto no qual ressalta que o jornal *Resistência* foi um dos periódicos que surgiram em resultado também de parcerias com órgãos da sociedade civil e também com as comunidades do interior da Amazônia⁸.

Bernardo Kucinski ao produzir o “*Jornalistas e Revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*”, faz um panorama sobre a imprensa alternativa no Brasil e é notável a partir da discursão elencada pelo autor, que o mesmo buscou fazer uma abordagem e, sobretudo uma análise um pouco mais detalhada sobre o jornal *Resistência*, quando ressalta vários aspectos importantes sobre o mensário⁹. Assim, é reconhecível o esforço de todos os autores que buscaram abordar o *Resistência* em seus estudos, no entanto, pretendendo aqui fazer um estudo mais sistemático do mesmo.

Dito isto, neste estudo procuro analisar o *Resistência* de ma-

⁷ LIRA, Adriana S. Campos. *Imprensa Alternativa na Amazônia: breve contexto dos tabloides que deixaram suas marcas no período da Ditadura Militar*. Faculdade de Estudos Avançados do Pará/Feapa.

⁸ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985). In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012.

⁹ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

neira mais detida com uma abordagem baseada em vários pesquisadores da imprensa, analisando-o ao mesmo tempo como fonte e objeto de pesquisa. Buscando compreender a visão do mesmo diante do contexto histórico vivido à época e, ao mesmo tempo, perceber as intencionalidades da sua produção editorial.

É de fundamental importância destacar que este estudo se concretiza sobre uma quantidade considerável de edições do jornal *Resistência* equivalente ao período de março de 1978 a junho de 1986, contendo, nesse sentido, quarenta e sete (47) números. É importante ressaltar que foram lançados outros números durante o período, porém, os que conseguimos ter em mãos são as quarenta e sete edições. Para desenvolvermos tal abordagem o trabalho foi dividido em dois capítulos.

Nesse sentido, no primeiro capítulo buscamos fazer em diálogo com alguns autores e fizemos um breve debate historiográfico acerca do conceito que define um periódico como impresso alternativo. Para continuarmos a discursão, fizemos um tópico com uma breve abordagem sobre o papel dos jornais alternativos especialmente na Amazônia. Em seguida, fizemos breves abordagens de antemão apresentando a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, entidade criadora do periódico. Apresentamos um histórico do jornal propriamente analisado, no intuito de apresentar ao leitor o objeto de estudo em questão.

No segundo capítulo, buscamos analisar sobretudo a visão do *Resistência* durante o processo de transição política rumo a redemocratização do país, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, com um olhar voltado principalmente aos editoriais do periódico em questão, analisaremos parte das edições entre os anos de 1981 e 1982, observando assim, a intenção deste enquanto um veículo de informação alternativa, buscando compreender, dessa forma, o que este jornal realmente pretendia ao fazer circular suas edições durante o referido período.

Para iniciar tal abordagem, fizemos um breve panorama sobre o jornal *Resistência* e a Ditadura Militar brasileira. Depois

nos dedicamos a falar um pouco da repressão aos movimentos democráticos e o Governo de João Batista Figueiredo (1981-1982) e, em seguida, abordamos sobre o jornal *Resistência* e o processo eleitoral. Por fim, o jornal *Resistência* e a campanha eleitoral no estado do Pará.

A IMPRENSA BRASILEIRA E O CONTEXTO DO APARECIMENTO DO JORNAL RESISTÊNCIA

Neste capítulo, inicialmente em diálogo com alguns autores nos dedicamos a um breve debate historiográfico acerca do conceito que define um periódico como impresso alternativo. Para continuarmos a discursão perpetrarmos um tópico com uma breve abordagem elencando o papel dos alternativos especialmente na Amazônia, no intuito de contextualizar o surgimento do jornal *Resistência*. Em seguida, nos preocupamos em apresentar a entidade criadora do periódico, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH. Apresentamos um breve histórico do jornal propriamente analisado, no intuito de apresentar ao leitor o objeto de estudo em questão.

IMPRENSA ALTERNATIVA

De acordo com Flávio Aguiar, a imprensa brasileira começou com um alternativo, “o *Correio Brasiliense*, fundado por Hipólito José da Costa, em 1808, em Londres, entre outras coisas para lutar pela independência do nosso então futuro país”¹. O autor continua enfatizando que, durante o Império, houve vários outros periódicos alternativos. Destacando o mais importante deles, que foi “o *Jornal dos Tipógrafos*, fundado em 1858, pela categoria depois da primeira greve no Brasil. (...) Na Primeira República também houve alternativos, como os famosos *A Manhã*, do Partido Comunista do Brasil e o seu coirmão, paródico, *A Manha*, do Barão de Itaré”².

É importante observar que Aguiar destaca o alternativo *Última Hora*, como o de maior sucesso de público na história brasileira. Criado por Samuel Wainer no segundo governo de

¹ AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 234.

² AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 234.

Vargas, com apoio deste, para se contrapor ao coro unânime da imprensa conservadora que queria a deposição do presidente. Esse alternativo era visto como:

“(…) Inovador, de espírito popular, *Última Hora* representou uma revolução na imprensa brasileira, logo editado que foi em nove capitais brasileiras. Mas os seus inimigos não lhe perdoaram a ousadia. Depois de uma perseguição feroz por todos os meios, *Última Hora* foi depredado em seguida ao golpe de 1964. Samuel Wainer, seu criador, no exílio, vendeu o episódio ao grupo Folha de São Paulo. Depois tentou reerguê-lo em 1974, em São Paulo, sem resultado duradouro.

Logo antes do golpe de 1964, houve um alternativo notável, *Brasil Urgente*, editado no abc paulista por frei Josaphat Marinho, que dias antes do 1º de abril fatídico, foi retirado do país pela cúpula da igreja. O jornal foi para o limbo com seu criador. Frei Josaphat retornou ao Brasil anos depois. O jornal não.”³

Podemos notar, a partir das reflexões de Aguiar, que o surgimento dos alternativos vem de longa data na história brasileira, mas sempre com a marca da fragilidade. Ou seja, os jornais e revistas surgem, mas não conseguem viver por muito tempo, uns conseguem mais, outros menos, porém às vezes quando menos se esperam eles ressurgem.

Nessa perspectiva, o pesquisador Bernardo Kucinski, também ressalta que:

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como *imprensa alternativa ou imprensa nânica*. A palavra nânica, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria

³ AGUIAR, Flávio. *Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo*. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 235.

dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa.⁴

A historiadora Maria Paula Nascimento Araújo faz uma importante observação a respeito, ao ressaltar que “a imprensa alternativa era, no entanto, formada também por jornais feministas, de reivindicação de direitos de minorias como negros e homossexuais, e que nem sempre tinham conotação de contestação direta ao regime militar”⁵. Neste sentido:

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: 1) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); 2) revistas de “contracultura” (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” — artistas que produziam fora do esquema comercial) e 3) publicações de movimentos sociais (englobando neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa, aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.).⁶

A observação da autora é fundamental para compreendermos que a imprensa alternativa não representava o interesse de um único seguimento da sociedade, mas sim de vários deles, que lutaram por reconhecimento de seus direitos.

Para Kucinski, o conceito alternativo contém quatro significados essenciais, que são: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente ex-

⁴ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991, p.5.

⁵ Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>

⁶ Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>

cludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam”⁷.

A imprensa alternativa sofreu um sistema de censura mais duro do que a grande imprensa. Elas eram obrigadas a enviarem as suas matérias para a Polícia Federal, em Brasília, para que depois elas fossem devolvidas com os cortes e vetos. As editoras dos jornais sofriam constantes perseguições, sendo presos alguns de seus editores e tendo suas edições apreendidas mesmo depois de terem passado pela censura prévia.

Os jornais de grande circulação que também se posicionaram contra os ideais da Ditadura Militar, sofreram violentas perseguições como, por exemplo, a prisão de editores que criticavam o modelo de governo. Assim, ao analisar a imprensa durante esse período, “não há como deixar de lado o aspecto da censura”⁸. Deste modo, Luca vem ressaltar que:

Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.⁹

No entanto, a despeito de toda a adversidade, “os alternativos renovaram a diagramação, a linguagem jornalística e introduziram novos temas ligados ao cotidiano e as mudanças comportamentais”¹⁰. Como foram o caso dos periódicos alterna-

⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991, p. 5.

⁸ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, 2006, p.107 e 108.

⁹ LUCA, Tânia Regina de, *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 129.

¹⁰ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, 2006, p.111.

tivos na Amazônia, que abordavam temáticas que estavam ligadas as problemáticas da região.

A IMPRENSA ALTERNATIVA NA AMAZÔNIA

Quando se trata da análise da imprensa alternativa na Amazônia, é importante mencionar as contribuições das autoras Célia Regina Trindade Chagas Amorim, Mariana Costa Castro, Roberta Aragão Machado e Ana Cruz de Oliveira, no artigo intitulado “O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)”, publicado em 2012. Nesse trabalho, as autoras destacam que durante o período da Ditadura Militar, a imprensa alternativa “não se refutou da luta contra o autoritarismo imposto pelo regime, mas tinha como umas das principais missões o fato de se opor veementemente aos projetos de ocupação da terra na Amazônia, que colocavam a população em estado de permanente marginalidade e opressão”.¹¹ As autoras continuam destacando que nesse período a imprensa alternativa na Amazônia:

Contava com a iniciativa de jornalistas que perderam espaço na imprensa tradicional por praticar o jornalismo cidadão, de denúncia e investigação. Era resultado também de parcerias com órgãos da sociedade civil e também com as comunidades do interior da Amazônia. Por exemplo, pode-se citar o *Bandeira 3* (1975), do jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto; o *Jornal Resistência* (1978), pertencente à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, ambos de Belém do Pará; e o jornal *Varadouro* (1977), fundado no Acre, pelos jornalistas Elson Martins da Silveira e Silvio Martinello. *Varadouro* contava com a participação de índios na feitura do jornal.¹²

¹¹ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p.06.

¹² AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p.06.

Observa-se, portanto, que jornalistas da grande imprensa ao se sentirem insatisfeitos com o seu trabalho, por não conseguirem colocar em prática o jornalismo que vinha atender aos interesses das camadas subalternas da sociedade, juntamente com entidades da sociedade civil, como por exemplo, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, começam a criar alternativas na Amazônia. As autoras citam como exemplo três importantes alternativas que se destacaram, o *Bandeira 3*, *Varadouro* e o jornal *Resistência*, periódicos que cumpriram um importante papel na Amazônia durante a Ditadura Militar, pois como pode perceber esses jornais contavam com a participação do povo para sua subsistência.

O fato de ser uma área de fronteira riquíssima, a Amazônia sempre encheu os olhos de empresários nacionais e internacionais como espaço de ampliação e reprodução do capitalismo. Para isso, o governo militar “instalou uma série de projetos que traçaram os modelos de exploração da região. Entre eles destacam-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs)”¹³, que concretizaram o projeto de ocupação da região entre os anos 1970 e 1980, com o discurso proferido pelo Presidente da época Emílio Garrastazu Médici, que de acordo com Airton dos Reis Pereira, foi feito “para uma plateia de empresários e políticos, o governo considerava necessária a colonização da Transamazônica porque seria “o esforço necessário a solução de dois problemas: o homem sem-terra no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia””¹⁴.

Os Planos de Desenvolvimento Nacional e os Planos de Desenvolvimento na Amazônia, projetos que se consolidam principalmente na Amazônia, deixaram inúmeras sequelas: como a concentração fundiária, expulsando camponeses de suas terras, causando uma migração dessas pessoas para a cidade, dessa forma, resultando no crescimento do número de pessoas que

¹³ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p.02.

¹⁴ PEREIRA, Airton dos Reis., *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. UFPE, 2015, p.103

foram viver em condições precárias nas periferias. Projetos como a construção de hidrelétricas e exploração de minérios também se concretizaram nessa região deixando impactos sociais e ambientais incalculáveis.

A imprensa alternativa na Amazônia “caracterizada por jornais e boletins que penetravam em áreas isoladas da região amazônica, (...) foi o único meio viável de fazer ouvir denúncias das populações locais às autoridades e ao resto do país”.¹⁵ Desse modo, na década de 1980, os jornais alternativos na Amazônia passam a conter temáticas voltadas para as “políticas públicas, o descaso social e as sequelas deixadas pelos PNDs e PDAs”¹⁶. Nessa perspectiva, “os alternativos então passam a abordar temas voltados para as consequências desses projetos, sendo recorrente o uso da temática ambiental”¹⁷ e violência cometida de diversas naturezas. Nesse sentido, Amorim, Castro, Machado e Oliveira ressaltam que:

Essa imprensa não só constituiu um movimento de resistência ao regime imposto, obedecendo ao caráter de denúncia dos alternativos nacionais referentes a violações dos direitos humanos, como foi instrumento de luta contra as ações e consequências dos projetos de ocupação territorial na região.¹⁸

Sendo assim, a imprensa alternativa na Amazônia buscou contribuir na própria educação das populações locais, constituindo-se em um elemento fundamental de comunicação em busca da redemocratização do país. Esse é o caso do jornal alternativo *Resis-*

¹⁵ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p. 08.

¹⁶ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p. 10.

¹⁷ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p. 10.

¹⁸ AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012. p. 11.

tência, o qual tem cumprindo um papel fundamental como porta voz dos diversos setores da sociedade que frequentemente tem seus direitos ameaçados.

O JORNAL RESISTÊNCIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Antes de falarmos propriamente do jornal *Resistência*, objeto principal analisado neste trabalho, é preciso compreender o que é a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Fundada no dia 08 de agosto de 1977, o seu Estatuto, no capítulo I - de constituição e fins no Art. 1º, informa que a “Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída por número ilimitado de sócios, com sede e foro na cidade de Belém Estado do Pará e destinada à proteção e defesa dos direitos da pessoa humana”.¹⁹ Entidade criadora do jornal *Resistência*.

trabalho da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos tem continuidade até os dias atuais. Hoje a entidade se multiplica e amplia o campo de atuação na defesa dos direitos humanos, realizando oficinas de qualificação jurídica para as comunidades, para os movimentos sociais e para todos os cidadãos que tenham interesse em conhecer e lutar pela defesa dos direitos humanos.

Dirigido pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, tendo como diretor o advogado Paulo Fonteles²⁰, e edi-

¹⁹ Jornal *Resistência*, ano I, nº 1, março de 1978, Belém (PA).

²⁰ Paulo Fonteles é eleito o primeiro presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e nesse ambiente, em 1978, se coloca à disposição da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para advogar para os camponeses do Sul do Pará. Sua atuação, como advogado da oposição sindical nas contendas contra o pelego Bertoldo Siqueira, na luta para retomar para as mãos dos lavradores o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia vai destilar o ódio em famigerados, como o Major Curió e o Ministro Jarbas Passarinho. Muitos dos instrumentos e quadros da repressão atuaram para derrotar a oposição e até a Rádio Nacional de Brasília fazia campanha para os caudatários do militarismo. Em 1982 é eleito Deputado Estadual sob a consigna de “Terra, Trabalho e Independência Nacional” e no curso de sua atuação parlamentar é constantemente ameaçado e por diversas vezes denúncia da tribuna da Assembleia Legislativa do Pará as macabras listas de marcados para morrer onde figurava. Em 1985, um Coronel do Exército e latifundiário, Eddie Castor da Nóbrega anuncia num dos principais jornais paraenses que iria atentar contra a vida do então Deputado. Fonteles no mesmo jornal responde que “se um coronel tem a ousadia de ameaçar de morte um Deputado abertamente, o que este senhor não faz com os trabalhadores rurais de sua fazenda”, concluiu. Em 11 de Junho de 1987 todas as ameaças se confirmam e no final da

tor responsável Luiz Maklouf Carvalho²¹, o jornal *Resistência* teve sua primeira edição em fevereiro de 1978. Desde então, tem cumprido uma importante função social em defesa dos direitos humanos.

Kucinski, ao fazer um breve histórico do jornal, informa que o *Resistência* destacou-se como:

Um dos mais sugestivos da última fase do ciclo alternativo. Não só pelo seu conteúdo editorial, que cobria, com autonomia jornalística, todos os campos normalmente tratados pela imprensa alternativa de base, como também pela organicidade de sua articulação, pela quantidade de trabalho envolvida na sua produção, distribuição e administração. Era impresso em tamanho um pouco maior do que o tablóide, o que o distinguia dos demais alternativos. Suas reportagens cobriam todas as mazelas sociais de Belém, com destaque para as violações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que dedicava algum espaço sistemático a temas nacionais como forma de disseminação das posições do PCdoB, espaço esse que foi crescendo no decorrer do tempo, tornando-se dominante na última fase do jornal.²²

Ao falar sobre o *Resistência*, o autor vem destacar que o mesmo foi uma referência na última fase do ciclo dos jornais alternativos,

manhã daquele dia é assassinado a mando da União Democrática Ruralista (UDR) na região metropolitana de Belém. A ação que atentou contra a vida de Paulo Fonteles ocorreu no mesmo momento em que se votava, no âmbito da constituinte, o Capítulo da Terra. Informações retiradas em: <http://institutopaulofonteles.org.br/> no dia 24 de outubro de 2019 às 15:58

²¹ Luiz Maklouf Carvalho Nasceu em Belém, no Pará, em abril de 1953. É bacharel em direito pela Universidade Federal do Pará. Mora em São Paulo desde dezembro de 1983. Desde janeiro de 2016 é repórter de O ESTADO DE S. PAULO. Vencedor de dois prêmios Jabuti de livro-reportagem – por Mulheres que foram à luta armada (Globo, 1998) e Já vi esse filme – Reportagens (e polêmicas) sobre Lula e/ou o PT (1984/2005) (Geração Editorial, 2005). É autor, também de Contido a bala - A vida e a morte de Paulo Fontelles, advogado de posseiros no sul do Pará (Cejup, 1994), Cobras criadas: David Nasser e O Cruzeiro (Senac-SP, 2001), O coronel rompe o silêncio (Objetiva, 2004), sobre a guerrilha do Araguaia, e João Santana – Um marqueteiro no poder (Record, 2015). Foi repórter, entre outros, dos jornais Resistência, Movimento, Jornal do Brasil, Jornal da Tarde, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e das revistas Época e Piauí.

Informações retiradas em: <https://todavialivros.com.br/autores/luiz-maklouf-carvalho> e <https://casadosaber.com.br/sp/professores/luiz-maklouf-carvalho.html> no dia 24 de outubro de 2019 às 16:16

²² KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991, p.75.

por ser um jornal que abrangia em seu corpo editorial praticamente todos os temas que eram abordados na imprensa alternativa de base. Outro fator destacado sobre o periódico foi sua produção gráfica, por ser muito bem organizada e articulada, conseguindo então ter uma boa produção e distribuição, apesar do jornal ter enfrentado diversos problemas financeiros. É importante frisar que suas reportagens cobriam todas as mazelas sociais da capital, destacando especialmente a violação dos direitos humanos. O autor informa, ainda, que ao mesmo tempo o *Resistência* também abrangia temas nacionais como forma de disseminação dos ideais do PCdoB. Quanto a esta última colocação, é notável que haja indícios de posições políticas em suas edições, até mesmo porque seu primeiro diretor fazia parte do partido.

No *Blog O Furo* foi publicado um artigo por Rogério Almeida intitulado “Resistir é o primeiro passo – memória do jornal paraense ‘Resistência’”, nele é destacado que:

Como os pares enquadrados como alternativo ou popular Resistência não gozava de saúde financeira. No contexto histórico em que surgiu foi um aglutinador das forças populares que se reorganizavam em um mosaico de possibilidades: partidos políticos, movimentos sociais, ONG’s, sindicatos e segmentos da Igreja Católica inspirados da Teologia da Libertação.²³

O jornal *Resistência* enfrentou inúmeros problemas financeiros, pois o fato de ser um alternativo popular não tinha um fundo financeiro próprio, no entanto, surgiu em meio a um contexto de intensa repressão instaurada pela Ditadura Militar no Brasil, sobretudo, na região amazônica. Este alternativo exerceu um importante papel ao lado dos mais diversos seguimentos populares da sociedade paraense, resistindo à censura e denunciando as arbitrariedades e as violações dos direitos da pessoa humana. Alberdan Batista, conselheiro da SDDH, diz em entrevista cedida a ONG SDDH, publicado em 5 de janeiro de 2016, que

²³ Artigo “Resistir é o primeiro passo – memória do jornal paraense ‘Resistência’”. Publicado por Rogério Almeida no blog *O Furo*, em 15 de Fevereiro, 2019.

O lema do jornal *Resistência* é, “Resistir é o Primeiro Passo!” Porquê? Por que a gente sabia que era a resistência mesmo, a gente tava num processo de resistência, então o jornal *Resistência* acabou sendo o porta voz de todos esses movimentos, todos os movimentos, e, as pessoas então espalhadas não só no Pará, mas principalmente no Pará, mas, a gente então, tinha contato com outros movimentos de outros estados de outros lugares e as pessoas mandavam matéria, então o jornal *Resistência* passou assim, passou a ser a trincheira de defesa e de denúncia.²⁴

Batista ressalta o lema do jornal que, é o seu próprio subtítulo, no qual evidencia que resistência era o primeiro passo, e que o alternativo passou a ser porta voz não só da SDDH, mas de vários seguimentos da sociedade, dos movimentos sociais, de posseiros, ribeirinhos, de homens e mulheres que tiveram seus direitos violados. Assim, o jornal passou a ser ferramenta tanto de defesa quanto de denúncia de tais violações. Marga Roth, Ex-presidente da SDDH ressalta em entrevista: “Pra onde a gente ia a gente levava o jornal, pra vender, e o pessoal comprava. Pro interior então, era, e o pessoal de fora liam também, era a única notícia que eles tinham aqui na Amazônia era pelo jornal *Resistência*”.²⁵

No entanto, sua primeira edição saiu em fevereiro de 1978, e desde então, apesar de ter passado por perseguições e tentativas de amordaçamento que a Ditadura Militar colocou à imprensa alternativa, inclusive pela apreensão da edição nº 5, pela Polícia Federal, vem mantendo-se firme na defesa dos interesses democráticos e populares. Por três vezes ganhou o prêmio jornalístico “Vladimir Herzog”, dos direitos humanos. Tornou-se quinzenal a partir do dia 1º. de setembro de 1982.

Atualmente, o jornal *Resistência* circula de forma irregular, ou seja, o jornal não consegue publicar suas edições periodicamente, por exemplo, mensal, quinzenal ou semestral, assim sendo, não há

²⁴ Alberdan Batista, conselheiro da SDDH, entrevista cedida a ONG SDDH, publicado em 5 de janeiro de 2016. Grifos meus.

²⁵ Artigo “Resistir é o primeiro passo – memória do jornal paraense ‘Resistência’”. Publicado por Rogério Almeida no blog *O Furo*, em 15 de Fevereiro, 2019.

um período definido em que são lançadas suas edições, porém, continua sendo um veículo porta voz da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e dos movimentos populares. Desse modo, o periódico possui um rol de características próprias e suporte, sendo assim, acreditamos que é necessário conhecê-las para que seja mais bem compreendida a sua intencionalidade diante da sociedade.

Feitas tais considerações a respeito da imprensa e de apresentação do objeto em análise, no capítulo seguinte, com um olhar voltado aos editoriais, abordaremos acerca da visão do jornal *Resistência*, diante processo de abertura ou distensão política rumo à redemocratização brasileira, ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980.

JORNAL RESISTÊNCIA: E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA RUMO A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS (1981-1982)

Para este capítulo, preocupamo-nos, em especial, em compreender a visão do jornal *Resistência*, diante dos acontecimentos no último período da Ditadura Militar, conhecido historicamente como abertura ou distensão política rumo à redemocratização brasileira, ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, com um olhar voltado principalmente aos editoriais do periódico em questão, analisaremos parte das edições entre os anos de 1981 e 1982, observando assim, a intenção deste, enquanto um veículo de informação alternativa, buscando compreender dessa forma, o que este jornal realmente pretendia ao fazer circular suas edições durante este período.

Para iniciar tal abordagem, acreditamos ser necessário fazer um breve panorama sobre o jornal *Resistência* e a Ditadura Militar brasileira. Depois nos dedicamos a falar um pouco da repressão aos movimentos democráticos e o Governo de João Batista Figueiredo (1981-1982), em seguida abordamos sobre o jornal *Resistência* e o processo eleitoral, e por fim, o jornal *Resistência* e a campanha eleitoral no estado do Pará.

UM BREVE PANORAMA: JORNAL RESISTÊNCIA E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), os meios de comunicação de cunho crítico, chamados alternativos desempenharam um papel importante abordando temas de contestação e resistência aos governos ditatoriais, como um de seus objetivos, trabalhar a “conscientização” nacional das camadas populares diante dos problemas oriundos da conjuntura política, econômica e social em que vivera o período.

Conforme apresenta Luca e Martins “em fins de agosto de 1969, vítima de trombose cerebral, Costa e Silva deixou o poder.

Uma junta militar escolheu o novo presidente, Emílio Garrastuzu Médici (1969-1974)”¹, um período em que os militares atuaram com intensas repressões. Período conhecido, e, chamado por alguns pesquisadores, como “anos de chumbo”. Em seguida assumiram a presidência, os generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985), este período, já conhecido como de processo de abertura política, pois pretendiam, de forma “lenta, gradual e segura”, de acordo com Geisel e o chefe da Casa Civil, “recolocar o Brasil nos trilhos da democracia”. Desta feita, suavizou a censura sobre os meios de comunicação, o que não significa que a imprensa estava livre do controle extremamente repressivo e autoritário dos militares. Portanto, o projeto do presidente Geisel era um projeto que não compactuava com os interesses das forças armadas e nem do aparelho repressivo da Ditadura Militar. Ainda na concepção das autoras, neste contexto, “a imprensa atuou como a ligação entre o Estado e a sociedade civil”².

Nesse sentido, cabe observar a opinião do jornal *Resistência* diante do contexto político da época, dando destaque ao texto editorial na análise da fonte impressa. Uma vez que, conforme Salgueiro, “(...) um editorial pode ser compreendido como o lugar em que se encontra a opinião oficial de um periódico diante dos fatos de maior relevância num dado momento histórico”.³ Portanto, para desenvolver nossa análise, selecionamos os editoriais dos anos de 1981 e 1982, período em que o país ainda estava sendo governado pelo general João Batista Figueiredo.

Durante esses anos o jornal *Resistência* desenvolveu um “programa definido”, conforme era ressaltado em seus editoriais, começando em 1981 (edição nº 30), a dezembro de 1982 (edição nº46), ou seja, 16 edições em que se constavam tópicos especiais, cujo objetivo era fazer com que a população entendesse que a Ditadura militar era o causador do mal que desencadeavam problemas

¹ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, 2006, p.112.

² LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, 2006, p.112.

³ SALGUEIRO, Eduardo de Melo. “**O maior projeto em prol de Mato Grosso**”: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967). 2011. 183f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH (Universidade Federal da Grande Dourados), Dourados, 2011. p. 135.

sociais existentes naquele momento. Nota-se, portanto, que o jornal buscou esclarecer os desmandos do regime, realçando um debate político para derrotar o partido da ditadura PDS⁴ antigo ARENA⁵, nas eleições de novembro de 1982, eleições essas que pela primeira vez elegeu com o voto direto do povo, os governadores estaduais. Dessa forma, o processo eleitoral para governadores foi um dos primeiros passos rumo à redemocratização do país. Assim, podemos observar os editoriais nas edições apresentadas no quadro abaixo, temas nos quais, o jornal teve a preocupação em publicar durante o período próximo as eleições:

Quadro 1 - Editoriais do jornal Resistência (1981- 1982)

SEÇÃO EDITORIAL	MÊS/ANO/ EDIÇÃO	EDITOR RESPONSÁVEL	TEMAS
A violência como “solução”	Outubro/81, nº 30	Luiz Maklouf Carvalho	Sai Figueiredo, entra Aureliano e a Ditadura continua a tratar as questões sociais como caso de polícia
Contra o fantasma do golpe, a luta ferenha da oposição	Dezembro/81, nº 32	Luiz Maklouf Carvalho	
Do sabor amargo do Riocentro à luta por uma sólida unidade	Janeiro/82, nº 33	Luiz Maklouf Carvalho	
Avançar na mobilização, para não compactuar com o regime	Fevereiro/82, nº 34	Luiz Maklouf Carvalho	

⁴ Partido Democrático Social (PDS), fundado após o fim do bipartidarismo.

⁵ Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar brasileira.

No país do latifúndio pistoleiro é autoridade	Março/82, nº 35	Marcos Soares	O procurador militar chama o pistoleiro Luiz Antônio de “cidadão assassinado” e o inclui entre as autoridades atacadas
Senador de rapina	Abril/82, nº 36	Marcos Soares	Dizendo-se “perseguido”, Passarinho dá início a nova investida do regime militar contra o movimento popular e democrático
Gang do Planalto empacota eleições de 84	Maio/82, nº 37	Marcos Soares	A nova manobra do regime militar para manter sob controle o Congresso mesmo diante de uma virtual derrota nas eleições de novembro próximo
Derrotar o PDS!	1ª Quinzena de Setembro/82, nº39	Luiz Maklouf Carvalho	Certo de perder as eleições, o regime militar faz manobras espúrias
O Regime e as Eleições	2ª Quinzena de Setembro/82, nº40	Luiz Maklouf Carvalho	Além dos casuísticos, a corrupção, as ameaças de golpe, e o fortalecimento da repressão política
O governo não cumpre suas próprias determinações	1ª Quinzena de Outubro/82, nº41	Luiz Maklouf Carvalho	Mesmo em plena vigência da Lei Falcão o PDS não sai do ar
A democracia do trabuco e da porrada	2ª Quinzena de Outubro/82, nº42	Luiz Maklouf Carvalho	A abertura política trombetada pelo general João e executada pela Polícia Federal é isso mesmo: prender e arrebentar!

Por quem chora o general João	1ª Quinzena de Novembro/82, nº43	Luiz Maklouf Carvalho	As lágrimas do crocodilo do principal cabo eleitoral do PDS não comoveram muita gente. Em Belém, ele falou para apenas 5 mil pessoas (e não 30 mil como afirmam os jornais do PDS). É preciso derrotar seu partido nas eleições do dia 15, votando em Jáder
Violência Policial, Terror da População Pobre	2ª Quinzena de Novembro/82, nº44	Luiz Maklouf Carvalho	Diariamente os casos se sucedem. Casas são invadidas, pessoas espancadas ou mortas, trabalhadores presos sem cometer qualquer crime. Principalmente nos bairros da periferia, a violência policial atinge níveis insuportáveis
A vitória de Jáder e do PMDB	1ª Quinzena de Dezembro/82, nº45	Luiz Maklouf Carvalho	O resultado das eleições foi uma vitória do movimento democrático-popular. Mas, é preciso não esquecer que o regime ditatorial militar continua
Repressão marca os limites da “abertura”	2ª Quinzena de Dezembro/82, nº46	Luiz Maklouf Carvalho	O inquérito movido pela PF em Belém e as prisões em São Paulo atestam que o regime militar não mudou com as eleições

A divulgação da política brasileira resume parte daquilo que os diretores do *Resistência* mais se preocupavam em demonstrar para seu leitor, consistindo em representar um Estado carregado de

arbitrariedades, que fazia de tudo para prosseguir com seu projeto de governo capitalista e autoritário. O mensário versava uma consciência política a população, para dar um basta ao governo ditatorial e assim alcançar a redemocratização brasileira.

JORNAL RESISTÊNCIA: REPRESSÃO DOS MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS E O GOVERNO DE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1981-1982)

A abertura política, iniciada por Geisel (1974-1979), teve continuidade pelo General João Figueiredo (1979-1985). Embora tenha sido um período marcado por importantes acontecimentos, como a criação da lei da anistia, o fim do bipartidarismo, fim da lei falcão⁶, a ascensão dos movimentos populares como os movimentos populares pelas Eleições Diretas, o surgimento, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre outros acontecimentos. O presidente agia com o uso da força militar para impedir a ascensão dos movimentos que se organizavam e manifestavam em prol de direitos, pois, apesar da transição elevar o regime militar a um controle mais aberto, o general João Batista Figueiredo mantinha a supremacia da classe dominante. A partir dos editoriais é notável que as arbitrariedades, mesmo num momento de abertura política, foram intensas. Ilegalidades, ameaças, intimidações, atentados, medidas de emergência no intuito de desmobilizar os movimentos populares foram exemplos disso durante o governo do presidente Figueiredo.

Dito isto, destacamos a participação do jornal *Resistência* no decorrer do processo de abertura política continuado pelo general. Com efeito, ao considerar a possível conscientização e mobilização da população para a derrubada do regime militar, bem como as consequências que essa pudesse gerar, o jornal se propôs a manter seus editoriais, um espaço, como meio de expor as arbitrariedades do regime prezando

⁶ A Lei Falcão de 1976 limitou a propaganda política no rádio e na televisão, restringindo a comunicação do partido de oposição à ditadura (MDB) com o povo. Esta restrição na comunicação evitaria que o MDB criticasse o governo e aumentasse a sua popularidade, influenciando o resultado das eleições. Informações retiradas do em <https://historiacao.com.br/lei-falcao-e-pacote-de-abril/> no dia 06 de fevereiro de 2020 as 17:36.

pela consciência política da população. Como podemos ver abaixo, no editorial do mês de outubro de 1981, página 02, edição número 30, com o título em destaque “A violência como “solução””, em que vem expressar a maneira como o regime militar, em sua última fase, tratava as questões sociais como caso de polícia, ou seja, através da violência:

Figura 1 - Editorial do *Jornal Resistência*, edição nº 30

Editorial

A violência como “solução”

Sai Figueiredo, entra Aureliano, e a ditadura continua a tratar as questões sociais como casos de polícia

S

edidores, leitores, leitores... (text truncated for brevity)

A

... (text truncated for brevity)

C

... (text truncated for brevity)



... (text truncated for brevity)

P

... (text truncated for brevity)

Ilegalidades gritantes, ameaças, intimidações — os tempos negros do general Emílio Médice têm sido lembrados com desencanto nestas últimas semanas. Jogando por terra o chamado processo de “abertura política” encaminhado pelo regime militar.

O infarto do miocárdio que acometeu o general Figueiredo no último dia 18, e a posse, cinco dias depois, do vice-presidente Aureliano Chaves, saudada como prova de “normalização democrática” pela “oposição” conciliadora, nem de longe pôde encobrir os desmandos ditatoriais em relação ao movimento democrático-popular.

De fato, para o povo que protesta de várias formas contra a situação de opressão e de miséria em que vive, tem sobrado a violência mais ostensiva. Basta citar dois exemplos recentes: em São Paulo, no dia 11 de setembro, uma força policial de cinco mil homens foi mobilizada, numa operação típica de guerra, para expulsar menos de 200 posseiros urbanos, que ocuparam a fazenda do LAPAS; em Porto Alegre, o terrorismo do “Major Curió” e do aparato militar que lhe deu apoio acabou por desmobilizar a heróica resistência dos posseiros de Ronda Alta. Nas últimas manifestações populares, o aparato repressivo do regime militar tem sido usado sistematicamente, com o objetivo de reprimir e calar o protesto do povo. Sem ter soluções efetivas para a grave crise em que atolou o país, o regime se dedica a tratar as questões sociais como simples casos de polícia — num momento histórico em que a simples utilização da repressão já não é suficiente para sufocar o descontentamento da grande maioria do povo brasileiro(...).⁷

Ao expressar os constantes atos repressivos contra os movimentos populares Brasil a fora, o jornal *Resistência* criticava as ações governamentais no período de abertura política, pois, de acordo com o jornal, o governo tratou as causas sociais como causa de polícia e respondia as reivindicações que surgiam com violência. Mas, como sempre, o regime militar era alimentado da ideia de subversão das classes, agia constantemente com o objetivo de reprimir e calar o protesto do povo organizado, impedindo o sucesso de qualquer reivindicação. Dito isto, ao analisar seus artigos, é possível perceber a preocupação do jornal *Resistência* a respeito do entendimento da sociedade em relação ao que estava acontecendo, elencando que:

⁷ Jornal *Resistência*, ano 4, nº 30, outubro de 1981, p. 02 Belém (PA).

(...) É necessário avançar a compreensão e a organização política das massas populares. É necessário fazer um grande esforço para elevar o nível das reivindicações econômicas específicas a compreensão mais avançada de que a raiz de todos os males sociais está na ditadura militar, no imperialismo, nos monopólios e no latifúndio, bases principais de sua sustentação. É preciso explicar as massas, com toda a clareza, que as lutas específicas e econômicas — pelo direito de morar, por melhores salários, melhores transportes, etc — são lutas muito importantes mais insuficientes se não passam a questionar o inimigo principal.⁸

Como vimos, o jornal vem provocar junto à população uma reflexão crítica em relação ao modo de governo autoritário pelo qual passara o país, nas mãos dos militares. Em que a luta por direitos como moradia, saúde, terra, escolas, alimentação, etc., seriam em vão numa Ditadura como a que estavam. Pois, para o *Resistência*, o processo de transição política da qual os militares empreendiam, era só uma estratégia para continuarem no poder.

Ao relacionar as classificações dos editoriais, apresentamos com base em Luiz Beltrão, que existem critérios e técnicas pelas quais as instituições jornalísticas as utilizam para assim alcançarem seus objetivos, nas quais são elas: a *morfologia*, *topicalidade*, *conteúdo*, *natureza* e *estilo*. Podemos notar que algumas técnicas são utilizadas pelo jornal *Resistência*, assim, destacaremos uma das técnicas na qual eram utilizadas pelo periódico em análise, que é o *Artigo de fundo*, uma das características da morfologia, que como diz o autor:

Artigo de fundo - protótipo do editorial, geralmente abrindo a página opinativa (quando não surgindo na 1ª página), em composição tipográfica especial, e no qual se transmite a manifestação clara da linha ideológica do jornal como instituição sobre tema ou ocorrência considerada como a mais presente e atuante na consciência coletiva no momento.⁹

⁸ Jornal *Resistência*, ano 4, nº 30, outubro de 1981, p. 02 Belém (PA).

⁹ BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 55. *Apud* SALGUEIRO, 2011. p. 137.

se sentido, podemos observar na edição de número 32, dezembro de 1981, página 02, que o jornal usava como um critério dos mais educativos para a população, o processo eleitoral.

Antes de analisarmos a edição mencionada, acreditamos ser importante explicarmos a natureza desse tipo de editorial, baseando-se no autor Luiz Beltrão que ressalta três aspectos da qual define a natureza de um editorial. Nos quais são: os de aspecto *promocional*, o *circunstancial* e o de aspecto *polêmico*. No entanto, ao analisar o texto editorial do jornal *Resistência*, pode-se notar que o jornal se identifica com o aspecto promocional. Em consonância com Beltrão um editorial de aspecto promocional “acompanha regularmente os eventos e ideias marcantes da atualidade, tomando posição definida para analisá-los e explicá-los dentro da política editorial traçada, tendo em vista convencer a comunidade e levá-la à ação”¹⁰.

Como podemos ver na figura 2, o *Resistência* enfatizava na edição nº 32, no corpo editorial um artigo, em colunas muito bem elaboradas que, tinha como finalidade chamar a atenção do leitor para o assunto em questão, e a cada coluna possuía um subtema destacando o que o está se tratando naquelas páginas:

Dessa forma, neste editorial o jornal enfatizava o pacote eleitoral concedido pelo general João Figueiredo, que de acordo com o *Resistência*, teria uma grande utilidade política para o governo ditatorial, uma vez que o pacote guiava seus aliados à presidência da república, assim metaforicamente o editor do *Resistência* dizia o seguinte:

(...) o pacote eleitoral foi uma espécie de “museu de horrores”: apavorou a gregos, assustou troianos, e chocou a nação. A ele, outras assombrações vieram juntar-se, e não tão poucas. De 25 de novembro a 3 de dezembro, por exemplo, nada menos de cinco mil militares, da Aeronáutica e da Marinha, “em manobra militar de adestramento do IV Exército” realizaram uma gigantesca operação “anti-guerrilha”, centralizada no Rio Grande do Norte, mas com abrangência aos Estados de Pernambuco e Ceará. Os “inimigos”, como sempre, foram os “vermelhos”.

¹⁰ BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*, p. 57. Apud SALGUEIRO, 2011, p. 138.

No sul do Pará, para citar outro exemplo, o Conselho de Segurança Nacional promoveu uma enorme farsa na entrega de 250 míseros títulos de terra e alguns lavradores. Para “impressionar” e amedrontar, de fato, a população local, o regime utilizou aviões e pára-quedistas, tudo apresentado pela lábia fácil e vendida do “Major Curió” (leia matéria na página 12). Ainda em novembro, os ministros militares não pouparam ameaças de retrocesso político nas ordens do dia sobre o levante comunista de 1935, que chamam de “Intentona Comunista”, numa completa distorção dos fatos históricos. Em Belém, também, o fantasma do golpe fascista se fez presente. Nada menos de 32 personalidades democráticas e militantes políticos receberam ameaças graves da autodenominada “Falange Pátria Nova”, responsável por uma série de atentados terroristas, inclusive o que matou a secretária da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, dona Lida Monteiro, um atentado, como tantos outros, (Rio Centro, Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, etc.), ainda coberto com o manto da impunidade(...).¹¹

Esses exemplos pautados pelo jornal, de ações que tinham por objetivo amedrontar a população, ataques, atentados terroristas, espriados por diversas partes do país, inclusive no sul do Pará, que o periódico chamava de manobras do regime militar, pois fazia parte do plano dos militares para que, mesmo o PDS sendo derrotado nas eleições para presidente em 1984, os militares continuassem mantendo controle e o ar de superioridade nacional, e, como já relatado, buscava manter seus aliados no governo.

JORNAL RESISTÊNCIA E O PROCESSO ELEITORAL

Como podemos observar no jornal *Resistência* não se aceitava de forma alguma aquilo que julgava como arbitrariedades do regime militar diante das eleições, tanto de 1982 quanto para as eleições para presidente, que estaria prevista para 1984. Demonstrando sua indignação na edição nº 37 do mês de maio de 1982, com o

¹¹ Jornal Resistência, ano 4, nº 32, dezembro de 1981, p. 02 Belém (PA).

título “Gang do Planalto empacota eleições de 84”, quando o jornal busca elencar manobras dos militares para manter o Congresso sob seu controle. Vejamos, a seguir:

Figura 3 - Editorial do jornal *Resistência*, edição nº37

EDITORIAL

Gang do Planalto empacota eleições de 84

A nova manobra do regime militar para manter sob controle o Congresso mesmo diante de uma virtual derrota nas eleições de novembro próximo

Mais uma arbitrariedade do regime militar: depois de tantos “pacotes”, veio outro, enviado ao Congresso por Figueiredo no dia 10 de maio, somando-se a medidas anteriores (voto vinculado, proibição de coligações entre os partidos) e procurando assegurar a eleição indireta para presidente em 1984, mesmo que o partido da ditadura, o PDS, venha a ser derrotado nas eleições de novembro próximo. O novo pacote determina o aumento do número de deputados federais (para até 460, nas eleições de 1986), restabelece parte das prerrogativas dos parlamentares, institui o mandato de cinco anos para os prefeitos e vereadores a serem eleitos neste ano, adia para 1986 a exigência de percentuais mínimos de votação para o funcionamento dos partidos e restabelece o quórum de 2/3 para aprovação de emendas à Constituição (antes exigia-se, com o pacote de abril de Getúlio, apenas a maioria absoluta), além de restituir ao Congresso o “poder” de autoconvocação, também mediante aprovação de 2/3 dos deputados e senadores. Estabelece, ainda, o voto distrital misto nas eleições de 1986.

As novas medidas do regime concedem algumas mudanças à oposição, tentando com isso atrair os conciliadores e esconder seus reais objetivos de manter sob controle as rédeas da sucessão presidencial. O restabelecimento de parte das prerrogativas, por exemplo, não atira da forma substancial os dispositivos ora vigentes. Mantém inalterado o “decurso do prazo”, instrumento que permite a aprovação de projetos de lei oriundos do Executivo (isto é, do governo federal) sem a necessária votação, quando expira o prazo de 40 dias sem que tais projetos tenham sido apreciados. Este dispositivo tem permitido ao PDS manobras cínicas por várias vezes e sempre impede que os projetos sejam apreciados, aprovando-os en-



teador do PMDB sofreram brutal agressão). O pacote do governo não faz mais do que afirmar que “coligações e sanções são inócuas no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a honra”. Ora, crime contra a honra é algo vago demais. E no parágrafo 5º do art. 32 II-a o seguinte: “Nos crimes contra a Segurança Nacional, poderá o Procurador-Geral da República, recusada a denúncia e considerada a gravidade do delito, requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal”.

O adiantamento da exigência de percentuais mínimos de votação a lei atual estabelece que o partido que não estiver 5% da votação nacional e 2% dos votos em nove Estados não recebe registro, implicando isso que os candidatos eventualmente eleitos por tal partido não assumam o mandato e procurem obter o apoio dos chamados pequenos partidos, PT, PDT e PTB. As mudanças na duração dos mandatos dos prefeitos e vereadores, já a partir das eleições de 1982, são as mais curiosas. Antes, o regime adia por dois anos os pleitos municipais (prorrogando mandatos), argumentando que era necessário no país conciliar com as eleições gerais. Agora faz o inverso, sob a alegação de “compatibilizar, diante da conclusão dos mandatos municipais com o término do exercício financeiro”. Uma piada, sem dúvida, mas certamente também uma forma de confundir o eleitorado e manter sob controle por mais tempo os municípios, já que o regime espera que eles “puxem” a votação em favor do PDS.

O objetivo principal da emenda constitucional é mesmo estipular em 2/3 o quórum necessário para aprovação de novas emendas. A explicação é bem simples: o regime militar se tem de

acordo com suas conveniências e necessidades de momento. Como sabe que o PDS estará em minoria após novembro de 82, a Gang do Planalto nega à maioria oposicionista que provavelmente virá a formar-se no Congresso (especialmente na Câmara dos Deputados) o poder de modificar a legislação vigente, particularmente no que diz respeito às eleições presidenciais. O democrático regime ora chefiado por Figueiredo não tolera eleições diretas e, pelo menos por enquanto. Assim, a maioria oposicionista no Congresso não tem suficiente força para modificar grandemente a legislação imposta ao país pela ditadura militar.

Antes, quando a maioria arremista não chegava a 2/3, Getúlio teve de reduzir o quórum para que os projetos do regime viessem a ser aprovados. Hoje a conversa é outra.

Em síntese, o pacote do regime, longe de fortalecer o Congresso, limita de fato a autonomia necessária para legislar e votar, nada faz senão garantir o predomínio do PDS (leia-se, dos representantes do regime no parlamento), limitar a participação cidadã no caráter de “abertura” mudando-se, uma vez mais, o velho sistema, mantendo-se sua essência autoritária.

Diante do projeto, é necessário o movimento popular e democrático, e, notadamente os parlamentares a ele ligados, repudiem firmemente a manobra disfarçada de engodo às mais amplas camadas da população, e desmarquem por qual os conciliadores que pretendem englobar-se na manobra do regime e, mesmo, mais que nunca, que as oposições consequentemente demonstrem as camadas populares e a iniquidade do projeto, e, com isso, expulsem do regime o atual Parlamento burguês, unicamente ao regime e à sua classe.

Mais uma arbitrariedade do regime militar: depois de tantos “pacotes”, veio outro, enviado ao Congresso por Figueiredo no dia 10 de maio, somando-se a medidas anteriores (voto vinculado, proibição de coligações entre os partidos) e procurando assegurar a eleição indireta para presidente em 1984, mesmo que o partido da ditadura, o PDS, venha a ser derrotado nas eleições de novembro próximo. O novo pacote determina o aumento do número de deputados federais (para até 460, nas eleições de 1986), restabelece parte das prerrogativas dos parlamentares, institui o mandato de cinco anos para os prefeitos e vereadores a serem eleitos neste ano, adia para 1986 a exigência de percentuais mínimos de votação para o funcionamento

dos partidos e restabelece o quórum de 2/3 para aprovação de emendas à Constituição (antes exigia-se, com o pacote de abril de Geisel, apenas a maioria absoluta), além de restituir ao Congresso o “poder” de autoconvocação, também mediante aprovação de 2/3 dos deputados e senadores. Estabelece, ainda, o voto distrital misto nas eleições de 1986 (...).¹²

Conforme informa a autora Maria D’Alva G. Kinzo, o “desfecho deste episódio colocou mais uma vez em evidência que os militares estavam determinados a manter, a qualquer custo, o controle sobre o processo sucessório presidencial”.¹³ Dessa forma, a partir deste editorial do *Resistência*, é possível perceber que, “apesar do apoio da mobilização popular, a oposição era numericamente muito fraca no Congresso para ser capaz de desafiar o regime se fosse para continuar jogando dentro das regras estabelecidas”¹⁴. Portanto, para os opositores ao regime só restavam duas opções: trazer admiradores divergentes dentro do governo; ou romper as manobras dos militares através da mobilização popular. Nesse sentido, para o jornal:

(...) O pacote do regime, longe de fortalecer o Congresso, longe de restituir-lhe de fato a autonomia necessária para legislar e votar, nada faz senão garantir o predomínio do PDS (leia-se, dos representantes do regime no parlamento), limitar a participação parlamentar e legalizar o arbítrio. Está exposto, uma vez mais, o verdadeiro caráter de “abertura”: muda-se o aspecto formal do regime mantendo-se sua essência autoritária.

Diante do projeto, é necessário que o movimento popular e democrático, e notadamente os parlamentares a ele ligados, repudiem firmemente a manobra, denunciem o engodo às mais amplas camadas da população, e desmascarem por igual os conciliadores que pretendam engajar-se na manobra do regime. É preciso, mais

¹² Jornal *Resistência*, ano 5, nº 37, maio de 1982, p. 02 Belém (PA).

¹³ KINZO, Maria D’Alva G. a Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15 n. 4, p. 3-12, out. – dez, 2001, p. 6.

¹⁴ KINZO, Maria D’Alva G. a Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15 n. 4, p. 3-12, out. – dez, 2001, p. 6.

que nunca, que as oposições consequentes demonstrem às camadas populares a iniquidade do projeto; e, com isso, expliquem a quem serve o Parlamento burguês: unicamente o regime e a seus aliados.¹⁵

Na edição referente à primeira quinzena de setembro de 1982, podemos notar algumas manobras como: a manutenção da Lei Falcão, a criação da cédula eleitoral, e o uso dos recursos públicos para ajudar nas campanhas em favor do PDS, promovidas pelos militares num período já bem próximo as eleições. No entanto, na visão do jornal, tudo isso indicava “que o regime se preparava para perder as eleições sob estrito controle. Do ponto de vista da oposição democrática e popular é necessário alargar ao máximo o espaço político, agitar a campanha eleitoral, e lutar com bravura para derrotar o PDS”.¹⁶ Nesse sentido, *Resistência* busca enfatizar que:

A 75 dias de 15 de novembro, o governo ainda guarda algumas armas para disparar, entre elas, deixar a Lei Falcão praticamente intacta. Seu último tiro - a vergonhosa cédula eleitoral - também atinge um alvo muito visado: o de impedir, a todo custo e sem qualquer escrúpulo, que a oposição saia vitoriosa, e para isso não pode haver métodos honestos, próprios de uma luta política em que os contendores pelo menos se respeitem. Para o regime, tais métodos são inúteis. Como um jogador certo da derrota, ele usa o arbítrio do poder militar, e impõe, pela força da chantagem e das ameaças, tudo o que for necessário para a sua perpetuação no poder.

O episódio da cédula eleitoral é típico. O governo e seu partido, o PDS, impuseram a forma que mais dificultará o eleitor de nível cultural médio ou baixo, a grande maioria, numa tentativa covarde de fazer crescer o número de votos nulos e brancos, com claros prejuízos para a oposição. E tudo isso, diga-se, quando não restou nenhuma dúvida de que a atribuição legal de escolha da cédula era do TSE, cuja proposta, se não era a melhor possível, pelo menos facilitava a votação. A cédula aprovada pelo PDS, a completa

¹⁵ Jornal *Resistência*, ano 5, nº 37, maio de 1982, p. 02, Belém (PA).

¹⁶ Jornal *Resistência*, ano 5, nº 39, 1ª quinzena de setembro 1982, p. 02, Belém (PA).

vinculação do voto (ou seja, você é obrigado a votar em candidatos de um único partido) e demais casuísmos, só vêm comprovar que a ditadura aposta até na anulação do pleito, Rubem Ludwig para o Gabinete Militar. Além de criar todas essas dificuldades para a oposição, a ditadura trabalha em outras frentes. Desavergonhadamente, abre os cofres públicos para a campanha do PDS, numa avalanche de corrupção. O general-presidente vira garoto-propaganda e tenta, com a demagogia que lhe é própria, repetir suas falsas promessas de democracia. Nada disso, entretanto, pode esconder a realidade, colocada nua e crumentemente na cabeça da grande maioria do povo brasileiro.¹⁷

Desta feita, havia clara intenção do jornal *Resistência* em derrotar o PDS, o que fica explícito no título do editorial da edição nº 39, referente à primeira quinzena de setembro de 1982, tal como podemos ver na figura abaixo:

Figura 4 - Editorial do jornal *Resistência*, edição nº 39



¹⁷ Jornal Resistência, ano 5, nº 39, 1ª quinzena de setembro de 1982, p. 02 Belém (PA).

Sem descansar a empreitada em denunciar as manobras do regime militar durante a campanha eleitoral, o periódico continuou enfatizando, já na próxima edição, de nº 40, referente à segunda quinzena do mês de setembro de 1982, atos de corrupção, ameaças de golpe, e o fortalecimento da repressão política. Pois, de acordo com o *Resistência*:

(...) A completa vinculação de votos, a vergonhosa cédula eleitoral, e, mais recentemente, a manutenção integral da Lei Falcão, como que fecham o cerco em que a ditadura pretende limitar o já restrito espaço de liberdade política que sobra para a campanha eleitoral.

Com a cédula aprovada pelo PDS e sancionada pelo general-presidente, fica evidente a covardia política do governo: ao invés de enfrentar o eleitor consciente, ele pretende, mais do que tudo, o voto nulo ou branco do eleitor de baixo nível cultural, que vai ter grandes problemas para preenchê-la. Com mais este acinte, a ditadura quer que grande parte da campanha seja dedicada a didáticas lições de como votar – tarefa à qual tem se jogado boa parte da imprensa e praticamente todos os candidatos, inclusive os do próprio PDS. Com a obrigação de votar em candidatos de um único partido (vinculação), verdadeira camisa de força, mais votos nulos são esperados pelo regime. Da mesma forma, a Lei Falcão é a pá de cal: sua manutenção traz graves limites ao conteúdo da campanha, e beneficia claramente o partido da ditadura. Ao governo, com efeito, não interessa que a oposição ocupe livremente o espaço da imprensa para denunciar a situação de crise a que o país chegou. Em relação a si, pelo contrário, o governo vem utilizando o dinheiro público de maneira toda dirigida a campanha eleitoral. Não mais do que para isso tem servido a máquina do Estado: basta citar as caríssimas viagens da comitiva presidencial a vários estados e municípios do país, numa ostensiva e desesperada campanha pela difícil vitória do PDS.

Em tudo por tudo, o regime militar pretende impedir ou dificultar que o debate eleitoral conscientize os eleitores. É disso que ele tem pavor. E sabe, então, que uma campanha com razoável clima de liberdades políticas lhe seria desastrosa.

(...) Importa que a oposição não se permita fazer a campanha nos marcos em que se pretende o regime. A lei Falcão, temos que impor a força da rua e da agitação das massas; às arbitrariedades do regime, uma sistemática denúncia; às mentiras do PDS, o máximo esforço para desmascarar a ditadura. Por si só, a campanha eleitoral movimentaria grandes contingentes do povo brasileiro. É preciso aproveitar a oportunidade seja para derrotar o PDS a 15 de novembro, seja para, com mais essa vitória, alargar os horizontes históricos das classes oprimidas.¹⁸

Como foi colocado, as consequências causadas pelo regime com a manutenção da Lei Falcão, limitando as campanhas dos partidos, de maneira a dificultar a propagação das propostas da oposição ao regime, com o objetivo de beneficiar o PDS, preocupava a oposição. Outra preocupação foi a cédula de voto aprovada por Figueiredo, que de acordo com o *Resistência*, seria uma covardia por parte do governo, pois as pessoas que não possuíam uma leitura para preencher as cédulas, não conseguiriam votar em plena consciência, votando errado, causando um enorme índice de votos nulos e brancos, que beneficiaria, mais uma vez, o PDS. Outro fator que inquietava a oposição democrática era a forte corrupção, como desvio de verbas públicas utilizadas para manter as viagens de Figueiredo e de seus aliados durante as campanhas pré-eleições, pois o General presidente, sendo um dos principais cabos eleitorais a favor do PDS, rodou por todo o país fazendo comícios em prol dos governadores aliados ao governo. Veremos exemplos de suas campanhas em uma vinda ao Pará durante as campanhas para eleições de 1982.

JORNAL RESISTÊNCIA E A COMPANHIA ELEITORAL NO PARÁ

O editorial da edição nº 43 do jornal *Resistência*, publicado na primeira quinzena de novembro de 1982, merece uma atenção especial, pois considerando que este editorial trata em especial de

¹⁸ Jornal *Resistência*, ano 5, nº 40, 2ª quinzena de setembro de 1982, p. 02 Belém (PA)

uma região do Pará, podemos pensar a partir deste exemplo o que teria acontecido num contexto mais amplo, ou seja, nacional. Podemos observar como que os militares usaram de mecanismos de segurança, conjunturas sociais, corrupção etc., no estado do Pará, em favor da propagação das campanhas para o PDS. Em contrapartida, o periódico buscava o apoio popular contra o regime e na oportunidade indicava o candidato para governador Jáder Barbalho e vice Itair Silva do PMDB, partido de oposição ao regime, a quem o povo deveria se unir e eleger para derrotar o partido da ditadura. Vejamos o editorial:

Viajando de um lado para outro às custas dos cofres públicos, com sua nova patente de cabo eleitoral, o general João terminou por incluir em seus roteiros mais recentes o curral eleitoral de Serra Pelada, feudo do tenente-coronel (apelidado Major) Curió, e a capital paraense. Em Serra Pelada a democracia de Curió, exercida à base de critérios militares do tipo “ordem unida”, conseguiu reunir os 20 ou 30 mil garimpeiros que ali trabalham ao redor de um choramingas general João. Não foi preciso fazer como em Curiolândia, vila localizada perto de Marabá, onde há pouco tempo homens da Polícia Federal desalojaram os moradores de suas casas, um por um, para que assistissem a um comício de Curió. Mas em Belém, onde é impossível submeter todo mundo aos rigores da ordem unida, o general João e seus companheiros do PDS não obtiveram o êxito pretendido no comício do dia 27, quarta feira. Embora os jornais comprometidos com o PDS (A Província e O Liberal) falem de 30 mil pessoas, a observação - isenta de facciosismo - da Agência Estado registra que o PDS “não conseguiu juntar mais de 5 mil pessoas, parte das quais abandonou o local antes do encerramento dos discursos”.

Para a vinda do general João foi montado todo um aparato de segurança que espalhava soldados da PM ao longo do trajeto a ser percorrido desde o aeroporto. No local do comício estavam também os famigerados agentes da PF e da Dops. As mãos estendidas do general João; símbolo dessa “democracia” mantida a peso de violência contra o movi-

mento democrático e popular, são justamente as forças de repressão - e estas não tiveram muito o que fazer no dia 27. 18 anos após sua instalação, o regime militar enfrenta, um momento particularmente ingrato. Não pode deixar de realizar as eleições: isso viria a trazer-lhe enormes dificuldades no plano internacional e desmoralizaria de uma vez por todas o arremedo de democracia que se vive hoje no país. Por outro lado, dificilmente escapará de uma retumbante derrota nas urnas - a inflação atual de 95%, a dívida externa na casa dos 70 bilhões de dólares, o aumento escorchante dos aluguéis, a fome que atinge enormes parcelas da população pressionam no sentido de um abalo no tradicional domínio do PDS. Que faz, então, o regime militar para diminuir a amplitude e os efeitos da derrota que se avizinha? O regime apela.

Apela em primeiro lugar para a violência que o caracteriza desde 1964. Ora praticando-a diretamente, através do aparato repressivo, ora indiretamente, por meio de grupos terroristas paramilitares - como os responsáveis pela falsificação do jornal O São Paulo -, ora simplesmente acobertando-a e sendo conivente com ela e com os que a praticam, como ocorre na escalada nacional de crimes praticados contra o PMDB, cujo ápice foi a morte de Heitor Furtado, filho de Alencar Furtado. A violência também assume outras formas: pressão sobre as pessoas para que votem no partido do governo, censura às informações e ao debate (como a Lei Falcão, a compra de jornais, o facciosismo de noticiários como os da Tv Globo e TVS), utilização de estudantes do primeiro e segundo graus nas recepções a personalidades do regime, só para citar as mais comuns.

Os escândalos sucedem-se e avolumam-se, mas figuras como o general João, o coronel Passarinho, o ministro Abi-Ackel e outros continuam posando de vestais: fingem ignorar a corrupção, fingem nada ter a ver com ela. Sim, porque a corrupção é uma segunda e imbatível arma do regime, tão inerente a ele como as armas pelas quais se mantém. Pois bem: nesta edição Resistência revela as entranhas de dois órgãos públicos federais da maior importância, impregnados de corrupção e empreguismo como convém

a Jarbas e Oziel e aos partidários do regime militar no estado. A Sudam, que movimentava enormes verbas, e a Escola Técnica Federal, que congrega alguns milhares de alunos e dispõe de todo um aparato formado por cursos, equipamentos, programas e qualificação etc. foram transformadas, de tempos para cá, em meros escritórios eleitorais do PDS. Haver corrupção em uma e outra não chega a ser novidade: a novidade é haver quem publique, e publique com base em dados e fatos, dando nome aos bois.

A quinzena em que circula esta edição é decisiva na luta pela derrota eleitoral do regime em várias capitais e estados brasileiros. Esta é a tarefa principal do movimento democrático e popular neste momento: cada democrata deve engajar-se nela com todo empenho. A vitória da oposição nas urnas não derrubará o regime militar, mas é fora de dúvida que ampliará o espaço de organização de operários camponeses e trabalhadores em geral, e também as bases de apoio da ditadura no Pará, como na maioria dos Estados brasileiros, é o PMDB quem reúne condições para derrotar o PDS. Por isso é preciso votar em Jader Barbalho para e Itair Silva. Abaixo o PDS!¹⁹

Nota-se, portanto, que na primeira quinzena de dezembro de 1982, nº 45, foi lançado mais uma vez no editorial do periódico o resultado das eleições no estado do Pará, em que expressa a vitória de Jader Barbalho do PMDB contra o candidato do PDS Jarbas Passarinho. Na figura 5, observa-se que ao elencar a vitória de Jader Barbalho do PMDB, o jornal enfatizava que o resultado das eleições foi uma vitória do movimento democrático-popular. Porém, é preciso lembrar que o regime ditatorial militar continuava. Ou seja, que a luta pela redemocratização não havia chegado ao fim.

Importante elencar, ainda, que o PMDB venceu as eleições na maioria dos estados mais importantes do país, tais como:

São Paulo, Minas Gerais, Paraná. Ganhou também em Goiás, Espírito Santo, Amazonas, Acre e, quase com certeza, Mato Grosso, do Sul. O PDT ganhou no Rio de Ja-

¹⁹ Jornal Resistência, ano 5, nº 43, 1ª quinzena novembro de 1982, p. 02 Belém (PA).

neiro, com Leonel Brizola. Grande número de municípios foi conquistado pela oposição e, a depender dos resultados definitivos, o governo federal faria uma maioria apertada no colégio eleitoral que, a permanecerem as atuais regras do jogo, deverá escolher o próximo presidente da República.²⁰

Figura 5 - Editorial do jornal *Resistência*, edição nº45



O editorial do jornal vem dizer ainda em relação à vitória de Jáder do PMDB, e, principalmente da oposição, que nada mais era do que uma resposta do resultado dos 18 anos de arbitrariedades vivida pelo povo “da situação a que a ditadura militar levou o país; o arrocho salarial, o custo de vida, a miséria crescente das amplas massas, a dívida externa, o aparato policial repressivo, a corrupção, tudo isso enfim, que o povo brasileiro condenou”.²¹

Como vimos, o jornal *Resistência* se posicionou de maneira vigilante nos últimos anos da Ditadura Militar, sempre mostrando as atitudes dúbias do Regime. Assim, como podemos notar, o jornal viu com entusiasmo a derrota do candidato do governo no estado do Pará e em outros estados do país.

²⁰ Jornal *Resistência*, ano 5, nº 45, 1ª quinzena de dezembro de 1982, p. 02 Belém (PA).

²¹ Jornal *Resistência*, ano 5, nº 45, 1ª quinzena de dezembro de 1982, p. 02 Belém (PA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos apresentados neste trabalho, com certeza, não pude abranger toda a natureza que envolve a história do *Resistência*, no entanto, tentei apresentar de maneira sistemática o impresso para além de suas páginas e textos, para que dessa forma, pudéssemos compreender a visão e as pretensões do mesmo a partir dos seus artigos editoriais analisados neste estudo.

Inicialmente, a partir do estudo de vários autores, buscamos apresentar um breve debate historiográfico sobre imprensa alternativa brasileira, buscando compreender a definição de tal conceito nas perspectivas de estudiosos desta modalidade de fonte, dando ênfase na sua atuação em especial na região amazônica, para desse modo entendermos o contexto que o *Resistência* estava inserido.

Buscamos apresentar o objeto em questão a partir de alguns elementos dos quais definiam o objetivo do periódico diante do contexto histórico da época apresentando ainda o ano de sua criação, diretor e editor responsável que explica a qualidade e a preocupação com a temática referente ao contexto político e social durante o processo de transição política rumo à redemocratização brasileira.

Foi possível apresentar no segundo capítulo a partir de uma análise dos editoriais, referentes aos anos 1981 e 1982, o modo como o periódico retratava a temática da transição política rumo à redemocratização do país. Foi possível notar que a preocupação do mensário era com as manobras que os militares faziam para continuarem no poder. Desse modo o jornal buscou denunciar para a população as manobras do governo para continuarem com seus representantes, tais como a manutenção da Lei Falcão, a Cédula eleitoral, a corrupção com o uso indevido das verbas públicas nas campanhas eleitorais em favor do PDS. Para o *Resistência* todos os problemas sociais, econômicos e políticos eram os males resultado do modo de governo ditatorial que vivera o período. Dessa forma, o mensário buscou fazer a partir de seus

artigos editoriais uma conscientização política da sociedade, elencando-nos em suas edições que só a partir do voto do povo poderia colocar abaixo o governo ditatorial no Brasil.

Assim, ao analisar o objetivo e, sobretudo, as reivindicações feitas pelo jornal *Resistência*, é notório que seus principais ideais são para que homens e mulheres se reconheçam enquanto sujeitos de direitos em meio a um período governado por um Estado extremamente autoritário. Assim, a imprensa alternativa voltava-se a expressar de maneira crítica denunciando a violação dos direitos das minorias atingidas através da concretização de tais projetos governamentais desenvolvimentistas. O *Resistência* lutava pela redemocratização do país.

Contudo, ao fazer tal estudo, podemos apontar o periódico como objeto e ao mesmo tempo fonte histórica da qual abre muitas possibilidades para compreensão da postura de um periódico alternativo na região amazônica.

REFERÊNCIAS

FONTES:

- Resistência*, ano I, nº 1, março de 1978, Belém (PA).
Resistência, ano I, nº 1, março de 1978, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano I, nº 1, março de 1978, p. 03 Belém (PA)..
Resistência, ano 4, nº 30, outubro de 1981, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano 4, nº 32, dezembro de 1981, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano 5, nº 37, maio de 1982, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano 5, nº 39, 1ª quinzena setembro de 1982, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano 5, nº 40, 2ª quinzena de setembro de 1982, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano 5, nº 43, 1ª quinzena novembro de 1982, p. 02 Belém (PA).
Resistência, ano 5, nº 45, 1ª quinzena de dezembro de 1982, p. 02 Belém (PA).

Entrevista cedida ao documentário SDDH, JPRODUÇÕES- Belém do Pa. Publicado em 08 agosto de 2012

Artigo “Resistir é o primeiro passo – memória do jornal paraense ‘Resistência’”. Publicado por Rogério Almeida no blog *O Furo*, em 15 de Fevereiro, 2019.

Alberdan Batista, conselheiro da SDDH, entrevista cedida a ONG SDDH, publicado em 5 de janeiro de 2016. Grifos meus.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa>

<http://institutopaulofonteles.org.br/> no dia 24 de outubro de 2019 às 15:58

<https://todavialivros.com.br/autores/luiz-makloun-carvalho> e <https://casadosaber.com.br/sp/professores/luiz-makloun-carvalho.html> no dia 24 de outubro de 2019 às 16:16

<https://historiacao.com.br/lei-falcao-e-pacote-de-abril/> no dia 06 de fevereiro de 2020 as 17:36.

BIBLIOGRAFIA:

AGUIAR, Flávio. Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

AMORIM, C. R.T.C. *et al.* **O contexto da Imprensa Alternativa na Amazônia no período da ditadura militar (1964-1985)**. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas -TO –, 2012, UFPA, 2012.

BELTRÃO, Luiz, *Jornalismo opinativo*. Apud SALGUEIRO, 2011.

CRUZ, Helena F.; PEIXOTO, Maria do Rosário C., Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35.

KINZO, Maria D’Alva G. a Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15 n. 4, p. 3-12, out. – dez, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LIRA, Adriana S. Campos. *Imprensa Alternativa na Amazônia: breve contexto dos tabloides que deixaram suas marcas no período da Ditadura Militar*. Faculdade de Estudos Avançados do Pará/Feapa.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza, *Imprensa e cidade*, 2006.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS Ana Luiza, *Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil*, 2008.

MENDES, S. L. S. *A IMPRENSA ALTERNATIVA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1984): UM OLHAR HISTORIOGRÁFICO*. CONTRAPONTO, v. 1, p. 24-41, 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis, *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. UFPE, 2015.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo; SENA, Laecio R.. *Preservação arquivística e constituição da memória da luta camponesa na Amazônia Oriental: a experiência da implantação do Centro de Documentação e Memória da Unifesspa, em Xinguara-PA*. In: VIII Seminário Nacional do Centro de Memória da Unicamp, 2016, Campinas. Anais. VIII Seminário Nacional do CMU - Memória e acervos documentais, o arquivo como espaço produtor de conhecimento. Campinas, 2016. v. VIII.

Salgueiro, Eduardo de Melo “O maior projeto em prol de Mato Grosso”: uma análise da revista Brasil-Oeste (1956-1967). Dourados, MS: UFGD, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

Francivaldo Alves Nunes, doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador do CNPq. Mestre em História Social da Amazônia (2008) e Graduado em História (2000) pela Universidade Federal do Pará. Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua, nos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém), Ensino de História (Campus de Ananindeua) e Educação e Cultura (Campus de Cametá). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, com os seguintes temas: conflito de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração. Desenvolve pesquisas também voltadas para Ensino de História e História da Educação, com destaque para estudos para a compreensão do conhecimento histórico escolar e o fenômeno da aprendizagem histórica. Integra a Rede Proprietas, hoje INCT - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, projeto internacional: História Social das Propriedades e Direitos de Acesso (Disponível em: www.proprietas.com.br), sendo Coordenador da Regional Norte. Entre outros trabalhos, publicou os livros: *Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX*, em 2009; *Colônias Agrícolas na Amazônia*, em 2012; e *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro*, em 2016.



[2022]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com